

*KATIANNE BRUHNS*

***ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E O IDIOMA***  
*(A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO EM JOINVILLE)*

*UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA*  
*FLORIANÓPOLIS*  
*1997*

**KATIANNE BRUHNS**

**ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E O IDIOMA**

*(A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO EM JOINVILLE)*

*Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Grau de Mestre em História à Banca examinadora da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Professora Doutora Maria Bernardete Ramos Flores.*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
FLORIANÓPOLIS  
1997**

BRUHNS, Katianne. *Espaços de Sociabilidade e o Idioma: A campanha de nacionalização em Joinville*. Florianópolis: UFSC, 1997. 134 fs. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em História.

Orientadora: Maria Bernardete Ramos Flores

Defesa: 26/03/97

Estudo sobre a interferência da [Campanha de Nacionalização] nos [espaços de sociabilidade] em Joinville, 1938-1945, a partir da proibição do [idioma alemão]. Compreende desde a criação destes espaços pelos imigrantes alemães, passando pela [política cultural estadonovista], percebendo esta interferência, para daí analisar o significado do idioma alemão para a formação e manutenção da [identidade étnica] do grupo teuto-brasileiro.

*ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E O IDIOMA*  
(A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO EM JOINVILLE)

*Katianne Bruhns*

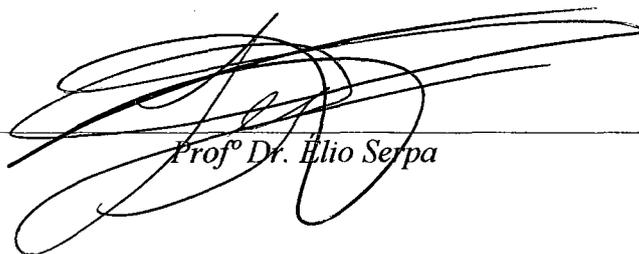
*Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de  
Mestre em História do Brasil*

*BANCA EXAMINADORA*



---

*Profª Drª Maria Bernardete Ramos Flores - orientadora*



---

*Profº Dr. Elio Serpa*

---

*Profª Drª Edna Garcia Maciel Fiod*  
*(História e Filosofia da Educação)*



**Maria Bernardete Ramos Flores**  
**Coord. do Programa de Pós-Grad. em História**

*Dedico este trabalho ao **passado, presente e futuro**  
- o contínuo renovar da história - através das vidas que passam pela nossa  
vida:*

*... às minhas **avós**  
Paula Rudnick (in memoriam) e Selma Döering Bruhns;*

*...às vidas que comigo fazem história **hoje**  
Rossano - meu companheiro e Nicholas - meu filho;*

*e à vida que já vive através de mim e que **virá** fazer parte desta história.*

*Não me perguntem  
pelas noites que passei  
a acalantar os sonhos que sonhei  
na TERRA NOSSA DE CADA DIA.*

*Nem saberia dizer  
os passos caminhados  
por entre os anos projetados  
na feira de encantos revividos.*

*Revi as histórias  
que vivi,  
que ouvi,  
reuni imagens,  
colhi sons,  
montei na parede das lembranças  
o cenário da cidade  
- hoje crescida -  
no tempo em que menina,  
ela sorria tímida.*

*O Salão Voss\* era tão longe...  
No Floresta\*\*, se fazia pic-nic...*

*(Trecho extraído da poesia "Faz Tempo", in Terra Nossa de Cada Dia, de Mila Ramos  
- poetiza radicada em Joinville)*

*\* Salão Voss, localizado no alto da Estrada Dona Francisca, caminho para  
Pirabeiraba.*

*\*\* Bairro Floresta, zona Sul da cidade.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Em especial,*

*Ao **Rossano**, meu companheiro - pelo amor e pela história compartilhada*

*Aos meus pais, Bráulio e Iracema - pela confiança*

*Aos profissionais que me acompanharam,*

*destacando a Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Bernardete Ramos Flores - pelo apoio*

*Aos amigos - pelo incentivo*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO 1 – A Criação das Sociedades Culturais</b> .....	19
1.1 Joinville – dados de sua colonização .....	19
1.2 As primeiras associações criadas na Colônia.....	25
1.3 Os Teuto-brasileiros e o Idioma: seu significado .....	39
<b>CAPÍTULO 2 – Política Cultural do Estado Novo</b> .....	46
2.1 Diversos setores da sociedade civil envolvidos no processo .....	46
2.2 As bases da ideologia estadonovista.....	53
2.3 O Estado Novo e a criação do mito Vargas .....	57
2.4 O incentivo às comemorações cívicas .....	64
2.5 Os meios de comunicação: funções do DIP.....	70
<b>CAPÍTULO 3 – A Ação Nacionalizadora em Joinville</b> .....	84
3.1 Identidade Étnica e o Idioma.....	84
3.2 Esforços do Governo para unificação do idioma.....	87
3.3 A intervenção do Exército sobre as associações culturais.....	98
3.4 As associações culturais diante das medidas governamentais .....	103
3.5 Uma nova realidade se apresenta .....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	113
<b>ANEXOS</b> .....	118
<b>FONTES</b> .....	128
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	130

## INTRODUÇÃO

“Costuma-se dizer que, onde três alemães se estabelecem, logo surgem quatro sociedades diferentes (...)”<sup>1</sup>

Este trabalho busca compreender a maneira pela qual se processou a interferência da Campanha de Nacionalização sobre os espaços de sociabilidade, tais como sociedades de canto coral, de teatro amador, de ginástica e de tiro ao alvo, criados em Joinville. O alvo principal da interferência foi a proibição do uso da língua alemã, até então extensamente utilizado no cotidiano das comunidades teuto-brasileiras.

A Campanha de Nacionalização, instituída por Getúlio Vargas em 1938, fazia parte de um processo nacionalizador mais amplo, que atingiria a cultura, a economia, o ensino e as artes. Dentro deste processo maior, atentaremos para a questão da tentativa de unificação da língua no Brasil, pois será neste aspecto que a Campanha atingirá de forma mais brusca as regiões colonizadas por imigrantes europeus.

Importante relatar aqui o motivo primeiro que levou à escolha deste tema para um estudo mais aprofundado. Apesar de seu direcionamento ter mudado ao longo da pesquisa, o interesse pela interferência da Campanha de Nacionalização em Joinville provém das histórias contadas por familiares, visto que minha família é descendente de imigrantes alemães que conviveram e adaptaram-se à nova realidade do Estado Novo na década de 1930. A língua alemã era cultivada por pais e avós em reuniões familiares e no dia-a-dia até bem pouco tempo, mas a morte de alguns

---

<sup>1</sup> HERKENHOFF, Elly. *Era uma vez um simples caminho...* Fragmentos da História de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987. P. 214.

da geração mais antiga levou consigo o uso freqüente desta língua. Minha mãe, por exemplo, freqüentou duas vezes a primeira série do primário, sendo que a primeira vez seria para aprender o idioma português e a segunda para se alfabetizar.

Todo pesquisador deve ter um distanciamento – que se faz necessário – do objeto a ser pesquisado, para que assim a análise se torne mais crítica, a partir de vários pontos de vista. Porém toda escolha de um tema já denuncia a ligação pessoal com o objeto estudado. Este distanciamento é relativo, não comprometendo o uso das fontes encontradas, mas interferindo na trajetória de pesquisa traçada.

Em nosso estudo de caso, abordaremos a cidade de Joinville, e buscando uma melhor compreensão resgataremos dados sobre sua fundação e formação de sua população, em 1853. Ressaltando porém, o período de 1938 (quando foi decretada a Campanha de Nacionalização) a 1945, período em que as normas do Estado Novo regiam o país. Neste período existiam inúmeras sociedades culturais, que se utilizavam da língua alemã para desenvolver suas atividades.

Estas sociedades culturais serão aqui denominadas “espaços de sociabilidade”. Nestes espaços os imigrantes se reuniam para cultivar suas tradições através da música, do canto coral, do teatro, assim como através das atividades desenvolvidas nas sociedades de tiro e de ginástica.

Estas sociedades culturais não são características apenas da região de Joinville. Encontramos em praticamente toda a bibliografia que trata dos grupos teuto-brasileiros referências sobre estes espaços criados para diversos fins. Mas considerando certas especificidades de acordo com as necessidades de cada região, a característica principal, comum a todas elas era a de reelaborar velhas tradições e incentivar a formação de uma identidade étnica.

Portanto, a interferência da Campanha de Nacionalização sobre estes espaços de sociabilidade não se deu unicamente em Joinville; faz parte de um processo governamental mais amplo, que atingiu todas as regiões colonizadas por imigrantes europeus e asiáticos.<sup>2</sup>

Estes espaços de sociabilidade, que surgiram em todas as regiões colonizadas por imigrantes alemães, tornaram-se instrumentos eficazes para a reelaboração de sua cultura, diante de uma nova realidade no contexto da colonização. No caso de Joinville, tais espaços contribuíram para a definição do grupo étnico, na medida em que, como espaços comunitários, acolhiam manifestações características deste grupo.

Adotaremos neste trabalho o conceito de comunidade étnica utilizado por Giralda Seyferth, que se define a partir dos usos e costumes, e tendo estes como base diante das diferenças. Este conceito foi definido por seus membros a partir do uso cotidiano da língua alemã, da intensidade da vida social expressa pelas muitas associações que assumiram forte caráter étnico ( sociedades de tiro, ginástica, canto, teatro, etc.), da preservação de hábitos alimentares, organização do espaço, até as formas de sociabilidade e comportamento religioso.<sup>3</sup>

Importante ressaltar aqui que este conceito de comunidade étnica formou-se a partir da constatação das diferenças culturais entre as colônias teuto-brasileiras e as demais - luso-brasileiras, ítalo-brasileiras, etc. - ou seja, começa a aparecer aí a “identidade contrastiva”. Partindo da análise feita por Giralda Seyferth (apud

---

<sup>2</sup> Autores que tratam deste tema, especificamente com relação aos teuto-brasileiros: René Gertz (RS), Giralda Seyferth (SC - Vale do Itajaí), Ilanil Coelho (SC- Joinville), Richard Dalbey, Elly Herkenhoff (SC- Joinville), Arthur B. Rambo, Adolfo B. Schneider, Emílio Willems, Cristina S. Wolff e Maria Bernardete R. Flores ( SC - Blumenau), Regina Weber (RS- Ijuí), entre outros.

<sup>3</sup> SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: **Os alemães no sul do Brasil**. Brasília: Ed. da ULBRA, 1994. P. 15.

Oliveira, 1971), “identidade contrastiva” constitui a essência da identidade étnica, pois se afirma, negando a outra identidade etnocentricamente.

Se a organização estrutural das colônias teuto-brasileiras se deu em função do isolamento a que foram submetidas desde os primeiros anos da colonização - tanto em função da distribuição geográfica, quanto do descaso do governo - a identidade étnica, o cultivo ao Deutschtum e de todos os sentimentos identificatórios desta comunidade, se deram em decorrência do contato com outros grupos.

Desta forma as associações culturais, ou os “espaços de sociabilidade”, assumiram papel relevante na preservação destes sentimentos, pois, se o seu surgimento está vinculado ao gosto pela música, dança, teatro, ou ao cultivo do lazer em suas mais diversas formas - sua manutenção torna-se importantíssima a partir deste contato com outros grupos étnicos, reelaborando valores étnicos da comunidade teuto-brasileira.

No início das pesquisas de campo, nossa intenção era trabalhar com estes espaços de sociabilidade criados pelos imigrantes alemães e seus descendentes, através das diversas associações existentes em Joinville, dedicadas à dança, à música, ao teatro, à ginástica e ao tiro ao alvo. Porém, na medida em que a pesquisa avançava, o material colhido demonstrou que a interferência da Campanha de Nacionalização aconteceu sobre elas através da proibição do uso da língua alemã – proibição esta que atingiu não só estas sociedades culturais, mas também as repartições públicas e os lares. Diante desta questão, e não abandonando nosso objetivo primeiro – as “sociedades culturais” – nos atemos aqui a compreender alguns significados destes espaços de sociabilidade para a “comunidade local” e qual o significado da proibição do uso da língua. Esta determinação governamental

foi tamanha que durante a década de 1930, havia em Joinville dezenas de sociedades culturais que tiveram suas atividades controladas ou mesmo proibidas.

Sendo assim, busquei, através dos documentos, perceber a importância do idioma alemão para o desenvolvimento das atividades culturais na década de 30. A partir daí, pudemos perceber que as apresentações teatrais, ou dos corais e mesmo as festas e reuniões para competições de tiro ao alvo ou de ginástica davam-se através do uso desta língua.

Devido ao desaparecimento de muitas sociedades, e mesmo à intervenção sofrida por outras, a documentação nos arquivos particulares é escassa ou mesmo inexistente. O estudo baseou-se em pesquisas nos jornais da época - como *Jornal de Joinville (abril/1934 a dezembro/1945)*, *Folha Nova (1933, 35 e 37)*, *A Gazeta (janeiro/1934 a dezembro/1945)* e *O Aço (1941 a 1943)* - e outros documentos sobre as sociedades, tanto em Joinville como em Florianópolis, guardados pelo Arquivo Histórico de Joinville: discursos oficiais, documentos oficiais - como algumas atas, estatutos, relatórios do interventor do Estado - fotografias e entrevistas a pessoas que vivenciaram o processo da Campanha de Nacionalização, no que se refere ao tema aqui abordado.

Dentro da literatura encontramos obras que estudam questões históricas de Joinville e também das sociedades culturais, como por exemplo, da historiadora Elly Herkenhoff. Em “*Era uma vez um simples caminho...*”, a autora expõe de maneira um tanto poética e unilateral, certamente por ser descendente de alemães e ter sofrido as repressões do governo getulista, a maneira pela qual a Campanha de Nacionalização atingiu as diversas sociedades existentes em Joinville. A autora expõe a trajetória de cada uma das sociedades culturais, não se atendo a uma análise historiográfica que buscasse compreender todo o processo, mas sim mostrando

apenas a ruptura que tal campanha provocou dentro das atividades culturais de Joinville.<sup>4</sup>

Em “*Nosso Teatro Amador – de 1858 a 1938*” da mesma autora, são relatadas as peças teatrais criadas, ou apenas apresentadas em Joinville desde sua fundação, tratando também da Campanha de Nacionalização como instrumento que interrompeu aquelas atividades culturais.<sup>5</sup>

Bellini Meurer, em sua dissertação de Mestrado intitulada “*Entre Flores e Manguesais – a construção do real em Joinville*”, dá conta da diversidade existente entre o real – operários moradores das palafitas sobre o mangue da cidade, muitas vezes descontentes com o seu salário ou com suas condições de sobrevivência – e o imaginário – criado num esforço da elites para mostrar através das artes, ou das festas uma cidade feliz: Cidade das Bicicletas, Cidade das Flores ou Cidade dos Príncipes. Se ocupa também, o autor, em demonstrar a idéia de diferenciação social já entre os imigrantes, contando que nem todos possuíam condições de pagar sua viagem para o Brasil e muitos que aqui chegavam precisavam nos primeiros anos trabalhar para aqueles imigrantes mais antigos, que já haviam se organizado profissionalmente ou financeiramente.<sup>6</sup>

Meurer procura demonstrar através de seu trabalho e dos trabalhos que analisa a criação deste imaginário que sustenta a divisão de classes existente na cidade, obscurecendo o conflito e criando a imagem de “harmonia”. Neste processo identifica de um lado os empresários e industriais, em contrapartida aos operários, e ainda, todas as instituições criadas - desde a Igreja, passando pelas sociedades

---

<sup>4</sup> HERKENHOFF, Elly. *Era uma vez um simples caminho... Fragmentos da história de Joinville*. Joinville: Fundação Cultural, 1987.

<sup>5</sup> HERKENHOFF, Elly. *Nosso Teatro Amador - de 1858 a 1938*. Joinville: Fundação Cultural, 1989.

<sup>6</sup> MEURER, Bellini. *Entre Flores e Manguesais - a construção do real em Joinville*. Tese de Mestrado/HST/PUC. São Paulo. 1993.

culturais, de ginástica, tiro ao alvo, Corpo de Bombeiros, até a própria Câmara de Vereadores - como mantenedoras deste imaginário “harmônico”, que não correspondia a realidade.

Apontando para a questão das sociedades culturais, Meurer refere-se a elas de duas maneiras: uma, como suportes criados para a perpetuação do quadro social vigente na cidade, pois sob determinada ótica eram seletivas - afinal se utilizavam da língua alemã para suas reuniões e apresentações e cobravam-se taxas dos sócios - e outra, a partir daí, em que colaboravam para manter o imaginário criado em Joinville por uma elite cultural.

“*Homens sem Paz: Escola, Trabalho e Colonização*”, tese de doutorado de Edna G. M. Fiod, contempla uma interessante análise acerca da escola como uma relação social implantada pelos imigrantes, especialmente de origem germânica em Santa Catarina, em meio ao processo de constituição da sociedade do trabalho.

Em sua análise constatamos questões importantes para nosso estudo, principalmente quando trata da questão da língua alemã. A autora constata que o ensino ministrado em alemão é incentivado juntamente com a imigração e que a Campanha de Nacionalização, decretada no Governo Vargas abandona a idéia de assimilação gradativa dos imigrantes e de seus descendentes, proposta de Orestes Guimarães ( reformulação do ensino em Santa Catarina, a exemplo do Estado de São Paulo, no período de 1911 a 1938) e impõe medidas coercitivas e repressivas tanto às escolas, quanto a todos os setores da sociedade.<sup>7</sup>

Ilanil Coelho, em sua dissertação de mestrado intitulada “*Joinville e a Campanha de Nacionalização*”, tenta demonstrar que o “Estado, através da campanha, não atingiu os seus objetivos no que se refere à nacionalização

---

<sup>7</sup> FIOD, Edna Garcia Maciel. *Homens sem Paz: Escola, Trabalho e Colonização*. Tese Doutorado em Educação. PUC/São Paulo. 1995.

pretendida, (...) embora (...) tenha alcançado uma ampliação de seu poder e um controle maior sobre este”<sup>8</sup>.

Para analisar tal questão, a autora percorre a história da cidade de Joinville, ressaltando o processo de integração econômico-social desta com o país; perpassando pela formação do grupo étnico teuto-brasileiro, até a efetivação da campanha e a reação do grupo frente a isto.

Para que possamos compreender o processo de nacionalização, bem como sua interferência através da proibição do uso da língua alemã nas sociedades culturais existentes em Joinville na década de 1930, trataremos num primeiro capítulo sobre a formação destas sociedades desde a fundação da cidade. Apesar do período de estudo compreender a década de 1930, estes espaços de sociabilidade foram surgindo desde a década de 1850, e devido a sua frequência devemos num primeiro momento perceber a importância destes para a comunidade. Este capítulo tem ainda por função entrelaçar a história de Joinville com a criação destes espaços, demonstrando, assim, a maneira escolhida pelos imigrantes para desenvolver seus espaços de sociabilidade, de recreação e divertimento.

Num segundo capítulo tentaremos demonstrar a abrangência da política do Estado Novo, instaurado por Getúlio Vargas em 1937, dando ênfase às novas leis e normas que deveriam, a partir de então, reger as atividades e os eventos culturais do país.

Neste momento, buscaremos análises feitas por Roger Chartier, quando trata da “Construção do Estado Moderno e das Formas Culturais”, onde trabalha algumas questões acerca do Estado, de sua formação e das maneiras que este se encontra para estabelecer relação com a população, buscando sua dominação.

---

<sup>8</sup> COELHO, Ilanil. *Joinville é a Campanha de Nacionalização*. Tese de Mestrado/ HST/ São Carlos/SP. 1993. P. 12.

Além de dominar os campos fiscal e militar, o Estado precisa criar instrumentos capazes de gerir uma consciência histórica e dela fazer uso para alcançar legitimidade perante a população.<sup>9</sup> É isto que o Estado Novo buscará com a valorização do passado da história brasileira, como veremos no 2º Capítulo.

O Estado precisa criar símbolos - hino nacional, bandeira nacional, etc. - que o identifiquem e uma figura que o represente - no caso do Estado Novo, Getúlio Vargas tornou-se esta figura.

Para fazer uso destes símbolos, o Estado precisa ainda de “rituais” - cerimônias públicas - onde a população comparece, estimulada pelos mais diversos meios de comunicação e propaganda, legitimando seu poder - a exemplo disso, o Estado Novo buscou no passado datas comemorativas históricas e criou outras que deveriam ser tão importantes quanto as anteriores - como é o caso da festa de aniversário de Vargas, do Dia da Brasilidade, etc.

Num terceiro momento, buscaremos compreender de que forma a política nacionalizadora que atingiu a cultura brasileira, com esta nova postura do Estado, interferiu nos espaços de sociabilidade criados em Joinville, dando ênfase à questão da proibição do uso da língua alemã.

Portanto, nosso objetivo principal é demonstrar esta interferência de fora para dentro, modificando o cotidiano desta sociedade, que assumiu com o passar do tempo características tipicamente germânicas. O idioma alemão assumiu entre os teuto-brasileiros grande importância, pois era utilizado no cotidiano e com o tempo passou a servir como fator de referência e identificação deste grupo. Lembrando Patrick Joyce, “a língua não é um simples reflexo da ‘experiência’ e da

---

<sup>9</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1988. Pp. 215-229.

‘consciência’, mas constitui ativamente essas categorias. Isto acontece, na medida em que a ‘língua’ é a verdadeira reveladora da identidade do povo”.<sup>10</sup>

Tornou-se este idioma característico dos grupos que buscavam preservar o *Deutschtum* - cultivo de um nacionalismo espiritual, comprometido com a manutenção dos costumes e da língua.

Não buscaremos analisar causas nem conseqüências da Campanha de Nacionalização, muito menos provar se esta é ou não responsável pela “quebra” do desenvolvimento cultural de Joinville, no que se refere à proibição do idioma alemão e suas conseqüências para as diversas sociedades culturais da cidade, mas demonstrar que a maneira utilizada pelas sociedades culturais de Joinville, para sobreviver às novas normas estadonovistas foi a incorporação de algumas delas. Quando lemos as “Notas sobre la construcción de ‘lo popular’”, de Stuart Hall, atentamos para o fato de que a sobrevivência cultural pode adotar diversas formas, como: a incorporação, a resistência, a negociação ou a recuperação de valores, ritos, hábitos, costumes e até tradições.<sup>11</sup> Desta forma, procuraremos constatar que, a atitude das sociedades culturais diante das medidas governamentais foi de incorporação das novas normas e até de novos ritos - como as comemorações cívicas brasileiras - para sobreviverem a este processo nacionalizador.

---

<sup>10</sup> JOYCE, Patrick. O inglês do povo: língua e classe na Inglaterra (1840-1920). In: BURKE, Peter & PORTER, Roy. *Linguagem, Indivíduo e Sociedade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993. P. 208.

<sup>11</sup> HALL, Stuart. Notas de la construcción de “lo popular”. In: SAMUEL, R. (Ed.) *História popular y teoria socialista*. Barcelona: Critica/Grijalbo, 1984. P. 105.

# CAPÍTULO 1

## A CRIAÇÃO DAS SOCIEDADES CULTURAIS

“A tendência do povo alemão é viver em comunidade e formar associações. Foi através do associativismo que a população resolveu muitos problemas de ordem educacional, espiritual, econômica, recreativa e defensiva no meio agreste.”<sup>12</sup>

### 1.1 Joinville – dados de sua colonização

A colonização de Joinville faz parte de um projeto governamental brasileiro mais amplo de povoar as regiões pouco habitadas com imigrantes europeus, que teriam por base a pequena propriedade de terras.

Com a concessão das terras feita pelo Príncipe François Ferdinand (Príncipe de Joinville) à Sociedade Colonizadora Hamburguesa, de 1849 (mais tarde denominada Sociedade Colonizadora Hanseática) foi encarregada pela colonização de oito léguas de terras localizadas na Província de Santa Catarina, com imigrantes trazidos da Europa, e também de todos os trabalhos para a fundação da Colônia que chamou-se Dona Francisca, atual cidade de Joinville.

A 9 de março de 1851, chegaram os primeiros imigrantes trazidos pela Companhia Colonizadora, aportados na Baía de São Francisco. A partir dali seguiram viagem em baleeiras, pelo rio Cachoeira, desembarcando nas imediações do Ribeirão Martins, num campo previamente aberto.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> PETRY, Sueli. **Os Clubes de Caça e Tiro na Região de Blumenau (1859-1981)**. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1982, P.32.

<sup>13</sup> De acordo com FICKER, Carlos. **A História de Joinville. Crônicas da Colônia Dona Francisca**, Joinville, 1965; que trata minuciosamente da colonização de Joinville, sua fundação teve como marco inicial a data de 22 de maio de 1850, quando desembarcaram os primeiros moradores da Colônia. Entre estes, Louis François Leonce Aubé (vice-cônsul da França e representante dos Príncipes, solteiro); Louis Duvoisin (cozinheiro e servente de Aubé, solteiro); Hermann Guenther (engenheiro) e mais duas famílias, somando seis pessoas. Pp. 53-54.

De acordo com o *Jornal de Joinville* de 22 de maio de 1926, foram os primeiros povoadores da Colônia, 117 alemães e suíços - pois a Companhia Colonizadora havia firmado contrato com as aldeias suíças de Schleithem, Herblingen e Sieblingen, que forneceram imigrantes até 1856<sup>14</sup> - vindos diretamente de Hamburgo. Os demais, noruegueses estavam em trânsito pelo Rio de Janeiro. No álbum histórico do Centenário de Joinville consta o número de 191 imigrantes, sendo 117 alemães e suíços e os demais noruegueses.

Já Carlos Ficker descreve detalhadamente, além do número de passageiros, suas origens e nomes. Pela barca norueguesa foram trazidos 118 imigrantes e seu desembarque concluiu-se no dia 9 de março de 1851. Dos 74 noruegueses, 61 resolveram ficar na Colônia, enquanto 13 partiram a bordo da barca Colon, no dia 28 de março do mesmo ano. Em 1852, constavam apenas 9 noruegueses na Colônia.<sup>15</sup>

Esses imigrantes, que segundo Emílio Willems<sup>16</sup> foram os primeiros moradores de Joinville, vieram da Prússia, de Oldemburgo, de Schleswig-Hobstein, de Hanover e da Suíça, e as causas da imigração foram tanto econômicas quanto políticas, pois coincidiram com as crises anteriores e simultâneas à unificação da Alemanha, no século XIX. Estes dados nos mostram que a colonização de Joinville deu-se por colonos de origens sociais diferentes e não somente por camponeses, mas também por cidadãos e profissionais liberais.

Giralda Seyferth coloca que “o panorama da Alemanha no início do século XIX mostra um amontoado de pequenos Estados pobres e com sua economia

---

<sup>14</sup> FICKER, Carlos. *Ibidem*. P. 68.

<sup>15</sup> FICKER, Carlos. *Ibidem*. Traz relação nominal dos imigrantes que permaneceram na Colônia Dona Francisca desde 22 de maio de 1850, Pp. 72-80.

<sup>16</sup> WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1946. Pp. 46-47.

baseada na agricultura.<sup>17</sup> As condições de vida dos camponeses eram difíceis, independente da região onde viviam, quando não precisavam trabalhar em regime de servidão, pagavam altos impostos, o que impossibilitava a emancipação. Cada pequeno estado que compunha a Alemanha antes da unificação, possuía suas características, porém não havia diferenciação quando se tratava da situação dos camponeses: impostos altíssimos em forma de trabalho ou produção, o que os deixava em dificuldades de sobrevivência.

Além desses motivos, a partir do momento em que a Revolução Industrial chegou à Alemanha, na década de 1830 e passou a absorver os cidadãos e, além desses, os camponeses, que por diversos motivos (divisão das terras por herança, endividamento ou perda de seu patrimônio para os senhores) deixam o campo, a sua situação não melhorou em nada. A mecanização do campo gerou um êxodo rural enorme, alastrando-se a fome e a miséria. Conte-se ainda que houve resistência à proletarização.

Para Edna G. M. Fiod, os imigrantes alemães são indivíduos que precisam enfrentar a expropriação de suas condições de trabalho, diante da Revolução Industrial na Alemanha. Sendo impedidos de se reproduzirem como força de trabalho da riqueza alheia, a América torna-se sua segunda pátria, onde buscam reconstruir uma sociedade do trabalho em formas aparentemente ultrapassadas.<sup>18</sup>

Com a Revolução de 1848, movida pelos movimentos nacionalistas de liberais e pelas idéias comunistas, poucas mudanças ocorreram. Até 1870, uma série de crises, que culminam com a unificação da Alemanha, tumultuam a vida de boa parte da população.

---

<sup>17</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí Mirim*. Um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974, P. 19.

<sup>18</sup> FIOD, Edna Garcia Maciel. Op. Cit. P. 104.

Outros fatores também influenciaram a emigração: as propagandas e a atração de países como o Brasil na imigração, a fim de promover o povoamento das regiões desabitadas.

Como toda documentação referente à entrada ou ao estabelecimento de imigrantes nas diversas regiões não é precisa, demonstraremos – após os dados já citados sobre o número dos primeiros colonizadores de Joinville – o crescimento da Colônia.

Quatro meses após a fundação, a Colônia já possuía dez casas de pau-a-pique, cobertas de palha, sendo que algumas com capacidade para acomodar 20 famílias. De acordo com Apolinário Ternes<sup>19</sup>, de março a dezembro de 1851 a Colônia recebeu cerca de 400 pessoas. Uma vez que os imigrantes provinham de diferentes partes da Europa, abriu-se na Colônia três picadas, destinadas à acomodação de grupos homogêneos<sup>20</sup>, de acordo com seus idiomas, dividindo-se em suíços (a leste, denominada Schweizer-Pikade ou Rua do Meio - hoje Rua XV de Novembro), noruegueses (a norte, denominada Nordstrasse - hoje Rua Dr. João Colin) e alemães (ao sul-oeste, denominada Deutsche Pikade ou Mathiastrasse - hoje Rua Visconde de Taunay). Apesar da diversidade inicial destes grupos étnicos ser o fator determinante para a acomodação das famílias, com o tempo Joinville incorpora características tipicamente alemãs.<sup>21</sup>

Em 1852 entraram mais 409 imigrantes na Colônia durante os meses de maio, julho, agosto e dezembro. Nasceram 21 e faleceram 41 pessoas. Em 1852, a

---

<sup>19</sup> TERNES, Apolinário. **A História de Joinville - Uma abordagem crítica**. Joinville: Meyer, 1983, P. 107.

<sup>20</sup> Episódio também comentado por RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil**. Trad. Júlio Chella. Florianópolis: Edufsc; Joinville: FCC, 1992, P.18.

<sup>21</sup> Para ilustrar tal questão, podemos citar a Colônia de Ijuí, fundada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul em 1890, e colonizada por poloneses, austríacos, suecos, letos e por migrantes teuto-brasileiros. E esta diversidade deu a cidade a aparência de uma Colônia "alemã". Coferir em WEBER, Regina. Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí. In: **Os Alemães no Sul do Brasil**. Canoas: ULBRA, Pp.105 a 119.

Colônia Dona Francisca passa a se chamar Joinville. Nesse ano, na sede da colônia já havia 12 casas particulares e mais 12 propriedades da Companhia Colonizadora, destinadas ao alojamento dos novos colonos; havia um hospital e um armazém, além de 84 casas em área rural, sendo que a Colônia já contava com 25 km de estradas.

As culturas agrícolas eram cana-de-açúcar, arroz, mandioca, feijão, batatas, milho, fumo, café e algodão. Nesse mesmo ano, a indústria era representada por uma olaria, uma fábrica de louças de barro, uma de vinagre e uma de cigarros. Havia ainda cinco casas de negócios, duas padarias, um açougue, uma ferraria e uma hospedaria. Desde o estabelecimento dos primeiros imigrantes, a Colônia contava com um médico e dois farmacêuticos.<sup>22</sup>

Para demonstrar a variedade de profissões que se instalaram na Colônia, temos a relação citada pelo Capitão Theodor Rodowics-Oswiecymsky, que em 10 de julho de 1852 moravam na Colônia:

“1 predicante, 4 professores, 3 estudantes, 1 jurista, 3 médicos, 4 farmacêuticos, 1 arquiteto, 3 guardas-florestais, 6 carpinteiros, 2 pedreiros, 3 oleiros, 1 canteiro, 14 marceneiros, 1 torneiro, 1 vidraceiro, 3 engenheiros, 2 mecânicos, 2 ferreiros, 1 arameiro, 1 caldeireiro, 2 ourives, 2 açougueiros, 1 padeiro, 3 jardineiros, 1 cervejeiro, 3 tintureiros, 1 pintor, 3 charuteiros, 1 vinagreiro, 2 tecelões, 1 cordoeiro, 1 segeiro, 1 funileiro, 2 ceramistas, 2 tanoeiros, 2 jornaleiros, 4 marinheiros, 139 agricultores - além de 16 oficiais (...).”<sup>23</sup>

Segundo Emílio Willems, os fundadores da Colônia Dona Francisca, hoje Joinville, faziam parte da Legião Alemã, cujos membros eram, em sua maioria,

<sup>22</sup> FICKER, Carlos. Op. Cit. Pp. 80 e ss.

<sup>23</sup> HERKENHOFF, Elly. *Era uma vez um simples caminho...* Fragmentos da história de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987. Pp. 119-120.

intelectuais liberais foragidos da Revolução de 1848.<sup>24</sup> A colonização de Joinville se deu tanto por imigrantes camponeses pobres, foragidos do campo, resistentes a proletarização, quanto por imigrantes citadinos, das mais diversas áreas, os quais, podemos supor, se tratavam de pessoas que já vinham passando por um processo de formação de condutas urbanas, burguesas, “civilizadas” enfim.

Reforçando, Giralda Seyferth, quando fala sobre o fluxo imigratório, coloca que nem todos eram “colonos” e “muitos se estabeleceram em cidades emergentes nas áreas de colonização, como Blumenau, Joinville, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Ijuí; ou nas capitais - Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba e também São Paulo. Entre os emigrados havia um contingente apreciável de camponeses e membros das classes trabalhadoras urbanas (cujas principais motivações para emigrar estava relacionada à pobreza)”.<sup>25</sup> E que, de acordo com as listas de imigrantes, havia entre eles intelectuais, artistas e profissionais liberais que “tiveram papel importante na formação da ideologia étnica teuto-brasileira”.<sup>26</sup>

Precisamos observar que o povoamento da região de Joinville não se deu facilmente, nem tão pouco sem conflitos. Inúmeros problemas surgiram já a partir da escolha das terras para a instalação da Colônia (um pântano, rodeado de densa floresta, com alto grau de umidade), e do serviço do primeiro diretor, sr. Günther. Seu trabalho não correspondeu às solicitações feitas pela Companhia Colonizadora, com relação às instalações devidas para o início da construção da Colônia, emitiu também relatórios que não correspondiam à realidade no que se refere ao desenvolvimento da mesma, pois inúmeros imigrantes quando chegavam nem sequer encontravam lugar adequado para sua acomodação.

---

<sup>24</sup> Ibidem, Pp. 17-18.

<sup>25</sup> SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: **Os Alemães no Sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, P. 13

<sup>26</sup> Ibidem. P.13.

Muitos imigrantes, iludidos por essa propaganda sobre a Colônia Dona Francisca, não tinham conhecimento de que a realidade não contemplava atividades profissionais que não fossem diretamente relacionadas aos trabalhos braçais para abertura de picadas, construção de casas e outros serviços necessários à precária realidade do lugar. Segundo Theodor Rodowicz-Oswiecimsky (militar prussiano, que permaneceu em Joinville de setembro de 1851 a junho de 1852), faltavam recursos humanos para a construção da Colônia, no ano de 1852, e por esta razão foi contratada mão-de-obra nacional (trabalhadores que deixaram a Colônia quando as primeiras epidemias apareceram). Além disto, o culto religioso era esporádico e havia um completo abandono pelo ensino, porém o Sr. Aubé já cedia seu salão para a realização de bailes.<sup>27</sup>

## 1.2 As primeiras associações criadas na Colônia

Nem todas as tentativas para a fundação de associações, independente de sua finalidade, deram certo. Em novembro de 1851, a direção da Colônia convocou uma reunião para a formação de um conselho comunal, a fim de manter a ordem; porém, por divergências de opiniões, tal projeto não seguiu em frente depois da segunda reunião.

Desde o final do ano de 1851 já havia serviço religioso, feito pelo pastor Dr. Phil Jacob Daniel Hoffmann. Segundo Cyro Ehlke, além do serviço religioso, a partir desse período surgiram também as primeiras “*sociedades e associações de outras naturezas: sociais-recreativas, literárias, culturais e até de cunho filosófico (...)*”<sup>28</sup>, merecendo destaque a criação do primeiro jornal manuscrito da Colônia, o

<sup>27</sup> Sobre sua estada na Colônia Dona Francisca, nos primeiros anos de colonização, conferir: RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*. Op. Cit. 1992.

<sup>28</sup> EHLKE, Cyro. *Joinville Histórica (1851-1975)*. Síntese descritiva da Fundação e do Povoamento. [S.I]: Uirapuru, [s.d.], P. 35.

*Der Beobachter am Mathiasstrom* (O Observador às Margens do Rio Mathias - escrito em folhas duplas, numa tiragem de 50 exemplares), que demonstrou o primeiro intuito dos imigrantes alemães no sentido de preservar e incentivar a manutenção de seu idioma. Nas palavras de Ternes<sup>29</sup>, este jornal era o “órgão que noticiava os principais acontecimentos da Colônia e servia como elemento irradiador de cultura e aglutinação dos seus moradores.” Os motivos da criação deste jornal, segundo Carlos Ficker<sup>30</sup> foram colocados já no primeiro número em novembro de 1852: “trazer humor, gracinhas, anedotas e miscelâneas aos colono, para que não perdessem a disposição de espírito de bom humor”.

Em seguida, os então moradores da Colônia organizaram-se para elaborar, a 30 de janeiro de 1853, o projeto de Lei Fundamental, ou “Carta Comunal” (escrita em francês)<sup>31</sup> que se constituía de um poder Legislativo e Judiciário, regulamentando eleições e assembléias populares e estabelecendo direitos e deveres para os colonos. De acordo com Carlos Ficker<sup>32</sup>, esta foi a primeira lei e vigorou até a criação da *Vertreterschaft* (União dos Proprietários).

A intensidade de uma vida associativa em Joinville pode ser sentida desde os primeiros anos – pois foram surgindo grupos interessados em se organizar à medida que novos imigrantes chegavam.

Ajudados pelas propagandas que circulavam na Europa, os emigrantes traziam consigo muitos sonhos e esperanças, que muitas vezes desapareciam de forma brusca diante da realidade das colônias onde deveriam se instalar.

<sup>29</sup> TERNES, Apolinário Op. Cit. P. 114.

<sup>30</sup> FICKER, Carlos. Op.Cit. P.127.

<sup>31</sup> Descrição da Carta Comunal, in: **O Município de Joinville 1851-1926**, dados históricos publicados em homenagem aos 75 anos de aniversário da fundação da Colônia Dona Francisca pelo Jornal de Joinville, 1926, Pp. 20-23.

<sup>32</sup> FICKER, Carlos. Op. Cit. Pp.123-124.



Como muitos não eram acostumados ao trabalho duro do campo, pois faziam parte da média burguesia intelectual e liberal, fugidos por problemas políticos, encontraram na Colônia mecanismos de distração, divertimento ou até de ocupação profissional para alguns, através das diversas associações.

Reuniões em casas de moradores já aconteciam periodicamente desde os primeiros anos de fundação da Colônia, como nos traz Elly Herkenhoff. Eram promovidos pelos imigrantes para discutirem assuntos da Colônia, cantar, fazer crochê, praticar o tiro ao alvo, fazer pequenas apresentações teatrais e também, em algumas ocasiões fazer piqueniques. Seria necessário, pois, a criação de espaços próprios para tais encontros, espaços providos de um ambiente físico apropriado para os encontros destinados a ensaios de peças teatrais, ou de canto coral, ou até para os encontros de treinamento de tiro ao alvo.

Porém, a organização do espaço físico não foi suficiente e foram elaborados estatutos, criaram-se normas e regras a serem seguidas, bem como acordou-se que mensalidades deveriam ser pagas, pensando-se, desta forma, na continuidade dessas associações, ou melhor, que essas fariam parte do dia-a-dia da cidade.

Instituíram-se, desta forma, os espaços de sociabilidade no contexto social da Colônia. Tanto a cultura trazida pelos imigrantes quanto as novas necessidades surgidas pela nova realidade conhecida por eles no Sul do Brasil, propiciaram a criação desses espaços de sociabilidade, espaços estes dedicados tanto a reuniões e encontros com objetivos de melhorar a realidade local e a qualidade de vida – nas associações voltadas para o interesse da Colônia – quanto para matar as saudades da terra natal, alegrando o novo lar – nas associações de canto, por exemplo.

Os primeiros espaços de sociabilidade foram criados a partir de 1855, com a fundação da *Culturverein zu Dona Francisca*, sendo essa uma sociedade filantrópica - para ajuda mútua - e cultural. Nas palavras de Carlos Ficker “sendo a 'Sociedade de Cultura' realmente a primeira formação cultural de um organismo social em transformação devido ao afastamento da terra natal e sob pressão de novas influências (...)”<sup>33</sup>

Essa sociedade foi fundada pelos alemães Joseph Ferdinand Reiss, Carl Julius Ludolph Parker, pelo pastor evangélico Georg Hoelzel e por Ottokar Doerffel (figura de destaque na sociedade, “foi diretor da colônia, membro de todas as agremiações artístico-recreativas, fundador do ‘Kolonie-Zeitung’, além de membro de partido político”) <sup>34</sup>. A *Culturverein zu Dona Francisca* tinha como objetivo incentivar a agricultura e a indústria na Colônia, ajudando os colonos recém-chegados, orientando-os dentro das práticas já estabelecidas. Diligenciaria a fundação de uma biblioteca e de uma sala de leitura na Colônia, bem como manteria correspondência para troca de experiências com outras sociedades e outras pessoas, trocando, dessa maneira, experiências sobre o assuntos já citados e, ainda, para fins de progresso da própria Colônia. Neste momento, esta associação deveria abster-se de assuntos políticos e públicos do Império. Seria, portanto, um espaço próprio, de homens públicos, para negócios de interesses privados ao grupo que, tudo indica, desenvolvia uma sociedade burguesa. Em vários contextos históricos, estes espaços de sociabilidades restritas têm feito parte da formação e distinção do “bom burguês”.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> FICKER, Carlos. Op. Cit. P. 166.

<sup>34</sup> MEURER, Bellini. Op Cit. P. 57.

<sup>35</sup> FÁVERI, Marlene de. **Moços e Moças para um bom partido. (A construção das elites-Itajaí, 1929-1960)** Dissertação de Mestrado/HST/UFSC. Florianópolis, 1996.



Dr. Ottokar Döerffel

EHLKE, Ciro. **A Maçonaria no Passado Histórico de Joinville**. Fundação Cultural de Joinville: Joinville, 1990, P. 57.

Nesse ano de 1855 fundou-se também a *Schuetzenverein zu Joinville* ou Sociedade de Atiradores de Joinville, tendo finalidades recreativas e esportivas. Fazendo parte dessas atividades esportivas, que são encontradas em praticamente todas as comunidades alemãs, as sociedades de tiro ao alvo alastraram-se também pela região de Joinville. Porém, os objetivos dessas sociedades de atiradores não eram e nem poderiam ser os mesmos que regiam as sociedades de tiro na Alemanha. De acordo com Herkenhoff, “as primeiras corporações de atiradores apareceram por volta do ano de 1200, na Bélgica, na Holanda e no Norte da França, enquanto que na Alemanha surgiram um pouco mais tarde, no século XIV. As agremiações foram perdendo seu caráter militar na Alemanha, transformando-se em associações puramente esportivas, com a prática do tiro ao alvo, tiro ao pássaro e outras modalidades. E pouco a pouco as festas populares, como o seu "Tiro ao Rei" foram se transformando em grandes acontecimentos nas cidades alemãs, de máxima importância - até mesmo política - já que em tais eventos participavam grupos de atiradores de várias cidades e até mesmo de países estrangeiros. Tais competições, sempre ansiosamente esperadas, representavam para a burguesia da época o mesmo que para a aristocracia eram os torneios, onde os nobres cavaleiros exibiam orgulhosamente a sua destreza, combatendo uns aos outros.”<sup>36</sup>

Sueli Petry, em seu livro *Os Clubes de Caça e Tiro na Região de Blumenau (1859-1981)*, aborda as mudanças que as sociedades de tiro sofreram desde sua origem como organizações de auto defesa na Idade Média. A princípio estas corporações de atiradores visavam treinar seus elementos no manejo das armas, além de cultivar o patriotismo e recreação, utilizando armas seteiras, que mais tarde foram substituídas por armas de fogo.

---

<sup>36</sup> HERKENHOFF, Elly. *Era uma vez um simples caminho...* Op. Cit. P. 131.

Na Alemanha estas corporações tinham por finalidade a proteção contra invasores e contra os abusos cometidos pelos senhores feudais. Com a ascensão da burguesia na Alta Idade Média e o surgimento de exércitos organizados, estas corporações perderam suas funções guerreiras, mantendo apenas a Festa de Atiradores (*Schützenfest*), as quais na Alemanha duravam até uma semana.<sup>37</sup> Segunda a autora, esta tradição dos Clubes de Tiro foi a que melhor se adaptou às condições do novo ambiente, nas colônias fundadas no Brasil.

Na pequena Colônia recém-fundada tal sociedade tinha a finalidade de suprir os colonos de um treinamento imediato e ordenado frente aos perigos do ambiente desconhecido, além de - posteriormente - reavivar velhas tradições ( a cada 15 dias organizava-se um “Ballotement” ou competição, com a presença de pelo menos 12 sócios<sup>38</sup>). Com licença concedida pelo Delegado (cargo já criado em 1853) de Polícia da Vila de Joinville, em 1872, a Sociedade adquiriu o direito de praticar o tiro com armas carregadas com balas de chumbo, tomando-se os cuidados necessários.<sup>39</sup>

A Loja Maçônica, fundada em 29 de dezembro de 1855, em terreno concedido pela Companhia Colonizadora, denominou-se *Zur Deutchen Freundschaft* (Para a Amizade Alemã), sendo seguida pela Loja Maçônica *Zum Südlichen Kreuze* (Ao Cruzeiro do Sul), em 1856, que formariam, com sua fusão a partir de 18 de maio de 1859, a *Deutsche Freudschaft zum Südlischen Kreuse*

---

<sup>37</sup> PETRY, Sueli. Op. Cit. Pp. 23-24.

<sup>38</sup> FICKER, Carlos. Op. Cit. P. 167.

<sup>39</sup> Abaixo relacionadas algumas sociedades de tiro fundadas em Joinville e região:

- *Schutzenverein Tell* (Sociedade de Atiradores Tell – hoje Sociedade Recreativa de Bolão e Tiro ao Alvo Rio da Prata).
- *Schutzenverein Katharienstrasse* (Sociedade de Atiradores Estrada Catarina)
- *Schutzenverein Mittelweg* (Sociedade de Atiradores Caminho do Meio)
- *Teuto-Brasilianischer Schutzenverein* (Sociedade de Atiradores Teuto-Brasileira)
- *Frauenwindbuechsenklub Zentrum* (Clube Feminino de Espingarda de Pressão “Centro”).

(Amizade Alemã ao Cruzeiro do Sul) que, finalmente, a partir de 1893, passou a chamar-se *Amizade ao Cruzeiro do Sul*.<sup>40</sup>

Criou-se, dessa forma, uma organização da qual faziam parte os mais diversos profissionais da Colônia, desde agricultores, farmacêuticos, tipógrafos, ferreiros ou serralheiros, até engenheiros e inspetores<sup>41</sup>. Para Ciro Ehlke, não havia entre os associados a presença de imigrantes analfabetos. Suas reuniões eram semanais, havendo palestras e conferências, alguns membros reuniam-se semanalmente para praticar o canto orfeônico a quatro vozes que eram utilizados nas sessões.

A *Verein der Grundbesitzer* (Sociedade dos Proprietários), que em 1856 passou a chamar-se *Coloniegemeinde* (Comuna da Colônia), tinha por objetivo conservar as estradas, caminhos e pontes, através de impostos, aumentando e conservando dessa forma o traçado da Colônia.

Em 1856, foi fundada por um grupo de suíços a primeira sociedade de canto, a *Gesangverein Helvetia* (Sociedade de Canto Helvetia). De acordo com Elly Herkenhoff, a Sociedade de Canto Helvetia foi a primeira sociedade de canto fundada após a criação da Colônia, em terra firme, porém,

"os primeiros corais joinvillenses se constituíram três meses antes da fundação oficial de Joinville. Nasceram a bordo do navio Colon, ancorado e retido no porto de Hamburgo, na Alemanha, desde o dia 10 de dezembro de 1850, com seus 125 passageiros à espera de ventos tempestuosos, para iniciar a travessia do Atlântico (...). É de se crer que, de fato durante a viagem tenha surgido

---

<sup>40</sup> EHLKE, Cyro. **A Maçonaria no passado histórico de Joinville**. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1990. Conta com riqueza de detalhes a criação e a trajetória dessa loja maçônica em Joinville.

<sup>41</sup> Sobre os diferentes profissionais que integravam a loja maçônica, ver EHLKE, Cyro. **A Maçonaria no passado histórico de Joinville**, P. 40.

o projeto da oficialização de um coral, logo após a chegada ao Brasil.”<sup>42</sup>

A 31 de maio de 1858 fundou-se a *Harmonie-Gesellschaft* (Sociedade Harmonia), que segundo esta historiadora, foi fundada como consequência dos piqueniques realizados mensalmente e de reuniões familiares. Nessas reuniões apresentava-se uma peça teatral, que era seguida de um baile.<sup>43</sup> Essa sociedade, segundo Carlos Ficker, era de caráter social e tinha como objetivo proporcionar aos sócios distração, recreação e divertimento, através da cultura e da arte dramática. Realizavam-se mensalmente festas com teatro, dança e canto.<sup>44</sup> A procura e dedicação para formação desses espaços de sociabilidade são visíveis dentro da literatura que trata sobre o assunto, que relata sua importância através de seu crescimento. A Sociedade Harmonia, sete meses após sua fundação, já contava com uma relação de 43 sócios e que em sua maioria eram pessoas que possuíam altos cargos na administração da Colônia. “Em 1880 foi assinado um contrato com o sr. Theodor Kuehne, visando melhores condições para a Sociedade e a construção de um palco em seu novo salão. A Sociedade mudou sua sede e em 1884 ali deu as suas primeiras apresentações teatrais.”<sup>45</sup>

Joinville foi elevada à categoria de Vila a 15 de março de 1866, sendo desmembrada da Freguesia de São Francisco do Sul. A 16 de março de 1868, foi definitivamente criado o Município de Joinville, pelo Decreto 588, assinado pelo

---

<sup>42</sup> HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho...** Op. Cit. Pp. 87-88.

<sup>43</sup> Para maiores detalhes a respeito do teatro amador cultivado em Joinville, ver HERKENHOFF, Elly. **Joinville. Nosso teatro amador (1858-1938)**, que trata dos grupos e peças por eles apresentadas até a Campanha de Nacionalização, decretada pelo Governo Vargas, em 1938.

<sup>44</sup> Os fundadores dessa sociedade foram: Eduard Trinks, Otto Niemeyer, Fr. Heeren, Leonce Aubé, Dr. Hattenhoff, Ottokar Doerffel, Pe. Boegershausen, Amtmann Eisendecker, T. Ravache, A. Wuinderwald, C. Parucker, Lewenhagen, Brink, Tiemann, Kloppel, Schick, Gleissler, Bauer, R. Zinneck, von Reibnitz, Seiffert, Abich, Leistikow e Albert Kroehne.

<sup>45</sup> HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho...** Op. Cit. P. 67.

Presidente da Província de Santa Catarina, Sr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque e Lacerda.

Em 1869, a cidade de Joinville contava com 6185 habitantes, sendo 2197 brasileiros e 3988 estrangeiros. Os bailes já haviam virado rotina na cidade e as sociedades culturais se proliferado, pois em 1905 Crispim Mira descreve a vida social da cidade desta forma: “(...) pode-se dizer que as diversões sociais são tantas quantas possíveis e rara a semana em que não haja um baile pelo menos. São muitas as sociedades dançantes, pelo menos umas vinte.”<sup>46</sup>

Em 1921, a *Harmonie-Gesellschaft* fundiu-se com a *Musikverein Lyra* (Sociedade Musical Lyra - fundada em 1899), sob a denominação *Harmonia-Lyra*.

Houve na cidade várias bandas que apresentavam-se com o nome de seu fundador, como a “Kapelle Rosenstock” (mais tarde denominada “Musikverein zu Joinville”) e as bandas Thille, Krause, Finder, Frosh, Sauer, Binder, além da “Turnerkapelle”(Banda dos Ginastas - fundada em 1870), Sociedade Guarany e da Banda Musical 28 de Setembro (formada quase exclusivamente por negros).<sup>47</sup>

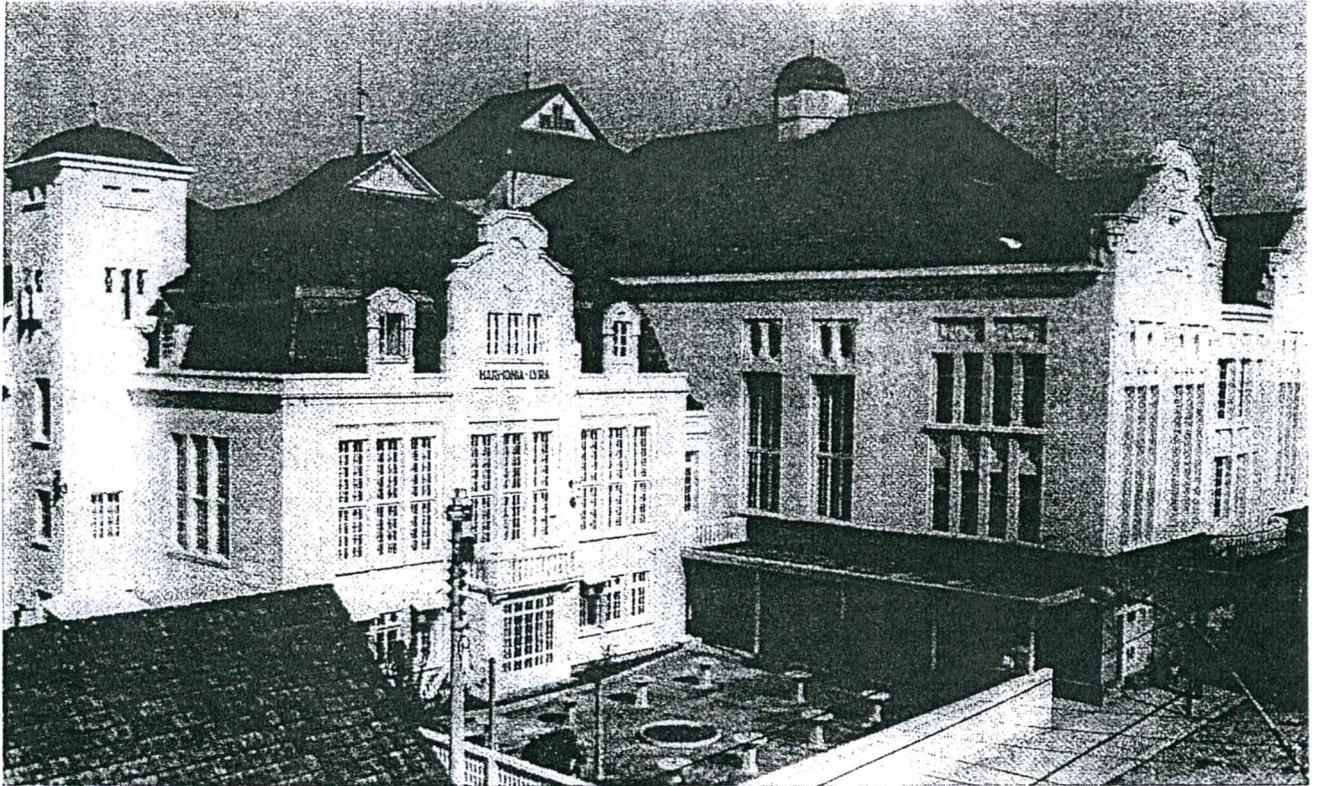
Desde então, alternavam-se peças teatrais e concertos sinfônicos – sob a regência do Maestro Pepi Prantl. A Sociedade Harmonia-Lyra passou a fazer parte do roteiro de muitas companhias alemãs de teatro que, em visita ao Brasil, patrocinadas pela PRO-ARTE, apresentavam-se nesses palcos.

Dentre as muitas peças teatrais apresentadas na Harmonia-Lyra destaca-se a ópera "Yara", criada pelo maestro Pepi Prantl e levada ao público em 17 de janeiro de 1936. Nas palavras da historiadora Elly Herkenhoff “uma ópera genuinamente joinvilense, com intérpretes, cantores, bailarinos, quase todos amadores pertencentes

---

<sup>46</sup> FICKER, Carlos . Op. Cit. P. 367.

<sup>47</sup> HERKENHOFF, Elly. *Era uma vez um simples caminho...* Op. Cit. P. 135.



Sociedade Harmonia Lyra

HERKENHOFF, Elly. **Joinville - Nosso Teatro Amador (1858-1938)**. Fundação Cultural de Joinville: Joinville, 1989, P.24.

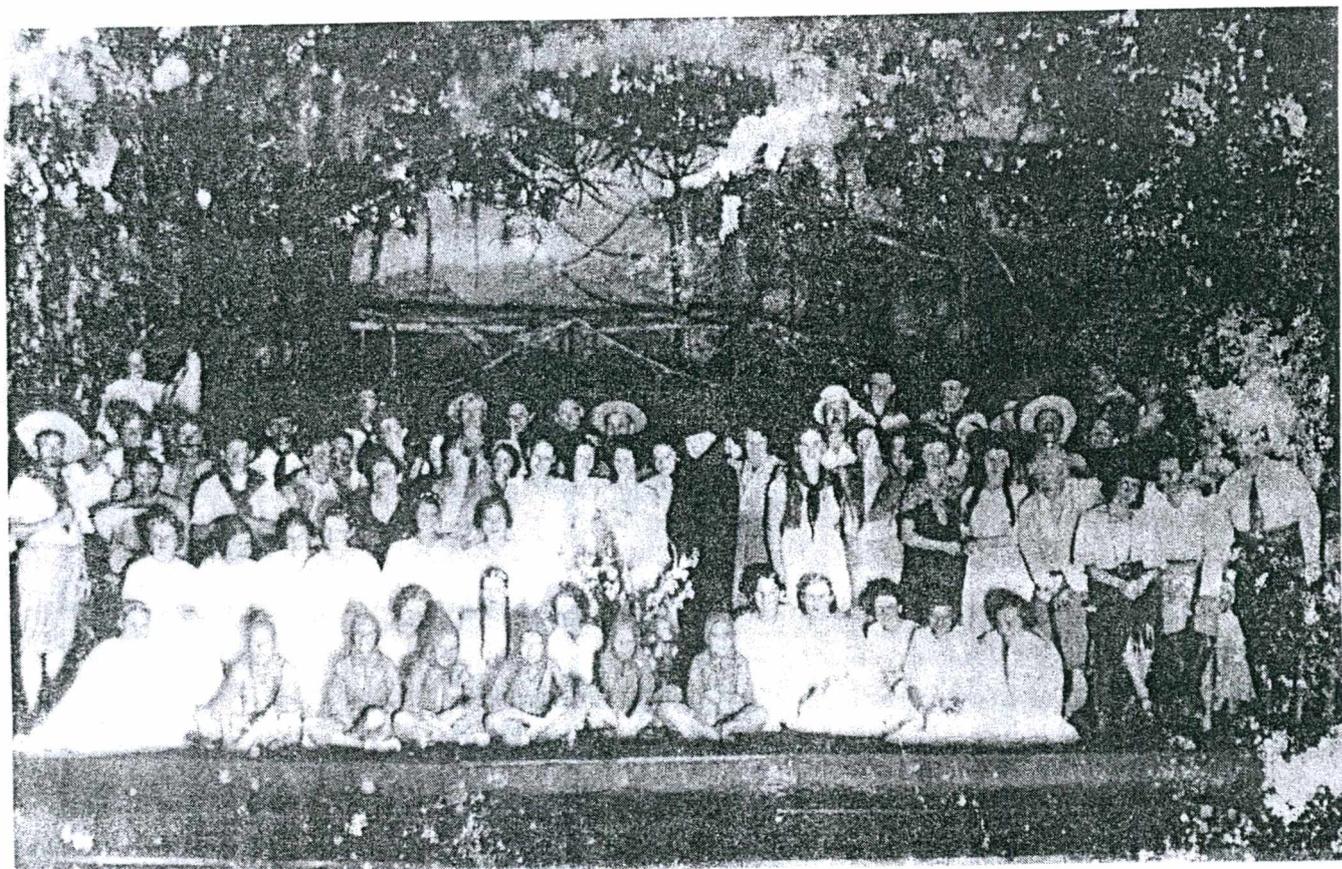
à sociedade local, os coros constituídos pelos corais das associações *Saengerbund-Concórdia* e *Helvetia*, a orquestra composta de músicos da sociedade *Harmonie-Gessellschaft*, acrescida de alguns membros da Orquestra Filarmônica de Curitiba e alguns músicos da banda do 13º Batalhão de Caçadores (...).<sup>48</sup>

Cantada em alemão, conta a história de uma índia que, ainda criança, foi abandonada durante um ataque a uma colônia de imigrantes teutos e recolhida por um casal de alemães, recebendo o nome de Yara. Yara apaixonou-se por seu irmão de criação, o qual, desesperado, suicidou-se. Movida pelo remorso, foge de casa e, distante, às margens do rio Tibagi, encontra Rolf, garimpeiro alemão, por quem se apaixonou, sendo correspondida. Este, por sua vez, é responsável pela morte de um rival que lhe roubara a noiva, de nome Maia, na Alemanha. E quando esta surge, também movida pelo sentimento de culpa, suicidou-se. Seu pai, desejando vingar a filha, tenta eliminar Rolf, tendo sua tentativa frustrada, pois Yara se atira ao encontro do jovem, protegendo-o e recebendo a bala que a mata. Nessa peça, contada e traduzida para o português por Elly Herkenhorff, o diretor de cena é o Sr. Jorge Wucherpfennig, o diretor do coro é o sr. João Poeck, a diretora de bailados é Marion Annack-Zwetsch, os decoradores e iluminadores são Adolfo e Eva Trincks e o autor do libreto o sr. Otto Adolf Nohel, além de seu maestro e compositor, Pepi Prantl. Essa ópera foi apresentada em Joinville, na Harmonia-Lyra, nos dias 17 e 18 de janeiro de 1936 e no Teatro Avenida de Curitiba, com a participação de músicos e cantores curitibanos, nos dias 18 e 19 de abril de 1936.

A apresentação dessa ópera estava programada para ser apresentada em todo o Brasil e também no exterior, o que não foi possível diante da instituição do Estado Novo e da deflagração da II Guerra Mundial.

---

<sup>48</sup> Ibidem. P. 207.



Os participantes da Ópera “Yara”, estreada nos palcos da Harmonia Lyra, em  
17/01/1936.

HERKENHOFF, Elly. **Joinville - Nosso Teatro Amador (1858-1938)**. Fundação Cultural de Joinville: Joinville, 1989, P. 30.

Continuando nosso histórico, arrecadando mais dados para essa discussão, em 1858 fundou-se a *Saengerbund* (Liga de Cantores), segundo coral da Colônia, que de acordo com Elly Herkenhoff, foi formada por alemães, dissidentes do coral *Helvetia*, formado pelos suíços. Essa dissidência ocorreu em consequência da sugestão para mudança do nome do coral por parte dos alemães, não havendo acordo, os alemães abandonaram o local, fundando outro coral. Porém, isto não impediu a boa convivência entre eles, pois o *Saengerbund* foi convidado a cantar na festa em comemoração aos 20 anos do *Helvetia*. Este tipo de divergência, como outras tantas fez parte da história das associações criadas em Joinville, como também o *Concórdia I e II*, ou *Concórdia e Concordia zu Joinville*.

Segundo Carlos Ficker, formou-se nesse ano outra sociedade de cunho beneficente, sob o nome de *Kranken-und Sterbe-Kassen-Verein Zur Bruederlichkeit* que previa, através de prestações módicas, pagas mensalmente, instituir aos associados uma espécie de seguro contra doenças e indenizações em caso de falecimento.

Outra sociedade fundada nesse mesmo ano foi a *Deusche Turnverein zu Joinville* (hoje Sociedade Ginástica Joinville) que, segundo o mesmo autor, tornou-se uma escola de educação física, sendo a primeira organização destinada à prática da ginástica fundada na América do Sul.<sup>49</sup> Em comemoração ao seu oitavo aniversário, em 1866, a Sociedade Ginástica recebeu de Leipzig, na Alemanha, seu novo estandarte artisticamente bordado.

---

<sup>49</sup> Segundo HERKENHOFF, Elly. *Ibidem.* (Pp. 110-111), “A Alemanha é a primeira a introduzir a ginástica em seus programas de educação nas escolas primárias (...)”. Friedrich Ludwig Jahn inaugura o primeiro campo de ginástica em Berlim, em 1810. A autora nos alerta para o nome da sociedade, traduzida como Sociedade Alemã de Ginástica de Joinville, porém, como todos os seus fundadores eram adeptos da linha alemã da prática de ginástica o nome deveria ser Sociedade de Ginástica Alemã de Joinville. Observa-se aqui a única referência a respeito da tradução do nome da Sociedade.

Aos poucos, a Sociedade foi adquirindo os aparelhos necessários para as aulas, como o trampolim, três barras fixas, três paralelas, um cavalete para trapézio, um cabo e um mastro. Em 1899, a Sociedade construiu sua sede e desde então participa ativamente dos acontecimentos da cidade, até os dias de hoje.

Para demonstrar o significado dos espaços de sociabilidade e também da participação freqüente dos habitantes de Joinville nesses espaços, observemos a matéria abaixo, publicada no Jornal “A Luz” do Rio de Janeiro, em 1871, e subscrito por J. de L.:

“Trabalham toda a semana, é certo, porém, aos domingos, tiram seu 'ventre da miséria'; dançam, riem, brincam, bebem, passeiam, etc., etc.

Existem algumas associações bailantes que dão partidas mensões; jogos de bollas, aonde às segundas e quintas-feiras á tarde divertem-se velhos e meninos; associações musicas, instrumental ou vocal; gymnastica, escolas de tiro ao alvo; uma loja maçonica em casa propria e decentemente ornada; e uma casa de oração protestante.(...)

Além das associações bailantes, todos os Domingos ás 3 horas da tarde começa o baile popular.

Todo mundo ahi tem ingresso.

É tosco o edificio, phantasticamente preparado com jardins e labyrinthos; a liberdade é esplendidamente licita, unida a ordem e harmonia. Ahi ve-se, sem quebra de dignidade, dançar a mãe com o filho, a irma com o irmão, o noivo com a noiva de outro, e 'vice-versa'; as crianças dançam na mesma sala.

A estes bailes concorrem de 500 a 1.000 pessoas, de todas as idades, sexo e posições sociaes.(...)

É costume dar esportula á musica, e cada cavalheiro que dança, do final da peça, lança 40 reis em uma salva, pertencente a música; o dono da casa dá-se por bem gratificado com a venda de seus generos, isto é, cerveja, café, presuntos, salames, doces, vinhos, etc., etc.

É isto:

Reunir o útil ao agradável.

Ha também os bailes por sociedades, como já se disse, aonde os consorcios são escolhidos sob certa norma,

sem embargo, qualquer do povo que se julgar 'decentemente' capaz de entrar, tem ingresso.

A musica e a luz são pagas pela sociedade; tudo mais quanto se servir, a custa de quem o demanda.

O edificio é adequado, tanto em compartimentos para conversações em cantos ou tocadas, como a sala do baile, que comporta mais de 50 pares.

Os concurrentes vêm sempre trajados a vontade, porém com asseio.

Não há o luxo que asphixia.

É enfim um baile alemão, e temos dito tudo." <sup>50</sup>

Precisamos analisar algumas importantes informações contidas neste trecho, a começar pela distinção que o autor faz dos dois tipos de bailes: os bailes populares, que acontecem em casas particulares e os bailes em sociedades. Mesmo antes e também durante a existência dos espaços de sociabilidade, os habitantes transformavam seus espaços particulares (seus lares) em espaços sociais públicos. O encontro das pessoas para conversarem, dançarem ou ouvirem música era hábito, mesmo antes da formação das sociedades em espaços próprios, oficializados para instituir as reuniões já praticadas.

A gratificação do dono da residência onde acontece o baile está na venda dos produtos ali oferecidos (talvez fabricados por ele mesmo) – e quando os bailes acontecem nas Sociedades, a gratificação fica (além dos produtos vendidos) no pagamento dos ingressos.

Além disso, estas informações vão ao encontro do que nos coloca Elly Herkenhoff, quando trata da fundação da Harmonie-Gesellschaft (Sociedade Harmonia), dizendo que sua origem é consequência de piqueniques realizados

---

<sup>50</sup> **O Município de Joinville (1851-1926)** Dados históricos publicados em homenagem ao 75º aniversário de fundação da Colônia Dona Francisca pelo "Jornal de Joinville" (diário vespertino). Tipografia Eduardo Schwartz, Joinville, 1926.

mensalmente e de reuniões familiares, sendo que nessas reuniões apresentava-se uma peça teatral, seguida de um baile.

Ou seja, estes espaços de sociabilidade seriam, por assim dizer, uma extensão das reuniões familiares, organizadas agora num nível estrutural, administrativo e educacional mais complexo, objetivando a construção de um espaço público e coletivo, direcionado para a reelaboração de antigas tradições e para a afirmação de uma identidade étnica recriada a partir do contato com a nova realidade, seja com relação ao ambiente físico ou humano.

Notemos a importância desses espaços de sociabilidade para a sociedade da época, que se vê nesse momento tentando transpor as dificuldades locais, procurando organizar sua vida coletiva e a própria Colônia. Mais importante ainda, a partir da sua formação, esses espaços de sociabilidade nunca mais deixaram de existir completamente. Mesmo durante a I e a II Guerras Mundiais, alguns espaços resistiram e se mantiveram em atividade – persistindo aos momentos adversos e aos diversos contextos históricos da Colônia/cidade.

Podemos aqui nos referir à expressão “cultura da festa”, utilizada por Cristina Sheibe Wolff & Bernardete M<sup>a</sup> Ramos Flores, destacando que “as festas também reforçavam laços e reafirmavam identidades no passado de Blumenau. A vida dos colonos teuto-brasileiros, embora dura e preenchida pelo trabalho, era pontilhada de ocasiões festivas que envolviam a família e a comunidade.”<sup>51</sup>

Tais espaços de sociabilidade não são criados apenas no início da formação da Colônia – outro exemplo é a *Liederkrantz* (hoje Sociedade Lírica), criada em 1922, após a I Guerra Mundial, e que se mantém em atividade até hoje, cultivando a música alemã e seus trajes típicos. Essa foi a primeira sociedade de

---

<sup>51</sup> WOLFF, Cristina Sheibe & FLORES, Maria Bernardete R. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. In: **Os Alemães no Sul do Brasil**. Canoas: ULBRA, 1994. Pp. 209-220.

canto a surgir na década de 20. Passou vários anos apenas como sociedade recreativa e transformou-se em sociedade de canto em 1951. Nesta modalidade, foi a única, segundo Elly Herkenhoff, a superar as exigências governamentais advindas durante a Campanha de Nacionalização e a II Guerra Mundial.

O cultivo da ginástica, através da criação da Sociedade Ginástica de Joinville; das artes dramáticas, através das diversas sociedades criadas em Joinville; da dança, com os bailes em residências particulares e nas sociedades, demonstram o investimento dos habitantes da antiga Colônia Dona Francisca na criação de espaços sociais.<sup>52</sup>

A integração dos imigrantes vindos das diversas regiões de língua germânica <sup>te</sup> que se instalaram na Colônia Dona Francisca – suíços, noruegueses e alemães - ocorreu à medida que esses recriaram um meio físico, suas relações sociais e/ou profissionais e uma identidade cultural, fundada, principalmente no uso da língua germânica.

### 1.3 Os teuto-brasileiros e o idioma: seu significado

As relações cotidianas se constroem sob regras forjadas no seio da sociedade. Muitas destas regras nascem do não-dito, ou seja, não é preciso que sejam instituídas por decretos ou leis, passam a fazer parte do cotidiano. Assim, o uso freqüente da língua alemã, na cidade de Joinville, cristalizou-se em meio às

---

<sup>52</sup> Algumas sociedades criadas em Joinville:  
1855: *Kulturverein, Schuetzenverein zu Joinville. Deutsche Freundschaft*;  
1875: *Liederkrantz Eintracht, Mannerquartett, Fidélitas*;  
1889: *Musikverein Lyra*;  
1895: *Musikverein zu Joinville, Nur Fuer Uns*;  
1900/1: *Saengerchor Pedreira*  
1900/21: *Harmonia Lyra*;  
1974: *Silberfluss*, entre muitas outras.

relações sociais, e a Campanha de Nacionalização seria o começo, de um processo, que a longo prazo, viria a interferir severamente sobre estas relações já estabelecidas e baseadas neste idioma.

Os espaços de sociabilidade em Joinville buscavam integrar as práticas culturais trazidas pelos imigrantes com a nova vida aqui encontrada. Tanto as sociedades, quanto as músicas, festas, cantos, peças teatrais e até os jornais fazem parte dessa interação. Mesmo com o objetivo de cultivar as tradições, costumes ou a língua trazida de além-mar, esta prática tornou-se uma reelaboração dos velhos hábitos diante da nova realidade.

Os imigrantes alemães trouxeram consigo práticas particulares, diferentes daquelas encontradas aqui. Porém, devido ao meio físico e social, integraram-se e modificaram-se, criando assim algo novo. Não era a “cultura” trazida por eles, nem aquela existente aqui, mas uma interação de ambas, formando assim uma identidade própria para aquele momento histórico.

Segundo Jaecyr Monteiro, quando o contato entre as colônias teuto-brasileiras e as demais cidades começou a se tornar freqüente, as primeiras já possuíam toda uma estrutura sócio-econômica fundada em bases próprias, criadas a partir de seu isolamento: tanto as construções, como a indústria nascente e até as associações culturais.<sup>53</sup>

Visto que a maioria dos imigrantes em Joinville eram de origem alemã, foi este idioma que predominou sobre as línguas dos outros grupos étnicos. Assim sendo, as apresentações de canto coral ou de teatro se davam através deste idioma. A adaptação da língua, juntamente com a interação de vários dialetos, viabilizou as relações sociais nesses espaços de sociabilidade.

---

<sup>53</sup> MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do Ensino*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983. P. 24.

Porém, a partir de 1937, com a instituição do Estado Novo, as regiões colonizadas por imigrantes europeus tornaram-se alvo de uma política nacionalizadora. Houve interferência governamental, tanto nas escolas como nos lares e nos modos de conduta dos imigrantes.

Os espaços de sociabilidade tornaram-se organizações comunitárias, através da criação das sociedades. A cultura alemã foi atingida diretamente quando se proibiu a reunião para manutenção de sua identidade nesses espaços, bem como a língua – fator fundamental para a existência de muitas sociedades criadas em Joinville.

Procurando compreender o significado da língua alemã na vida cotidiana dos teuto-brasileiros acompanharemos a política direcionada a controlá-la, por parte do Governo Federal e Estadual.

Aprofundaremos aqui esta questão, visto que “a ‘língua materna’, a ‘cultura de origem’, mesmo modificadas pelo contato, a nacionalidade concebida pelo direito de sangue, a filiação a instituições comunitárias e, em alguns casos, a ‘fé’, são símbolos de identificação manipulados para assinalar as diferenças entre imigrantes e seus descendentes e a população brasileira”.<sup>54</sup>

Exatamente toda a discussão acerca da identidade étnica do grupo teuto-brasileiro, nos remete ao uso cotidiano da língua alemã. Ela faz parte do sentimento que envolve toda a questão do cultivo ao “*Deuschtum*”, do “*Deutschbrasilianertum*” e do “*Geist*” (espírito) alemão.

O *Deuschtum* representa um sentimento de lealdade dos imigrantes alemães para com a Alemanha, não enquanto Estado, mas sim como país de origem. Deste sentimento faz parte tanto o *Geist* (o sentir-se alemão), quanto o

---

<sup>54</sup> SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Op. Cit. P.86.

*Deutschbrasilianertum*, que engloba a necessidade da manutenção dos valores étnicos alemães e também a importância da cidadania brasileira.

Nas regiões colonizadas por imigrantes, onde havia escolas particulares o ensino era ministrado em alemão.<sup>55</sup> Como Giralda Seyferth demonstra muito bem, as próprias instituições comunitárias, tentam preservar e divulgar os valores étnicos - escola, igreja, associações, mas acima de tudo através da palavra escrita, no sentido de marcar a diferença de um grupo em relação a outros.<sup>56</sup>

Apesar destas terem surgido da necessidade de sanar as necessidades locais diante da negligência do governo brasileiro, e posteriormente tornaram-se preservadoras de seus valores étnicos, seu papel centrava-se na socialização das crianças na sua língua nacional, acentuando assim sua pertinência ao grupo étnico.<sup>57</sup>

A Igreja Luterana também teve um papel marcante na manutenção da língua alemã, visto que os pastores incentivavam seu uso, pois acreditavam que a fé e religiosidade dos imigrantes seriam preservadas através dela.<sup>58</sup>

Também as associações culturais e comunitárias contribuíram para a preservação do uso cotidiano da língua alemã. Notamos isso no decorrer deste trabalho, já que nosso objetivo é realçar a atuação destas instituições no campo cultural em Joinville.

Nos cinemas, as legendas dos filmes exibidos eram em língua alemã; poucos eram aqueles que traziam legendas em português. A partir de 1931, quando passaram a ser exibidos filmes falados, estes também eram em sua maioria em

---

<sup>55</sup> Para uma análise acerca do ensino em Santa Catarina, ver: FIOD, Edna G. M. **Homens sem Paz: Escola, Trabalho e Colonização**. Op. Cit. e MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do Ensino em Santa Catarina. 1930-40**. Op. Cit.

<sup>56</sup> SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Op. Cit. P.82.

<sup>57</sup> *Ibidem*. P.82.

<sup>58</sup> *Ibidem*. P.83.

língua alemã. Quando o filme era apresentado em português, a nota do jornal continha esta informação.

As associações culturais de teatro apresentavam seus espetáculos em língua alemã, o mesmo acontecia com as sociedades de canto coral. Suas atas eram também redigidas em alemão.

Muitos programas de rádio eram em língua alemã, bem como suas músicas. Giralda Seyferth chama atenção para a “simbiose de elementos das culturas de origem dos imigrantes com a cultura brasileira, que inclui alguns resultados curiosos, com a ampla divulgação da chamada ‘música caipira’ em alemão – isto é, existem hoje letras de canções rurais brasileiras traduzidas e cantadas em alemão.<sup>59</sup> O uso cotidiano da língua alemã por parte dos teutos-brasileiros envolvia diversos setores da comunidade, incentivando desta forma a manutenção dos valores étnicos e vice versa, a partir do contato com outros grupos.

A imprensa escrita (almanaques e jornais) “reforçava principalmente o apego a língua materna e aos valores culturais de origem”.<sup>60</sup> Vemos isto a partir da quantidade de jornais em língua alemã que circulavam no Estado e no país.

Ou seja, a valorização da identidade étnica, através da língua alemã, neste caso, abrange uma gama significativa de instituições pertencentes à comunidade teuto-brasileira. Para ir mais longe e reafirmar que o uso da língua alemã fazia parte do cotidiano, basta salientar o papel da família, que após a Campanha de Nacionalização de 1938, quando do fechamento das escolas, obrigação do uso da língua portuguesa nos cultos, e nas diversas associações, na imprensa falada e escrita, tornou-se o último reduto preservador da língua alemã, apesar do medo em

---

<sup>59</sup> Ibidem P.57

<sup>60</sup> Ibidem. P. 85

utilizá-la para efetivar as tarefas mais simples do dia-a-dia, como ir à “venda”, ou mesmo conversar com as pessoas fora de casa.

K.B. - Mas Getúlio Vargas achava que os alemães (...) provocavam algum tipo de perigo para a nacionalização do país?

C.G.O - Claro, claro. A nacionalização era natural, eles vieram prá qui como estrangeiros, como alemães e só falavam alemão, com a Deutche Schulle (Escola Alemã) ... e isso era realmente inconveniente para o espírito nacional, a influência aqui em Joinville. Você não encontrava numa casa de comércio que não tivessem falando alemão, aí, às vezes eu não entendia. Você ficava calado... sem entender.<sup>61</sup>

Podemos notar isso na entrevista concedida pelo Senador Carlos Gomes de Oliveira - defensor incontestável da Campanha de Nacionalização - que mostrou-se indignado com o domínio do idioma alemão sobre as relações cotidianas na cidade de Joinville, pois para ir à venda, comprar o quer que fosse, era necessário falar e entender a língua alemã.

Segundo Richard Dalbey, após a Campanha de Nacionalização os teuto-brasileiros e seus descendentes, devido a todo o incentivo dado à língua portuguesa e à obrigação de seu uso e, paralelamente, à proibição e repressão da língua alemã, sentiram-se envergonhados, acuados e amedrontados com relação à utilização do idioma que lhes era tão familiar. Todo o preconceito e perseguição pós Campanha de Nacionalização fez com que o único reduto sobrevivente estimulador da

---

<sup>61</sup> Entrevista do Senador Carlos Gomes de Oliveira, concedida a Katianna Bruhns, em 31 de julho de 1992.

preservação do idioma se retraísse, permanecendo restritamente vinculado ao diálogo dentro de casa.<sup>62</sup>

R.S.T. - Tá. Então, depois, quando estourou a guerra, aí o Brasil declara guerra, e como é que foi essa repressão? O que proibiram... de falar... a língua. A senhora... deu pra sentir bem esse drama aí, D. Gerda?

G. H. - Isso foi muito duro para mim. Muito! Porque nós tínhamos vizinhos, os Cruz Lima, a mãe dos Cruz Lima, nasceu em Berlim e esta mulher, essa velhinha gostava de falar alemão. E ela me pedia sempre livros para ler. E nós tínhamos medo. Não dava pra falar alemão. Então, às vezes, dias e dias, nem fui lá fora pra ela não me ver. (...)

R.S.T. - E aí proibiram mesmo? E como vocês faziam, em casa?

G.H. - Bem... eles... aqui em casa falávamos baixinho ... nós, só nós aqui. Fora ninguém falava uma palavra em alemão! Ninguém. Porque os filhos falavam bem o português. E eu me defendi! O que dava pra eu falar eu falava, o que não dava eu ficava quieta.

R.S.T. - Mas era... devia ser uma situação muito... tensa, não é, D. Gerda?

G.H. - É. Era! Era mesmo, porque, sabe a gente sempre tinha medo porque sempre de noite tinha aqueles espiões debaixo da janela, pra escutar se a gente falava alemão! (...)

R.S.T. - É! Foi na época da guerra! Foi no tempo de Getúlio!

G.H. - É.

(...)<sup>63</sup>

Após este período, a vinculação do uso do idioma alemão a expressões como “alemão colono” ou a preconceitos tipo “quem falar alemão é atrasado” permaneceram até o surgimento da idéia de turismo ligado a colonização alemã no Estado, posteriormente a Oktoberfest e as demais festas que reverteram para o Estado em grande fonte de renda.<sup>64</sup> Bem como a valorização do patrimônio teuto-brasileiro em ações a serem implantadas pelo IPHAN, com os roteiros nacionais de imigração.

<sup>62</sup> DALBEY, Richard O. Os Alemães no Sul do Brasil: do isolamento à integração através da nacionalização da educação. In: **Blumenau em Cadernos**. V.12, n 7, 1991. P.127.

<sup>63</sup> Entrevista realizada por Raquel San Thiago, com a senhora Gerda Hagemann, em 29 e 30 de março de 1989, na cidade de Joinville. Gerda Hagemann é filha de imigrantes alemães.

<sup>64</sup> Importante conferir WOLFF, Cristina & FLORES, Maria Bernardete R. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. In: **Os Alemães no Sul do Brasil**, Op. Cit. onde fazem importante análise sobre a “interiorização do turismo” em Santa Catarina, através da revalorização de elementos étnicos.

## CAPÍTULO 2

### POLÍTICA CULTURAL DO ESTADO NOVO

“ Cultura e política tornaram-se, mais do que nunca, componentes indissolúveis do mesmo processo: dizer que constituem níveis distintos de uma mesma realidade parece pouco mais que sonegar o essencial”<sup>65</sup>

#### 2.1 Diversos setores da sociedade civil envolvidos no processo

Diante da importância dos espaços de sociabilidade criados na cidade de Joinville desde os primeiros anos de sua fundação - uma tentativa de organizar um espaço comunitário objetivando reinventar ou reelaborar tradições teuto-brasileiras - veremos neste capítulo a política do Estado Novo aplicada às regiões colonizadas por imigrantes europeus, a fim de “nacionalizar suas práticas culturais”, através da Campanha de Nacionalização, decretada em 1938.

Para termos uma noção da política getulista, percorreremos os diversos setores envolvidos no processo para, quando chegarmos ao tema principal, que é a política cultural aplicada e a reação dos imigrantes a ela, possuímos, desta forma, subsídios para nos centrar na questão da língua e sua importância no desenvolvimento geral de todo esse processo.

Lúcia Lippi Oliveira, em *Estado Novo Ideologia e Poder* nos coloca que “a idéia nacional, que se realiza em um conceito de Estado, com fins e meios peculiares, se corporifica em três aspectos: – desenvolvimento do potencial econômico, e fortalecimento da soberania nacional; – robustecimento dos vínculos unificadores da nacionalidade; – salvação da soberania e projeção nacional.”<sup>66</sup>

<sup>65</sup> MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira 1933-1974*. São Paulo: Ática, 1990. P. 19.

<sup>66</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi et al. *Estado Novo. Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. P. 61.

A "idéia nacional" ou o nacionalismo, característica do Governo Vargas durante o Estado Novo, é apresentada por vários autores, como mostra a citação acima. Como comenta Edgar Carone, em seu livro *O Estado Novo*<sup>67</sup>, que, além de direitista e autoritário, Vargas era nacionalista, o que o diferenciava da maioria dos políticos a sua volta, combatendo estrangeirismos durante todo o regime.

Porém, antes de ser uma característica apenas de Vargas ou do Estado Novo, os discursos nacionalistas aparecem já na década de 20, e um de seus protagonistas é Alberto Torres<sup>68</sup>, que se mostra em oposição ao "espírito liberal" a favor do Estado Nacional: "O governo do Estado Nacional há de ser forte, para coordenar a sociedade e desenvolver a economia."

O nacionalismo de Alberto Torres, além das críticas ao liberalismo, que entrou num processo de deterioração, não só no Brasil como também na Europa, defendia a idéia intervencionista do Estado sobre todos os setores da sociedade:

"(...) A perspectiva, mais larga e com base mais ampla, não se limita à defesa raivosa dos nativos contra o estrangeiro, mas sobre inspirações próprias, reconstruir, reorganizar, reformar o país, por meio do Estado."<sup>69</sup>

Este era, segundo Raymundo Faoro, o projeto nacionalista de Alberto Torres, que vai ao encontro da citação de Lúcia Lippi Oliveira, quando coloca que a idéia nacional se corporifica em três aspectos de projeções tão amplas que englobam a sociedade como um todo. O Estado Novo, ou o processo que se inicia em 1930 e culmina com a ditadura de Vargas a 10 de novembro de 1937, envolveu vários setores da sociedade como Igreja, militares, empresários, trabalhadores, intelectuais,

<sup>67</sup> CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

<sup>68</sup> Alberto Torres, ex-deputado, ex-governador, ex-ministro da Justiça e ex-ministro do Supremo Tribunal, segundo FAORO, Raymundo. Mudança e Revolução. In: *Os Donos do Poder*. P. 670 comanda a corrente dos homens que perderam a fé na Carta de 1881.

<sup>69</sup> TORRES, Alberto., apud FAORO Pp. 670-671.

movimentos sindicais e, através desses, a população em geral. Ou seja, a intervenção estatal afetou a política, a economia, a sociedade, a cultura e o lazer.

Aspásia Camargo<sup>70</sup>, através de uma análise sobre Mihail Manoilescu acerca do liberalismo, conclui que o Estado Novo poderia ser visto como a saída para a crise do liberalismo no Brasil, onde a função do Estado seria não apenas garantir os direitos, mas exigir os deveres e sua relação com o indivíduo; e, vai ao encontro da análise de Raymundo Faoro sobre a emergência do nacionalismo, já nos anos 20, que tomaria corpo na década de 30.

Para que o Estado pudesse dar conta das novas idéias antiliberais que surgiam sem cessar nesse momento, inclusive entre os intelectuais, seria necessária a sua reestruturação, sob novas bases, mais eficientes do que as criadas pelo liberalismo. Em resumo, segundo Aspásia Camargo, o Estado teria como função “debelar a crise e garantir a prosperidade, (...) promover o bem comum racionalizando a ação política, controlando os interesses do capital e enquadrando as massas.”<sup>71</sup>

Portanto, ampla reestruturação do Estado era necessária, bem como cativar os diversos setores da sociedade, buscando garantir, desta forma, sua hegemonia.

A Igreja, inimiga contumaz do comunismo, move-se em duas frentes para extirpá-lo, caminhando assim na mesma direção do governo estadonovista; trabalha junto aos intelectuais católicos em defesa da família e dos valores cristãos; e junto aos integralistas – segundo Aspásia Camargo, originários muitas vezes de núcleos ativos da Igreja e preocupados também com os valores morais cristãos.

---

<sup>70</sup> CAMARGO, Aspásia et al. **O golpe silencioso**. Rio Fundo: Rio de Janeiro, 1989.

<sup>71</sup> *Ibidem*, P. 22.

Como os outros setores, sua contribuição teria retornos favoráveis: o apoio do governo às escolas religiosas e a concessão de cargos em instituições oficiais a personalidades católicas.

O discurso dos intelectuais criticando a política liberalista, com suas instituições e ideologia consideradas inadequadas para a realidade brasileira, buscava o “Brasil real”<sup>72</sup> que realmente atendesse às necessidades da população.

O Exército, enfrentando período de dificuldades internas e externas – advindas desde 1922, com o movimento tenentista – precisa redefinir seu papel.<sup>73</sup> Aspásia Camargo vai mais fundo quando coloca que – a partir de uma hierarquia militar subvertida, a distância cada vez maior entre o Exército profissional e o Exército político<sup>74</sup> e a conturbação do momento, onde o próprio Exército procura o seu papel na reorganização do Estado – na verdade os militares estão “em busca de sua própria identidade, seja dentro da instituição ou fora dela”<sup>75</sup>.

A criação do Clube 3 de Outubro, presidido por Góes Monteiro, segundo ele mesmo, é uma tentativa de impedir a divisão do quadro militar. Perante o Estado, sua tática foi ampliar o espaço do Exército, assegurando dessa forma condições efetivas para seu funcionamento, na construção de um projeto nacional, acima de regionalismos. Para levar essa intenção adiante, fez-se necessária a substituição da alta hierarquia militar, descendente da República Velha, por integrantes leais aos interesses da corporação e do novo regime.

Os empresários agrícolas não gozaram do mesmo status dos industriais – visto que o Brasil sob essas novas bases necessitava abandonar suas raízes agroexportadoras e incentivar o mercado interno para que pudesse se abastecer

---

<sup>72</sup> Ibidem, P. 253.

<sup>73</sup> FAORO, Raymundo. Op. Cit. P. 694.

<sup>74</sup> CAMARGO, Aspásia. Op. Cit. P. 252.

<sup>75</sup> Ibidem, P. 252.

sozinho industrialmente. Dentre os empresários industriais, muitos colaboraram com a política de industrialização iniciada pelo governo já antes de 1937, e defenderam o protecionismo necessário ao desenvolvimento econômico nacional.

Se a tática utilizada para com os empresários foi a utilização da economia como instrumento de compensação política, com os sindicatos foi diferente. Nestes, houve a substituição das antigas lideranças independentes, por lideranças comprometidas com o Estado, além do abandono do pluralismo sindical, em favor da implantação do sindicato único, tutelado pelo Ministério do Trabalho, como veremos a seguir:

“A 7 de setembro próximo será baixado decreto-lei adotando uma bandeira única para todos os Sindicatos. A idéia tem merecido o apoio de muitas dessas organizações e ainda agora, os Sindicatos locais, deram-lhe seu apoio, telegraphando, neste sentido, ao Ministro do Trabalho.”(Jornal de Joinville - 15/05/38-N.56, p. 1.).

Alcir Lenharo, em seu livro *Sacralização da Política*, analisa Ari Pitombo que refere-se aos sindicatos como “escolas de união e disciplina”, tática utilizada pelo Estado para o “congelamento das oposições de classe e a instrumentalização disciplinar dos trabalhadores”.<sup>76</sup>

Paralelamente a questão dos empresários e dos sindicatos chamamos a atenção que a opção pela industrialização traria à cena um novo ator – o trabalhador urbano, uma vez que a expansão industrial fosse tomando força e conquistando espaços, ao trabalhador urbano seriam dispensadas novas atenções por parte tanto do governo quanto das elites da época. Segundo Aspásia Camargo seria a

---

<sup>76</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas/ SP: Papyrus, 1986. Pp. 37-38.

oportunidade de contrair novas alianças, neutralizando, dessa forma, as regras do jogo tradicional da política.

“A importância estratégica deste novo ator fazia dele um elemento politicamente decisivo nas transformações em curso. Vargas e seus primeiros ministros do Trabalho – Lindolfo Collor, Salgado Filho e Agamenon Magalhães - souberam tirar partido destas virtualidades, extraíndo proveito deste novo perfil da representação social.”<sup>77</sup>

Ou seja, o Estado Novo, a partir do deterioramento do próprio liberalismo e apostando no apoio que vinha recebendo dos diversos setores, botou em prática a idéia de que “cabia, portanto, ao Estado, segundo a tendência geral, restabelecer o equilíbrio social entre as classes, dando prioridade aos interesses coletivos.”<sup>78</sup> E, para controlar essa massa de novos atores sociais, a tática getulista tinha duas frentes de batalha: outorgar a legislação trabalhista – salário mínimo, a jornada de 8 horas de trabalho, lei de férias, repouso remunerado – e controlar os sindicatos, através da troca de lideranças e da proibição do pluralismo sindical.

A preocupação com a causa do proletariado – e de seu controle – era visível nos discursos de Getúlio Vargas:

“Se o nosso protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, corre-nos, também o dever de acudir ao proletariado, com as medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças como na velhice.”<sup>79</sup>

Era de interesse do governo que o povo tomasse conhecimento dessa nova política aplicada à questão do proletariado; para tanto, a propaganda através dos

---

<sup>77</sup> *Ibidem*, P. 24.

<sup>78</sup> *Ibidem*, P. 24.

<sup>79</sup> FAORO, Raymundo. *Op. Cit.* P. 690.

meios de comunicação foram instrumentos eficazes. Assim, o governo pôde mostrar sua preocupação com o trabalhador e demonstrar o quanto este era importante para a reconstrução da nação, ou dessa idéia de nacionalismo tão em alta nesse período. O Departamento de Imprensa e Propaganda, através da Comissão de Doutrina e Divulgação, encaminhava aos jornais textos como este:

#### “O QUE CONVEM AOS TRABALHADORES

As classes trabalhadoras - sustentáculo da vida do país – acham-se unidas e coesas em tórno do Estado Novo e do Presidente Getúlio Vargas. Eram elas as que mais sentiam as consequências nefastas da situação em que vivíamos e, por isso mesmo, as que primeiro experimentaram os benefícios do atual regime. Confiantes no chefe do Estado do qual receberam êsse patrimonio admirável de justiça e equidade, que é a legislação trabalhista do Governo Provisório (...).

Os trabalhadores do país inteiro reconhecem no Presidente Getúlio Vargas o grande brasileiro (...).”  
(Jornal A Gazeta - 04/02/38-N.1074, P. 5.).

Exaltando o trabalhador e fazendo-lhe concessões, tão interessantes a eles quanto ao governo, este poderia controlá-lo e obter seu apoio com maior facilidade. E mais: através deste tipo de matéria, tentaram evidenciar que – mesmo sendo a maioria das leis trabalhistas fruto do governo provisório, ou anteriores – com Vargas é que os trabalhadores ganhavam então a importância merecida:

“Antes de 30 tínhamos a lei de accidentes no trabalho (decreto n. 3724, de janeiro de 1919); a lei de férias (decreto n. 4982, de dezembro de 1925); a lei reguladora do trabalho de menores do Distrito Federal (decreto n. 1313, de janeiro de 1931); a lei conferindo privilegio para o pagamento de dívida proveniente do trabalhador rural (decreto n. 1150, de janeiro de 1923); o Código de Menores (decreto n. 1038, de dezembro de

1926); a lei de assistência social (decreto n. 5109, de dezembro de 1926).”

O Brasil apresentava, sob alguns aspectos, um sentido moderno no encarar a questão social. Com o advento do governo Getúlio Vargas, os problemas do trabalho, porém, mereceram o maior cuidado do poder público.

“Foi creado o Ministério do Trabalho justamente para controlar e dirigir toda a imensa série de actividades das classes trabalhistas, estudadas após, as necessidades e aspirações daquellas classes, chegou-se a conclusões as mais complexas que envolviam numa série de providências a serem tomadas, no sentido de amparar e defender os operários.

O governo federal, segundo as reiteradas declarações do presidente Getúlio Vargas, está empenhado nas meddas de reforma das leis sociaes, reforma que a prática indicou o que deve ser executada. (...)” (Jornal de Joinville - 21/12/37-N.151-P.1).

Na verdade, as tão necessárias renovações das leis trabalhistas foram manipuladas e utilizadas para a exaltação à figura de Getúlio Vargas.

Paralelamente a essa exaltação, o Estado criava uma nova visão de si mesmo – um Estado autoritário, mas preocupado com o bem-estar social da população. Para justificar tal empreendimento, era necessário buscar no passado a importância do “ser brasileiro” ou de uma nação “genuinamente brasileira”, o que fundamentava e justificava a intervenção sobre os grupos étnicos no sul do Brasil e sobre suas manifestações culturais.

## **2.2 As bases da ideologia estadonovista**

Como nos coloca Lúcia Lippi Oliveira<sup>80</sup>, nas bases da ideologia estadonovista encontram-se dois aspectos principais, referentes à essa revisão histórica e à construção da idéia de nação: o primeiro refere-se à busca histórica de heróis nacionais e na valorização de tudo que é genuinamente brasileiro – “o redescobrimento do Brasil”, como exemplificamos a seguir, com matérias de jornais publicados na região de colonização alemã, ou seja, na região de Joinville.

“O elo mais forte a unir um povo, o que vem justamente tornar ainda mais intensa sua união e fazer com que nunca lhe falem forças para enfrentar as mais sérias e difíceis contingências, é justamente aquele que nasce da tradição, do passado, que ressalta das págnias da história desse mesmo povo.

Todo povo tem sua história, e por isso mesmo luta, trabalha, sofre e quando não sucumbe na dura luta, vence unicamente para a salvação desse patrimônio glorioso que é todo o seu passado. (...)

A obra do nosso governo é justamente fazer com que nosso povo conheça a sua história e que, dessa forma, possa amar ainda mais a sua gente, a sua terra, e tudo que aqui se passou, para que compreenda que aumentar nosso glorioso patrimônio histórico não é obra imposta a todos, mas que todos têm o grande e imperioso dever de cumprir: conservar tudo aquilo que tanto sangue e tantas lutas custou aos nossos antepassados, nossa liberdade, nossa grandiosidade territorial, e fé em nossa gente e o grande amor por tudo que se espalha pela grandiosidade da terra brasileira.” (Correio de Dona Francisca - 09/01/42-N.3-P.1.).

A valorização do passado, da história brasileira, deveria compor a personalidade de todo o bom brasileiro – ou seja, a conduta do cidadão frente aos novos valores impostos pelo Estado estava sendo questionada. Havia agora uma regra geral, uma nação genuinamente brasileira.

---

<sup>80</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. Cit. P. 12.

O governo é colocado lado a lado com o povo nessa revisão da importância do passado, como vemos a seguir:

“CULTO AOS HEROES E A BANDEIRA:

(...) O povo, ao lado do governo, num frêmito de patriótico entusiasmo, prestou aos heroes que implantaram o regimen republicano em nosso paiz e instituíram o symbolo sagrado de nossa nacionalidade, a homenagem de seu civismo e do seu applauso, evidenciando ao mundo os seus elevados sentimentos civicos.” (Jornal de Joinville - 23/11/39-N.133-P.1).

Como segundo aspecto, a “construção do homem novo: o trabalhador brasileiro”, numa exaltação ao homem brasileiro, que até então se via diminuído em sua imagem, diante do trabalho do imigrante europeu.<sup>81</sup>

Dessa forma, resgatando o passado e valorizando o trabalhador brasileiro, a aliança entre este e o governo estaria garantida.

Publicam-se matérias enaltecendo o trabalhador brasileiro e equiparando-o ao imigrante – diminuindo a distância entre um e outro, em favor da nacionalização da economia.

“O NOSSO TRABALHADOR

O conceito da inferioridade do nacional, em confronto com o estrangeiro, ainda subsiste como argumento usado por alguns empregadores sem espírito de justiça, nem tão pouco de observação, até mesmo daquilo que está ao alcance das inteligências mais acanhadas. É coisa

---

<sup>81</sup> Interessante conferir CHALOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986. O autor analisa diversos aspectos de 140 processos criminais referentes à primeira década do século XX. A análise feita atenta para a questão dos conflitos oriundos do racismo e das diferenças étnicas entre trabalhadores de diferentes nacionalidades. Pp. 58-76.

sabida e que não admite controvérsia, ou sofisma, que o operário, mais do que qualquer outro, possui extraordinária vocação para o exercício das profissões mais difíceis, pelos conhecimentos técnicos que exijam. Nem haverá outro mais hábil, mais incansável, mais inteligente. Apesar disso, ainda há quem acredite e pense de modo diverso. (...)” (Jornal A Gazeta - 31/03/38-N.1119-P.3.)

Havia, pois, a necessidade de reafirmar o valor do trabalho na vida do homem, independente de sua origem; e que esse trabalho tivesse como único objetivo a construção da nação. Em Cyntia Campos, encontraremos uma análise significativa acerca da diferenciação entre o trabalho do imigrante e o trabalho do homem do litoral. A suposta superioridade do trabalho dos imigrantes foi reforçada por seus próprios descendentes, desencadeando a relação entre “nacionalidade germânica” e o “progresso de Santa Catarina”<sup>82</sup>. Para que se pudesse incentivar o trabalhador brasileiro, na tentativa de conquistar seu apoio, o governo precisaria, num primeiro momento, nivelar a importância e a qualificação dos trabalhadores, fossem eles imigrantes ou não - seria mais uma maneira de unir a massa trabalhadora num “corpo engajado ao engrandecimento da nação”, visto que ao próprio imigrante já recaíam outras investidas governamentais buscando sua nacionalização. Daí desenvolve-se a idéia de que o trabalho é dignificante e civilizador. O trabalho, nesse momento, deve ser visto como intermediador da felicidade, de maneira que o indivíduo pensasse que poderia participar do governo, sendo que a única forma seria trabalhando. Havia necessidade, segundo Sidney Chaloub<sup>83</sup>, de que o “conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se então com conceitos vizinhos como o de ‘ordem’ e ‘progresso’ para impulsionar o país no sentido do

---

<sup>82</sup> A análise detalhada a respeito da noção de trabalho, juntamente com sua relação à “nacionalidade germânica” e ao “progresso de Santa Catarina”, encontra-se em CAMPOS, Cyntia Machado. **Controle e normatização de condutas no Estado de Santa Catarina (1930-1945)**. Dissertação de Mestrado. HST/ PUC/SP, 1992. P. 58-68.

<sup>83</sup> CHALOUB, Sidney. Op. Cit. P. 29.

‘novo’, da ‘civilização’ (...)”, onde, a visão de trabalho refletisse a dignidade do homem e fosse o único meio de exercer sua cidadania:

“(…) O Estado Novo trouxe como lema: – Para frente. E para frente quer dizer trabalhar, trabalhar sempre, seja em que posto esteja o indivíduo, porque nos dias em que vivemos não há elementos fracos nem fortes, há individualidades activas, há espíritos que se completam, uma vez que a machina do Estado se compõe de engrenagens e eixos multiformes mas que se completam e se justapõem.” (Jornal de Joinville - 05/05/38-N.52-P.1).

Esta nova ordem do trabalho era sentida nos diversos setores da sociedade, a música popular, controlada pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), passou a transmitir esta ideologia nas letras de músicas:

“Quem trabalha é quem tem razão/ Eu digo e não tenho medo de errar/ o bonde de São Januário/ leva mais um operário/ Sou eu que vou trabalhar./ Antigamente eu não tinha juízo/ mas resolvi garantir meu futuro/ Sou feliz, vivo muito bem/ a boemia não dá camisa a ninguém.” (Samba “O Bonde de São Januário” de Ataulfo Alves, início da década de 40, exaltando o valor do trabalho, conforme orientação do DIP)<sup>84</sup>

### **2.3 - O Estado Novo e a criação do mito Vargas**

Ao mesmo tempo que o governo fazia sua propaganda sobre as concessões aos trabalhadores, exaltava a figura de Getúlio Vargas como sendo o único responsável por tais benefícios.

---

<sup>84</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. Cit. P. 165.

“OPERÁRIOS BRASILEIROS:

Até hoje em nenhum paiz do mundo, as classes trabalhadoras conseguiram tanto, em tão pouco espaço de tempo e tudo isso concedido pelo espirito de justiça de um só homem.

Trabalhadores do Brasil, cerrai fileiras em torno do Estado Novo!

Cerrai fileiras em torno do vosso grande amigo e de vosso grande patrono: GETULIO VARGAS!

Pela Constituição de 10 de Novembro!

Pelo Brasil unido e forte, caminhando victoriosamente para os seus gloriosos destinos!” (Jornal de Joinville - 21/05/38-N.59-P.4.)

Segundo a análise de Edgard Carone<sup>85</sup>, sobre o mito Getúlio Vargas, "o Estado Novo é o primeiro momento em que se tenta dar um sentido mítico ao Estado, personalizado não só no que se denomina Estado Nacional ou Nação, como também em seus expoentes chefes. Em momento nenhum o mito atinge os ápices dos regimes fascistas, mas conteúdo e forma se delineiam dentro do mesmo espírito e intenção. Ao contrário dos movimentos anteriores, a criação mítica é feita conscientemente e durante a existência do novo Estado, numa tentativa de lhe dar caráter e sentido permanente e fundamental"<sup>86</sup>.

De acordo com Raymundo Faoro, o mito Getúlio Vargas toma corpo quando este percebe que não era apenas o candidato dos situacionistas divergentes, mas sim de um país em protesto. Mais tarde, através dos meios de comunicação, os órgãos oficiais exploram esse mito através da propaganda.

Porém, a criação desse mito só se corporifica devido à necessidade por parte tanto da massa, desacreditada, quanto das elites dirigentes ou da classe média (se assim podemos chamar), confusas e desorientadas (até acharem seus lugares e a maneira de se movimentar).

<sup>85</sup> CARONE, Edgar. Op. Cit. P. 166.

<sup>86</sup> Ibidem, P. 166.

De acordo com Lúcia Lippi Oliveira<sup>87</sup>, as ideologias assumem papéis preponderantes quando a influência das tradições sobre uma determinada sociedade diminuem, ao mesmo tempo que “os comportamentos cotidianos não fornecem uma imagem aceitável do processo político”. Ou seja, há a necessidade de justificar ou mesmo historicizar as imagens criadas pelas ideologias do Estado Novo, e mais, havia nesse momento uma lacuna a ser preenchida – e seu conteúdo seria o mito criado a partir da figura de Getúlio Vargas.

Eric Hobsbawm trata das tradições inventadas e que aqui se encaixam, pois “não é necessário recuperar nem inventar tradições quando os velhos usos se conservam”<sup>88</sup>. Ou seja, quando falamos sobre mito, este só foi criado quando houve necessidade diante das incertezas do momento.

Podemos verificar isto nas matérias dos jornais pesquisados em Joinville, onde aparecem, com grande frequência, propagandas, discursos de políticos e jornalísticos sobre a figura de Vargas, sempre com o intuito de apoiar seu governo, exaltando sua figura:

“1) Sob o título ‘Getúlio Vargas, o Novo Ditador’, o jornalista e escritor Pierre Descaves publica um perfil político do chefe do Estado brasileiro (...). Vê-se que o sr. Getúlio Vargas não vai por caminhos tortos.” (Jornal de Joinville - 05/03/38, N.27-P.1.).

Para demonstrar o apoio ao governo de Getúlio Vargas, exaltam sua personalidade perspicaz, afirmando dessa maneira a idéia de que somente ele poderia estar no governo, e que ele é o sustentáculo do regime. Criam, dessa maneira, em todo o país, onde a mídia podia chegar, o mito Getúlio Vargas, chefe da nação brasileira.

---

<sup>87</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. Cit. P. 9-10

<sup>88</sup> HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, P. 16.

“2) A personalidade do Presidente Getúlio Vargas:  
(...) Não é preciso ser profundo psychologo, declarou o jornalista americano, para se notar que a tão excepcional capacidade de tranqüilidade physica, corresponde a uma actividade mental extraordinária. Ella se manifesta não somente na rapidez, na precisão e na opportunidade das respostas, adivinha-se uma intelligencia vivaz e lucida e uma energia tanto mais eficiente quanto é auxiliada por facil e perfeito contrôle dos nervos.” (Jornal de Joinville - 10/02/38-N.17, P.1.).

Além das matérias que contemplam e exaltam a qualidade de Getúlio Vargas, temos os adjetivos a ele dirigidos e que serviam como chamariz destas matérias publicadas pelos jornais, como “Getúlio Vargas: Salvador da Pátria”; “Getúlio Vargas: o restaurador da nacionalidade” (Jornal de Joinville - 20/04/40-N.43,P.1); “O Homem do Momento: Getúlio Vargas” (Jornal de Joinville - 11/05/39-N.54-P.1), etc. Esses exemplos representam claramente que “mito e comemoração se conjugam. O primeiro acentua as qualidades, o segundo torna-as públicas. É assim que o Estado Novo marca a ação e o sentido do presidente Getúlio Vargas (...)”.<sup>89</sup>

Percebemos também que o Jornal de Joinville contribui para a formação deste mito. Se houve resistência às publicações referentes às ideologias estadonovistas e à criação deste mito, estas dissiparam-se com o tempo e com a ajuda da máquina da propaganda que estava nas mãos do governo, pois inclusive este jornal chamava o público para as festas cívicas que aconteciam na cidade - e nas sociedades culturais, como a Harmonia Lira.

A necessidade da produção do mito faz com que o governo crie meios para sua organização, pois “a eficácia ritual supõe, contudo, a existência de numerosas formas de transmissão que, pela palavra, pela escrita, pela imagem,

---

<sup>89</sup> CARONE, Edgar. Op. Cit. P. 166-167.



Visita de Getúlio Vargas e Nereu Ramos à Joinville, 1940.  
COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. Tese Mestrado HST/  
São Carlos/ SP, 1993, P 139.

atinger: mesmo aqueles que não foram de modo algum espectadores ou que nunca virão a conhecer Versalhes.”<sup>90</sup>

Ou seja, o governo, através da criação de órgãos como o Departamento de Imprensa e Propaganda, utilizou-se da escrita, da imagem e da palavra para alcançar toda a população brasileira, de Norte a Sul, fortificando a figura do mito Getúlio Vargas e também criando datas cívicas e comemorações nacionais, a fim de solidificar a imagem de seu governo.

“Centenas de obras apologéticas encomendadas pelo DIP, como SORRISO DO PRESIDENTE VARGAS, GETULIO VARGAS E SUA VIDA, passaram a ser distribuídas nas escolas primárias. Sua fotografia oficial, de casaco e meio sorriso – a Mona Lisa, segundo o escritor Osvald de Andrade – passou a ser distribuída não só a todas as repartições públicas, mas a todos os colégios, clubes esportivos, estações ferroviárias, aeroportos, bancos, casas comerciais, invadindo o cotidiano brasileiro.”<sup>91</sup>

A figura de Getúlio Vargas passa a fazer parte do dia-a-dia da população, sua imagem é distribuída e passa a ser ritualizada, “a máquina da propaganda disseminava o rosto pessoal do regime através de fotos, cartazes, lemas, dísticos (letreiros), moedas, selos, placas comemorativas. Toda a sociedade parece olhar com os ‘olhos luminosos, opacos, vivos ou entre-fechados’ de Getúlio. Seu nome passa a ser doado a grandes instituições, provas esportivas, logradouros públicos; sua vida é recontada em detalhes, passando através de ampla literatura, escrita e encomendada, por uma reescritura mítica das suas qualidades pessoais de chefe

---

<sup>90</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1988. Nesta citação o autor refere-se ao “século XVII como época de esgotamento, de abandono ou de desnaturalização dos rituais públicos do Estado da monarquia francesa, substituídos pelo cerimonial privado e pelo culto régio tal como são organizados na corte e a partir de Luís XIV”. P. 194-195.

<sup>91</sup> BRANDI, Paulo. **Vargas. Da vida para a história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. P. 143-144.



Embalagem do café “Liberal”, fabricado por Carlos Chiesa & Filho. Data: 1932 -  
Erechim/RS

Fotografia do Acervo do Museu Histórico de Concórdia - Doadora: Maria Sartori.

predestinado”.<sup>92</sup> Cria-se o mito através da propaganda nos mais diversos meios de comunicação. O regime investe nesta propaganda, bem como em todas as nuances que delineiam a figura de Vargas. Podemos observar que a corporificação do mito Vargas se estende e é incorporada dentro da política cultural desenvolvida pelo governo.

No campo da cultura podemos destacar duas tendências que, segundo Sergio Miceli<sup>93</sup>, em seu livro *Imagens Negociadas*, caracterizam este período. Para este autor, uma complexa série de injunções atinentes ao poderosíssimo efeito de dominação simbólica exercido, até pouco tempo atrás, pelos competitivos ‘herdeiros’ do movimento modernista, a maioria das leituras e interpretações da história cultural contemporânea vista através dos concretistas, Álvaro Lins, Otto Maria Carpeaux, Antônio Cândido, Wilson Martins, Afrânio Coutinho, Fernando de Azevedo entre outros, mostrou-se inescapavelmente impregnada dos princípios e dogmas da literatura, estendendo seus procedimentos aos demais campos de expressão artística, as artes plásticas em particular.

O autor identifica uma preocupação em garantir ao movimento modernista a aura de um marco de ruptura, cujos efeitos poderiam transferir do terreno estético para o domínio do pensamento, dos costumes, das instituições, inclusive da política, a prova irrefutável da entronização de uma nova era.

A outra tendência, segundo Sergio Miceli, derivou da preocupação em continuar contribuindo para qualificar as matrizes de uma política cultural no campo das artes visuais durante o regime Vargas. A contribuição dos artistas plásticos,

---

<sup>92</sup> LENHARO, Alcir. Op. Cit. Pp. 47-48.

<sup>93</sup> MICELI, Sergio. *Imagens Negociadas: retratos da elite brasileira (1920-40)*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. Pp. 14 - 24.

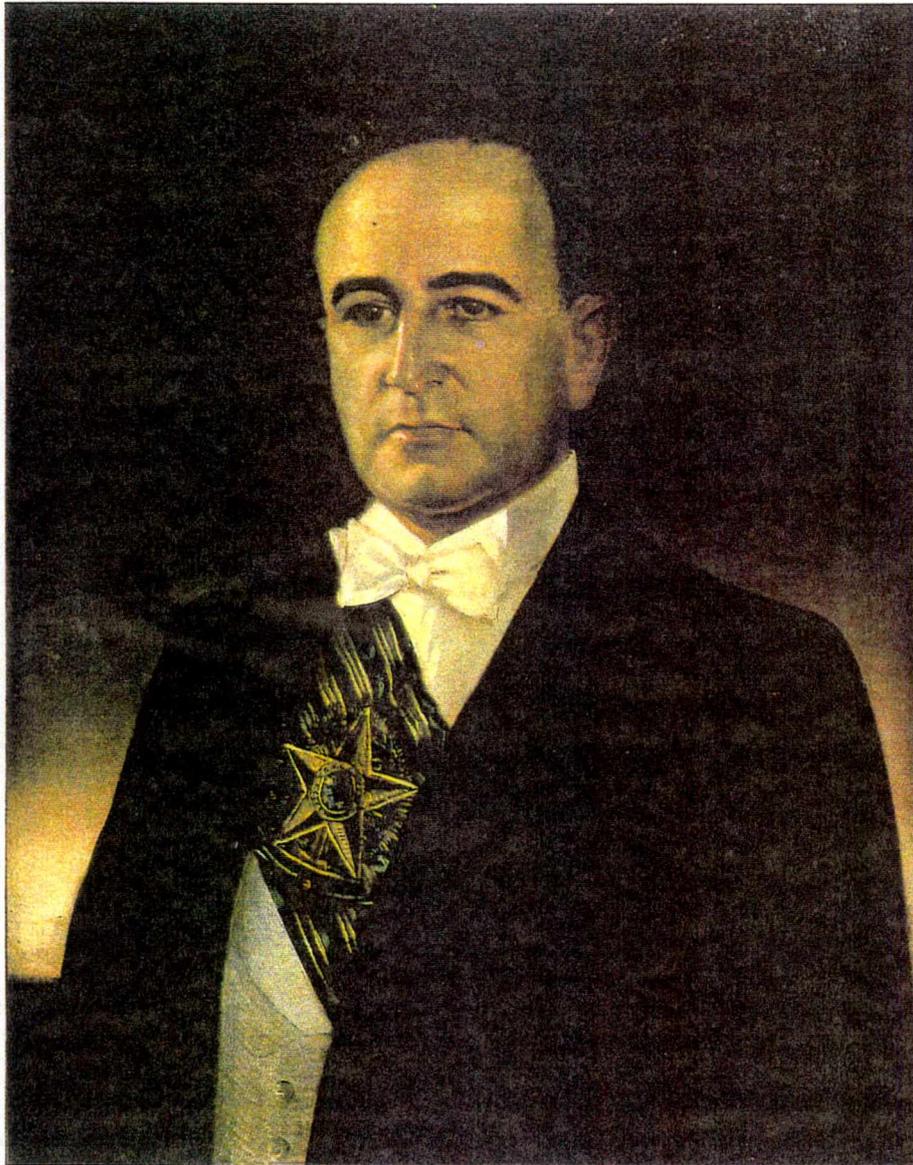
inclusive Portinari, revelou-se bastante decisiva ao viabilizar uma expressão figurativa nova às demandas formuladas pelos grupos dirigentes.

Órgãos, instituições e demais repartições governamentais existentes são reorientadas segundo a nova ordem. Outros serviços e instituições foram criados para corroborar no projeto do governo, como o já citado DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e o SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), criado em 30/11/1937, com a reinvenção do barroco mineiro, e outras ações como, o novo prédio do Ministério da Educação e Saúde Pública, a reorientação da Escola Nacional de Belas Artes, a abertura do Salão aos artistas modernos, que constituem alguns marcos desse projeto, talvez o mais bem sucedido de toda a história das políticas culturais do Brasil. O mito Vargas foi produzido de forma ampla, a ponto de ser ele o próprio governo, uma figura ao mesmo tempo perto e fora de alcance da população.

A produção dos artistas plásticos engrossou significativamente a iconografia legitimadora do regime e do mito de Getúlio Vargas. Podemos destacar o artista Portinari como um dos expoentes dentro da nata artística que contribuiu de forma arrojada no projeto cultural deste governo.

A produção de retratos de Portinari reúne alguns intelectuais detentores de posições chave do setor cultural oficial, aqueles que desempenhavam funções políticas de destaque na cúpula ministerial, como também os que exerciam cargos executivos à frente de agências e entidades ligadas ao Ministério da Educação.

Nesta época, Getúlio Vargas vai se tornando a imagem preferencial a ser retratada, tanto por artistas legitimadores da elite, como pelos “artistas populares” através da literatura de cordel, gravuras e bonecos (em cerâmica, madeira e plástico) em série.



Portinari, Retrato de Getúlio Vargas, 1938, óleo sobre tela, 77 X 61 cm, Museu do Banco do Brasil.

MICELI, Sergio. *Imagens Negociadas: retratos da elite brasileira (1920-40)*. Cia das Letras: São Paulo, 1996, Figura 82.

Vargas obteve uma legitimação iconográfica bastante marcada podendo ser reconhecida em vários trabalhos de pintura e escultura. Segundo análise feita por Sergio Miceli, foi escolhida pelo então presidente do Banco do Brasil, Marques dos Reis, para exposição em seu gabinete. “Trata-se de um cromo concebido para atender as funções cerimoniais: em lugar da fotografia emoldurada, uma tela a óleo assinada pelo retratista de maior prestígio nos círculos dirigentes do regime.” Desta maneira, “Vargas se fez retratar em diversas ocasiões envergando no peito a faixa presidencial. A imagem daí resultante operou um trabalho de retoque iconográfico ao lhe conferir atributos simbólicos característicos dos ocupantes legitimamente eleitos, (...)”<sup>94</sup>

#### **2.4 O incentivo às comemorações cívicas**

Novos ritos, novas comemorações também fazem parte do novo contexto brasileiro, criado pelo regime do Estado Novo, pois criam-se, assim, novas datas comemorativas e reforçam-se as já existentes, aumentando sua importância através de justificativas histórico-nacionalistas. Eric Hobsbawm nos coloca que “(...) símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados Nacionais (no contexto europeu), tais como o hino nacional (...), a bandeira nacional (...) ou a personificação da Nação por meio de imagens oficiais, (...)”<sup>95</sup> Podemos notar que o Estado nacionalista de Vargas se utilizou também destes meios para recriar sua imagem:

“O presidente assinou decreto-lei dispondo sobre a forma de representação dos símbolos nacionais sendo como tais considerados a Bandeira Nacional, Hinos,

---

<sup>94</sup> Ibidem, Pp. 115-116.

<sup>95</sup> HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. Op. Cit. P. 15.

Armas e Selos. (...)” (Jornal de Joinville - 03/08/41- N.167,P.1.).

Em nosso caso, numa demonstração de que o Estado Novo representaria a união nacional em torno de um só símbolo, foram queimadas todas as bandeiras estaduais, em ato público. A bandeira nacional passa a ser símbolo máximo do Estado, como se vê neste telegrama do presidente Getúlio Vargas, publicado nos jornais, por motivo de comemoração ao Dia da Bandeira:

“Contemplai-a, agora, com maior e justificado orgulho. Ela tremula só, única e dominadora, sobre todo o nosso vasto território.

Símbolo do Brasil de hoje e de amanhã, bela e forte, afirma a unidade moral e material do nosso povo, n'uma síntese perfeita da existência e dos seus ideais de engrandecimento.” (Jornal de Joinville - 19/11/40- N.126, P.1).

Poderíamos nos reportar mais uma vez a Hobsbawm para afirmar que “desenvolveu-se um conjunto de rituais bastante eficaz em torno dessas ocasiões: pavilhões para os festivais, mastros para as bandeiras, templos para oferendas, procissões, toque de sinetas, painéis, salvas de tiros de canhão, envio e delegações do Governo aos festivais, jantares, brindes e discursos.”<sup>96</sup>

Dessa forma agiu o governo de Getúlio Vargas, dando orientações de como deveriam transcorrer as comemorações cívicas pelo Brasil, como vemos a seguir:

“De Florianópolis – Tendo Comissão Superintendente do Estado de Guerra em officio do illustre Presidente Ministro Macedo Soares recommendado ao Governo do Estado o maximo brilhantismo na commemoração do ‘Dia da Bandeira’, dia 19 do corrente, solicito-vos esforços a fim de que se realizem nesse município festividades commemorativas com a maxima

---

<sup>96</sup> Ibidem. P. 14.

sumptuosidade possível, tendo em vista se devem tirar dessas comemorações civicas motivos para combater o comunismo, por uma impressionante demonstração de brasilidade.

Entre os itens do programma sugerido pela Comissão destacam-se, além de uma procissão cívica conduzindo bandeiras, os seguintes: fazer com que todos os vehiculos de praça ostentem nesse dia uma bandeira nacional, todas as casas commerciaes ornamentem suas vitrinas com côres nacionaes, embandeirando as fachadas, as residencias deverão ostentar a bandeira do Brasil em mastros de jardim ou numa janela.

Espero de vossos sentimentos patrióticos todo o interesse na execução dessa festividade cívica. Saudações.” (Jornal de Joinville - 11/11/37-N.134-P.2.).

Era necessário, além da exaltação – neste caso à Bandeira – que o povo reconhecesse os símbolos do novo governo, como deveriam fazer com o mito Vargas. A questão do reconhecimento popular ao novo ritual, mito ou símbolo criado, é importante para o governo, pois é através desse reconhecimento que se garante o apoio popular.

Foram realizados os Congressos de Brasilidade<sup>97</sup> – seminários que aconteciam durante a Festa da Nacionalidade em várias cidades, durante o mês de novembro – com o intuito de firmar a necessidade do trabalho de nacionalização do Brasil, solidificando desta forma as ideologias do Estado Novo:

#### “FESTA DA NACIONALIDADE

De 10 a 19 de Novembro entrante realizar-se-á, em todo o território brasileiro, o 2o Congresso de Brasilidade, denominado ‘Festa da Nacionalidade’.

(...), o programa do Congresso é o seguinte:

UNIDADE POLITICA (...).

UNIDADE GEOGRAFICA (...).

UNIDADE HISTORICA (...).

UNIDADE MORAL E SOCIAL (...).

---

<sup>97</sup> CAMPOS, Cyntia Machado. Op. Cit. P. 52.

UNIDADE ÉTNICA, com a valorização eugênica do homem brasileiro, feito expressão consciente do valor social do trabalho (...).

UNIDADE CULTURAL, (...) em defesa da nossa língua, dos nossos patrimônios intelectuais e artísticos, dos nossos valores morais e com a nacionalização do ensino, da imprensa, do cinema, do rádio, da literatura, do teatro, da música, da dança, das artes plásticas e dos desportos.

UNIDADE ECONOMICA E FINANCEIRA (...).

UNIDADE JURIDICA (...).

UNIDADE AMERICANA (...).

UNIDADE PATRIOTICA (...).” (Jornal de Joinville - 22/10/42-N.243-P.4.).

A Unidade Cultural discutida nos Congressos de Brasilidade assume importância máxima quando percebemos que é através dela que o Estado pretende chegar à população e justificar suas ações direcionadas ao controle da população, a unificação do idioma e a nacionalização de toda a produção cultural.

É criado também o Congresso da Língua Nacional Cantada (1937), projeto apresentado por Mário de Andrade ao Ministério da Educação, e que contava com a participação de diversos intelectuais como: Cecília Meireles, Manuel Bandeira, entre outros. Com a reunião destes intelectuais, cantores, compositores, este Congresso tinha por objetivo uniformizar da melhor maneira possível a língua-padrão a ser cantada no país.<sup>98</sup>

A cultura de um povo cria suas identidades, e o governo de Getúlio Vargas, percebendo isso, interfere de maneira direta nesse setor: controlando os meios de comunicação, criando novos símbolos culturais, normatizando condutas e buscando nacionalizar a língua em todo território brasileiro.

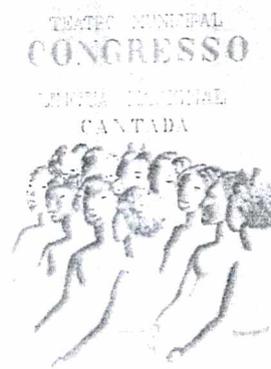
---

<sup>98</sup> ANDRADE, Mário de. **Cartas de Trabalho. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)** Brasília: SPHAN: Pró-Memória, 1981. Pp. 66-67.



Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, São Paulo, 1937. Entre os participantes podem-se identificar Cecília Meirelles, Manuel Bandeira, Oneyda Alvarenga, Francisco Mignoni, USP-IEB; e abaixo a folha de rosto do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada.

ANDRADE, Mário. **Cartas de Trabalho. Correspondências com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945).** Pró-Memória: Brasília, 1981. P.68



Se para o brasileiro tal adaptação “cultural” talvez já tenha sido um tanto difícil, para o imigrante europeu e seus descendentes que, mesmo vivendo no Brasil buscavam reinventar ou reelaborar velhas tradições e costumes – através de mecanismos criados para esse fim, como por exemplo os espaços de sociabilidade efetivados através da organização das sociedades culturais - esta adaptação foi conflituosa. Estes, embora defendessem a idéia de serem cidadãos brasileiros, resguardavam seus usos, costumes e tradições, o que era inadmissível para o governo brasileiro.

Em Joinville, novos ritos e comemorações incentivados pelo Estado Novo também começaram a fazer parte do cotidiano:

#### DIA DA BANDEIRA!

Joinville, a “cidade loira” numa empolgante vibração de sadio civismo, prestou seu valioso concurso nas homenagens ao Lábano Sagrado da Pátria, promovido pelo 13º Batalhão de Caçadores, em cooperação aos estabelecimentos de ensino. (...) (Jornal de Joinville, n. 134, de 22/11/38, P. 1)

Vê-se nesta nota de jornal, o destaque feito à “cidade loira” - sendo que numa primeira leitura, temos a visão de que a cidade de imigrantes europeus, já conquistada pelos ideais nacionalistas “vibra num sadio civismo” conjuntamente com o exército e as escolas.

Outra nota de jornal, trata sobre as festividades na Sociedade Harmonia Lira, por motivo do Dia da Independência:

#### A SOCIEDADE HARMONIA LIRA NAS FESTAS DA INDEPENDÊNCIA!

Constituíram por certo, nota distinta e elegante o concerto sinfônico e o baile de gala com que a prestigiosa Sociedade Harmonia Lira comemorou em a

noite de ontem, a transcorrência da grande efeméride da Independência do Brasil.

Seus fidalgos salões da Rua Quinze o que Joinville tem de mais representativo. A orquestra sinfônica da Sociedade Harmonia Lira, sob a regência brilhante do maestro Jorge Kaszás (...). Em seguida, o sr. Capitão Numa de Oliveira, orador oficial da Sociedade, pronunciou uma formosa e vibrante alocução sobre a data magna de nossa História (...). Iniciou-se, logo após, o baile, que se revestiu de um singular cunho de animação e cordialidade. (Jornal de Joinville, n. 193, de 7/9/43, P. 15)

Outro exemplo, refere-se ao Discurso proferido pelo Capitão Celso Lobo de Oliveira, em comemoração ao dia 7 de Setembro:

(...) Por isso, meus senhores, corresponde aos sentimentos de brasilidade que enche os corações do povo generoso desta terra, a presente sessão cívica em homenagem a data magna nacional, promovida pelo 13º Batalhão de Caçadores e pelas nossas duas grandes e tradicionais sociedades “Club Joinville” e “Harmonia Lira”.

Brasileiros que me ouvis!

Fallar para os brasileiros neste grande dia nacional com o coração brasileiro e com o sentimento brasileiro, ennobrece o orador e até, meus patricios, santifica o coração! (Jornal de Joinville, n. 105, de 12/9/39, P. 1)

Como estas, temos inúmeras matérias escritas nos jornais de Joinville, divulgando e promovendo comemorações cívicas incentivadas pelo Estado Novo em sua campanha nacionalizadora, que buscava no passado justificativas para o presente, criando heróis e enaltecendo tudo o que era genuinamente brasileiro.<sup>99</sup>

---

<sup>99</sup> Exemplos de matérias publicadas nos jornais de Joinville, sobre comemorações cívicas:

“Em Continência à Bandeira” - A Notícia Ilustrada - n. 21 - 24/11/40 - P. 12, 13 e 21;

“Sociedade Harmonia-Festa em homenagem ao Sr. Presidente” - Correio D. Francisca - n. 31 - 16/4/42 - P. 3;

“Convite para inauguração do retrato do Marechal Duque de Caxias” - Jornal de Joinville - n. 182 - 21/8/42 - P. 2;

“Sessão Cívica no Clube Harmonia Lira” - Jornal de Joinville - n. 183 - 22/8/42 - P. 2;

“Dia do Soldado” - Jornal de Joinville - n. 92 - 27/8/40 - P. 1;

“1º de Maio - A Grande Parada Trabalhista” - Jornal de Joinville - n. 51 - 4/5/39 - P. 1;

“Homenagem ao Dia de Santa Catarina” - Jornal de Joinville - n. 261 - 24/11/42 - P. 1, entre outras.

Diante destas notas - que camuflam o conflito, dando uma falsa noção de que a harmonia reinava tanto nos dias de homenagens cívicas quanto nos outros - percebemos a intensidade da Campanha de Nacionalização e da ideologia do Estado Novo, que alcançou o Brasil reinventando tradições cívicas um tanto esquecidas pelas ideologias liberalistas.

## **2.5 Os meios de comunicação: funções do DIP**

Além dos símbolos nacionais criados como mecanismos de representação, existem também os meios de comunicação, que não são símbolos por si sós, mas representam meios eficazes para a divulgação da nova ideologia.

Para controlar os meios de comunicação, orientando a propaganda sobre o governo, e fiscalizar toda a produção cultural e intelectual brasileira, o Estado cria o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP):

“A eficácia do DIP é, em parte, resultado de seu poder e da direção impressa pelo seu diretor, Lourival Fontes. Poder de ação e direção, por sua vez, somam-se a todo um contexto próprio dos regimes de direita, dos regimes totalitários e absolutos. (...) Sem oposição, sem ninguém para poder contestar-lhe a propaganda e a verdade, o governo usa de todos os meios para se expressar, para impôr sua imagem. Durante o Estado Novo, a censura dos jornais é total, (...). O rádio, por sua vez, que é um instrumento que começa a se divulgar na década de 30, é outro meio que o DIP usa frequentemente, levando notícias e informações oficiais para dentro de casa; ainda mais é criada oficialmente a HORA DO BRASIL (...). O cinema é utilizado, por sua vez, e todos são obrigados a exibirem Jornais Nacionais e estes são oficiais. Afinal, livros e folhetos publicados pelo DIP e distribuídos gratuitamente são outra forma de propaganda, (...)”<sup>100</sup>

---

<sup>100</sup> CARONE, Edgar. Op. Cit. Pp. 167-170.

O DIP foi o mais importante instrumento de sustentação do regime ditatorial estadonovista. É constituído de várias divisões, como: Divisão de Divulgação, Divisão de Radiodifusão, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo e Divisão de Imprensa. Dentre estas, a mais eficiente, a Divisão de Imprensa, estava encarregada da censura e da propaganda em jornais.

Gradativamente, através de tais medidas governamentais, os jornais, que são veículos de grande estímulo à manutenção da língua alemã nas regiões colonizadas por imigrantes, passam em 1941 à publicação completa em língua portuguesa.

“O Presidente Getúlio Vargas, atendendo a uma exposição encaminhada pelo diretor geral do DIP e aprovada pelo Conselho Nacional de Imprensa, sobre a situação da imprensa que se edita em línguas estrangeiras em nosso paiz, determinou que seja concedido aos jornaes, revistas ou quaisquer outras publicações periodicas enquadradas naquelas condições o prazo de seis meses para adotarem exclusivamente a lingua brasileira sob pena de lhes ser cassado o registro.”  
(Jornal O Aço – São Bento do Sul – 22/02/41-N.26, P. 4.).

Porém, desde 1937 já existe uma Comissão de Doutrina e Divulgação do Regime, no Departamento Nacional de Propaganda, que tinha como objetivo enviar para todos os jornais, matérias de interesse nacional, que deveriam ser publicadas dentro das condições determinadas.

Confirmando tais informações, Giralda Seyferth descreve:

“A influência nazista na imprensa teuto-brasileira cessou em 1938, ano em que teve início a Campanha de Nacionalização. Uma das medidas de caráter nacionalista determinadas pelo governo brasileiro foi a intervenção nos jornais editados em língua alemã. Eles poderiam continuar a ser publicados, mas com várias restrições: o redator deveria ser brasileiro nato, todas as matérias em

alemão precisavam ter versão em português na mesma página, e foi exigida a inclusão de artigos de cunho patriótico enviados pela Agência Nacional. O proprietário do 'Blumenauer Zeitung' não aceitou essas condições e este jornal encerrou suas atividades em dezembro de 1938. O 'Kolonie Zeitung', pelas mesmas razões, deixou de ser publicado no ano seguinte. Só o "Urwaldsbote" continuou sendo editado em alemão e português, até agosto de 41, tendo como redator um luso-brasileiro. Nesse ano foram definitivamente proibidas quaisquer publicações em língua alemã.<sup>101</sup>

Em cada estado brasileiro forma-se um Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), subordinado e encarregado das mesmas funções da Divisão de Imprensa do Rio de Janeiro.

Sua função é de extrema importância durante o regime ditatorial e, a partir de 1945, com a "abertura democrática", suas atividades deixam de ser interessantes ao novo quadro político do país, sendo transformado em Departamento Nacional de Informações.

Segundo Renato Ortiz, "nos anos 30 as produções culturais eram restritas e atingem um número reduzido de pessoas"; havia a necessidade, por parte do governo, de atingir um grande mercado consumidor, inculcando-lhe a nova ideologia. "O Estado é um elemento fundamental na organização e dinamização deste mercado cultural, ao mesmo tempo que nele atua através de sua política governamental."<sup>102</sup>

Como já foi colocado, o Estado, através da propaganda, utilizou-se dos meios de comunicação para levar sua nova ideologia à população. Dentre os meios de comunicação, o rádio ofereceu o maior alcance, pois "a radiodifusão, no Brasil, após um período de infância, nos anos 20, desenvolveu-se rapidamente, depois da

---

<sup>101</sup> SEYFERTH, Giralda. O nazismo e a imprensa teuto-brasileira no Estado de Santa Catarina. *Rev. Museu Paulista*, Vargas. 26, Pp. 282, 1979.

<sup>102</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. P. 84.

Revolução de 30, vindo a superar de longe o cinema como instrumento de cultura de massa.<sup>7103</sup>

Em regiões colonizadas por imigrantes era comum o uso de idioma estrangeiro, tanto no rádio quanto nos jornais. O Jornal “A Gazeta”, até 1937, trazia o programa das irradiações que provinham da Alemanha e possuía uma coluna escrita totalmente em alemão, a Deutsche Teill (Secção Alemã), que trazia informações políticas e sociais em alemão e em português ou castelhano, programas de música popular alemã, comédias, emissões para jovens (onde a juventude hitlerista cantava).

Era necessário, portanto, nacionalizar também os meios de comunicação, e constantemente apresentavam-se matérias criticando o desempenho dos mesmos, demonstrando assim a necessidade urgente de nacionalizá-los:

“(…) Por outro lado, não se admittem que as estações de rádio irradiem programas em lingua estrangeira, o governo ordenou a supressão de taes programas, determinando que ‘exceptuando os programmas nacional e panamericano, bem como dos programas artísticos, nenhuma outra poderá ser feita em idioma estrangeiro, salvo em casos excepcionais, mediante prévia licença por escripto do órgão fiscalizador.’ (…)” (Jornal de Joinville -17/02/38-N.20, P.1.).

Em 25 de julho de 1940, encontramos no Jornal de Joinville – N.1 (70)– P.1, uma nota comunicando que havia sido publicada, pela imprensa do Rio, a decisão do Ministro da Justiça dando somente aos brasileiros natos o direito de atuarem como locutores nas estações de rádio.

Além disso, a Rádio Nacional, encampada pelo governo em 1940, passou virtualmente a monopolizar a audiência do rádio com a contratação de músicos e

---

<sup>103</sup> BRANDI, Paulo. Op. Cit. P. 143.

artistas de grande aceitação popular como Lamartine Babo, Ari Barroso, Almirante, entre outros.<sup>104</sup>

Em Joinville, era grande o número de jornais impressos em alemão, como o *Der Beobachter am Mathiasstrom* (O Observador às Margens do rio Mathias), *Kolonie-Zeitung* (Jornal da Colônia). O decreto nº 383 de abril de 1.938 exigia que as publicações fossem em português, como a *Gazeta de Joinville* ou o *Correio de Dona Francisca*, pois uma das primeiras exigências feitas aos jornais em língua estrangeira foi que estes trouxessem a tradução simultânea dos textos:

“O Ministério da Justiça baixou a seguinte portaria:  
‘Considerando que o artigo 95 do decreto lei N. 4074 de Maio de 1938 e o artigo 272 do decreto N. 3010 de 20 de agosto do mesmo anno, sujeitam a autorização e registro prévio do Ministério da Justiça da publicação de livros, folhetos, revistas, boletins em línguas estrangeiras não deve constituir obstáculo ao uso e á difusão da lingua nacional entre os elementos estrangeiros fixados no paiz, considerando que a impressão desses periódicos exclusivamente no idioma nativo favorece aquelles elementos o habito de exprimirem nesse idioma, ainda que depois de uma longa permanencia no Brasil’ (...)” (Jornal de Joinville -22/07/39-N.84, P.1.).

O cinema não foi esquecido pelo governo e teve de adaptar-se às novas normas ditadas pelo DIP, anexando trechos de produções nacionais ao início e ao final de cada fita exibida:

“(...) A Associação Cinematográfica de Productores Brasileiros que congrega no seu seio a maioria dos productores e filmes brasileiros, obteve do Exmo. Sr. Getúlio Vargas, digníssimo Presidente da República, um decreto tornando obrigatória a inclusão de um filme complemento em todos os programas de cinema exhibidos no território da República. Esse decreto que tem o número 21.240 foi publicado em 4 de Abril de

---

<sup>104</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. P. 92.

Erhalten werden  
Zennabend.  
In betriebe durch  
die Erreutenen.  
Biele eränno-  
nate jährlich  
zum Meis, vierel-  
weise 1500 Meis;  
eine einzelne Nr.  
100 Meis.

# Colonie-Zeitung

und Anzeiger für  
**Dona Francisca und Blumenau.**

Anzeigen werden  
erhalten mit 150  
Meis für die durch-  
gehende, 120 Meis  
für die Pfaltige,  
80 Meis für die  
Ihrall, Geruchseite  
oder deren Stamm.  
Artikel gemeinnüt-  
igen Inhalts für ein  
gratis Aufnahme.

Verantwortlicher Herausgeber Dr. Dörffel zu Joinville.

Expeditionen der Colonie-Zeitung: in Joinville N. S. Müller; in Hamburg Robert Kitzler.

Vaterland! welsch' hoher Zantber ruht in diesem Namen und wie er sich die Brust bei diesem Klange, — aber wie wehmüthige Empfindungen knüpfen sich für uns an denselben!

Das wahre Vaterland mit den lieblichen Erinnerungen unserer Jugend, mit Allem, was uns durch Erziehung und Gewöhnung lieb und theuer geworden war, — haben wir verlassen; weit, unendlich weit liegt es hinter uns, und wahrscheinlich für alle Zeiten sind wir getrennt von demselben. Und das neue Land, in welchem wir unsern Wohnsitz aufgeschlagen und an welches wir unsere Existenz gebunden haben? — Dieses neue Land will uns noch nicht heimisch werden, es scheint ihm noch nicht ernst zu sein, uns als seine rechten Kinder anzuerkennen, und je inniger wir uns an dasselbe anzuschließen versuchen, um so fremdartiger werden wir nicht selten abgestoßen, um so gewaltiger regt sich dann aber die Sehnsucht nach dem alten, unvergesslichen Heimathlande, das uns freilich auch schon aus den Augen verloren und vergessen hat. Hüthwahr, eine müßliche und trostlose Lage, in der wir, gleich Heimathlosen, so zu sagen nicht mehr wissen, wem wir angehören!

Doch nein, gemeigte Leser! Eben diese Lage kann für uns eine recht glückliche werden, wenn wir dabei es vor Allem an uns selbst nicht fehlen lassen. Bei eifrigem Wollen und beharrlichem Streben wird es uns gelingen, die Beziehungen zum alten Vaterlande, soweit sie abgetroffen waren, wieder anzuknüpfen, soweit sie gelockert waren, neu zu befestigen und allgemach immer lebendiger zu gestalten. Somit das alte Vaterland gewissermaßen bis zu uns herüber auszu dehnen, und uns, wenn auch nicht räumlich, so doch geistig mit demselben wieder zu verschmelzen. Durch eifriges und beharrliches Wirken in echtdeutschem Sinne und Geiste wird es uns aber auch gelingen, die Achtung und Anerkennung des neuen Vaterlandes zu gewinnen und unsere Beziehungen zu ihm immer freundlicher und beglückender zu gestalten. Dasselbe wird uns zweifach zu Theil werden, was wir hienieden bloß einfach bezogen, und darum mögen wir getrost sein und glückselig sein, wenn wir durch unsern Fleiß und unsern Muth die Schicksale der Menschen und Völker zu ihrem Besten lenkt.

Der Wunsch nun, daß alle die deutschen Auswanderer, welche sich das südliche Brasilien und besonders die Provinz S. Catharina zum Ziele ihrer Ansiedelung wählten, hier auch wirklich ein neues Vaterland gewinnen, dabei aber das alte Vaterland nicht verlieren möchten, — dieser Wunsch gab die erste Veranlassung, das vorliegende Blatt in's Leben zu rufen. Dasselbe will daher vor Allem den Colonisten mit den Zuständen und Verhältnissen, welche ihm zunächst liegen und ihn umgeben, bekannt und vertraut machen. Denn so lange diese ihm neu und fremd sind, so lange er sich in ihnen nicht zurechtfinden und sie gehörig zu benutzen weiß, so lange wird er sich darin nie wohl und heimisch fühlen. In dieser Hinsicht wird es die nächste Aufgabe sein, einestheils das jedem Ankommenden fast durchgängig neue Gebiet der Haus- und Landwirthschaft, sowie der landwirthschaftlichen Gewerbe zu durchforschen und auszufunden, nützliche Kenntnisse, praktische Erfahrungen und neue Erfindungen darin zu sammeln und mitzutheilen und durch sachgemäße Erörterung derselben belehrend und anregend zu wirken; — andernteils über Rechtsleben und Geisich des Landes, namentlich über alle auf Colonisation oder auf die sociale Stellung der Colonisten bezüglichen Verordnungen und Maßregeln der Landesregierung, und insbesondere über die localen, municipalen und provinziellen Geisich und Einrichtungen, soweit der Colonist davon berührt wird, nöthige Kenntniss und Aufklärung zu verbreiten. Dabei wird das Blatt die Interessen der Colonisten nach Kräften zu wahren bemüht sein und nicht verschlen, Mängel der Colonisation aufzudecken, Vorschläge zu deren Abhilfe zu erörtern, alles Gemeinnützige zu fördern, Gemeinschädliches zu bekämpfen und, wo es gerechte Ursache zu Tadel findet, solchen freimüthig auszusprechen, letzteres jedoch niemals, um Unmuth und Erbitterung zu erregen, sondern lediglich um zu nützen und das Bessere zur Geltung zu bringen.

Wie auf solche Weise dem Colonisten Gelegenheit geboten wird, mit dem, was ihm zunächst liegt, sich bekannt und vertraut zu machen, so soll er auch über die Bewegung und Entwicklung des Menschen- und Völkerebens im Allgemeinen in Kenntniss erhalten werden. Zu diesem Zwecke wird das Blatt eine fortlaufende gedrängte, aber möglichst klare Uebersicht der wichtigsten Weltbegebenheiten und namentlich der bemerkenswertheiten europäischen Tagesereignisse bringen, wobei es die Entwicklung und Gestaltung der Länder deutscher Sprache und Sitte ganz bei werts im Auge behalten und darauf bedacht sein wird, in den Colonisten das Interesse für das alte Heimathland immer wach und aufrecht zu erhalten. Umgekehrt soll es aber auch über die Entwicklung und Gestaltung der hiesigen Colonialzustände fortlaufend getreuliche Kunde geben, um durch solche wechselseitig im alten Vaterlande Theilnahme und Interesse für die hiesigen Colonisten zu wecken, damit das alte Vaterland nicht mehr, wie es zeitlicher leider der Fall war, seine ausgewanderten Landesfinder wie verlorene Schafe betrachte und sie sich selbst und ihrem Schicksale überlasse, sondern vielmehr inne werde, wie durch sie dem Mutterlande neue Absatzwege eröffnet, frische Bezugsquellen aufgethan, erweiterte Handelsbeziehungen angebahnt und breitere Grundlagen zu Gedeihen und Wohlstand geschaffen werden können.

Neben dem angedeuteten allgemeinen Zwecke hat das vorliegende Blatt noch die besondere Bestimmung, für die Colonien

*Primeiro exemplar do "Colonie-Zeitung" am 18. December 1862.*

Primeiro exemplar do "Colonie-Zeitung", de 1862.

FICKER, Carlos. **História de Joinville. Crônicas da Colônia Dona Francisca.**  
Joinville, 1965, P. 288.

1932, entrando desde logo em execução, em virtude de instruções baixadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, e publicadas no Diário Oficial de 26 de Maio de 1934.

Ora, acontece que o referido decreto não vem sendo cumprido, em algumas localidades desse Estado, e até mesmo em alguns cinemas dessa capital, fugindo assim os exibidores ao cumprimento das Instruções que determinam, que nenhum programa cinematographico pode ser exhibido, sem que do mesmo conste um filme nacional em cujo certificado de censura conste a seguinte declaração: 'Attende ao Artigo 13 do decreto 21.240, de 04/04/32 – Instruções de 24 de Maio de 1934'. (...) (Oficio encaminhado ao Sr. Nereu Ramos – Interventor do Estado de Santa Catarina) (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – Officios Recebidos – Palácio do Governo – Janeiro/Dezembro 1937.)

Observemos que essa medida do governo é de 1934, e que toma corpo em 1937, como veremos a seguir:

#### “PROTEGENDO O CINEMA NACIONAL

(Instruções aos Delegados de Polícia do Estado)

O Sr. Delegado de Segurança Pública determinou pela portaria N.12, aos delegados da capital e dos municípios, que seja feita rigorosa fiscalização das exhibições dos cinemas, no sentido de não serem permitidas exhibições que não contenham um complemento educativo de produção nacional, sob a pena de multa de 200\$000, em cada omissão applicada pela autoridade fiscalizadora que deverá lavrar o auto competente, remetendo-o à collectoria federal." (Jornal de Joinville - 22/05/37-N.60, P. 1.).

Além desses cuidados, o próprio Ministério da Educação distribuiu para todos os Estados vídeos produzidos ou adaptados pelo Instituto de Cinema Educativo, destinados às escolas, tratando de temas nacionais a serem encaixados nos programas letivos.

As primeiras apresentações de cinema que aconteceram em Joinville eram ambulantes, ou seja, as empresas que eram proprietárias dos aparelhos viajavam de cidade em cidade e exibiam seus filmes nos salões de bailes e lugares públicos. Antes da instalação da luz elétrica, era utilizado gás acetileno para a projeção dos filmes. O primeiro filme sonoro foi apresentado no Salão Berner. Em algumas sessões de cinema, durante o intervalo apresentavam-se as bandas musicais. O primeiro cinema definitivo em Joinville foi instalado em 1911, com a “Empresa Cinematográfica Guarany”.<sup>105</sup>

Em Joinville, o “Palace Theater” exibia com grande frequência, desde 1934, filmes estrangeiros, divulgando-os através do Jornal de Joinville:

“PALACE THEATRO

Dia 1o de Janeiro - Hans Albergs e Kate von Nagy em HEROES SEM PATRIA (Flüchtlinge).

Falado em alemão, letreiros em português. (...)

Um soberbo espetáculo para inaugurar o anno de 1935." (Jornal de Joinville - 27/12/34-P. 2.).

É de se notar que nem todos os filmes possuíam legenda, ou melhor, “tradução do alemão para o português”.

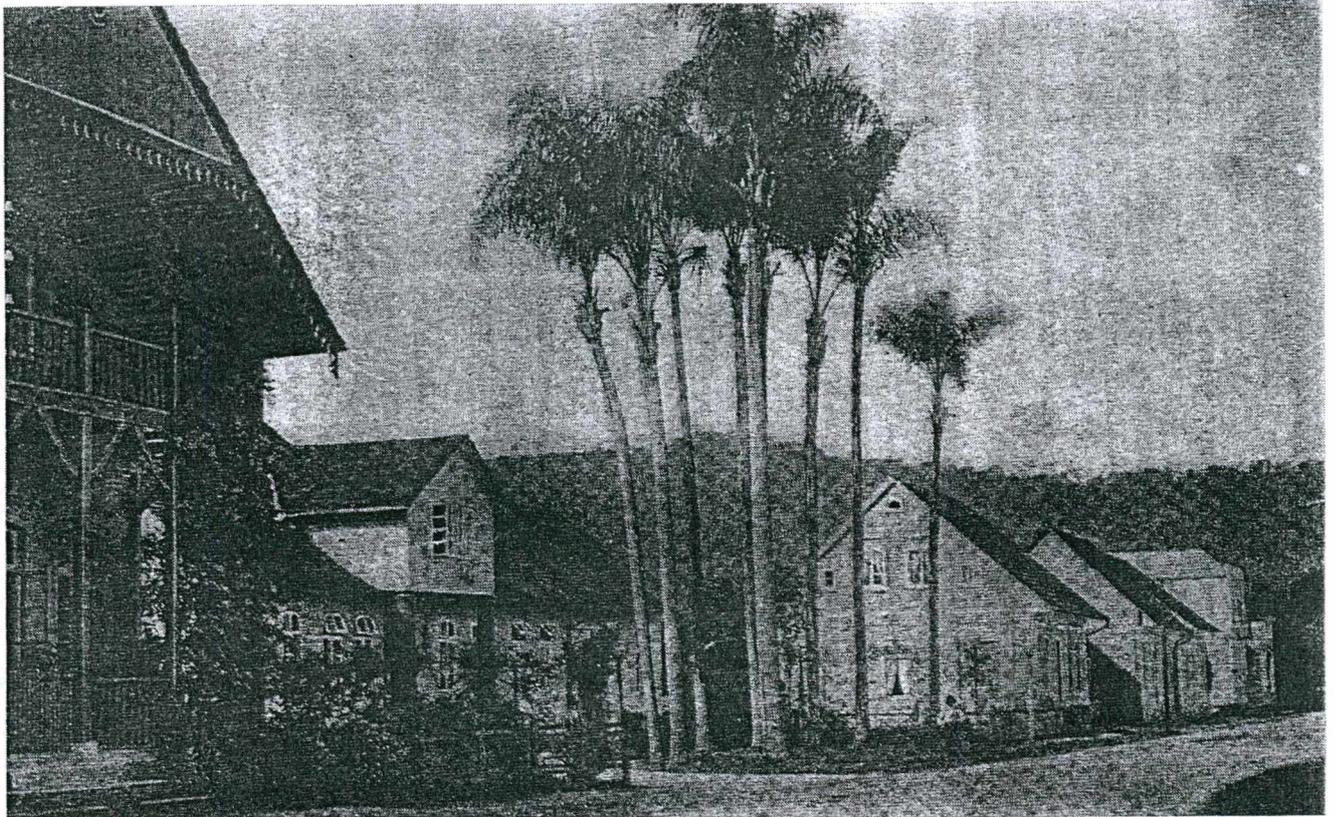
“Passará amanhã de noite na tela do Palace Theatro, o interessante film histórico alemão intitulado Strolzenfels am Rhein, com a interpretação principal de Grete Reinwald, Carl de Vogt (...).

O filme é musicado e com letreiros em alemão. (...)” (Jornal de Joinville – 21/8/34-P. 2.).

Fatos como este, que não aconteciam somente em Joinville, mas em todas as áreas colonizadas por imigrantes europeus, levaram o governo a tomar medidas

---

<sup>105</sup> FICKER, Carlos. Op. Cit. Pp. 430-431.



Salão Berner

HERKENHOFF, Elly. **Joinville - Nosso Teatro Amador (1858-1938)** Fundação Cultural de Joinville: Joinville, 1989, P. 10.

drásticas, como as citadas anteriormente, incentivando dessa maneira a nacionalização dessas regiões.

Uma das formas de administrar tais questões foi a criação do Conselho Nacional de Cultura, que teria como função coordenar todas as atividades relativas ao desenvolvimento cultural. Este Conselho agiria junto ao Ministério da Educação e abrangeria as seguintes atividades:

- a) Produção philosophica, scientifica e literaria;
- b) o cultivo das artes;
- c) A conservação do patrimônio cultural, patrimônio histórico, artístico, documento e bibliographico, etc.
- d) O intercambio intelectual;
- e) A difusão cultural entre as massas através dos diferentes processos de penetração espiritual - o livro, o radio, o cinema, o teatro, etc.
- f) A propaganda e a campanha em favor das causas patrioticas ou humanitarias;
- g) A educação physica através de toda a sorte de demonstrações collectivas;
- h) A educação physica, gymnastica e esporte;
- i) A recreação individual ou collectiva.” (Jornal de Joinville - 07/07/38-N.79, P. 2.).

Este Conselho seria composto por sete membros designados pelo Presidente da República, figurando entre eles, pelo menos 4 dos diretores ou altos funcionários de repartição do Ministério da Educação e Saúde.

O teatro, apesar de não atingir “as grandes massas, principalmente aquelas menos favorecidas”<sup>106</sup>, também foi alvo de modificações e, segundo o governo, de incentivos, como lemos a seguir:

“Com o proposito de amparar e melhorar a arte dramática no país, cumprindo o dever de estimular o desenvolvimento da cultura, institui por portaria de 14/09/36, a comissão de teatro nacional, em caráter

---

<sup>106</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. P. 113.

permanente havendo sido designados para constituí-la os srs. Mucio Leão, Celso Kelly, Oduvaldo Viana, Francisco Mignoni, Benjamim Lima, Olavo de Barros e Sérgio Buarque de Holanda.” (Diário Oficial do Estado – 15/01/37-N. 833, P. 2.).

Devemos perceber que todas as modificações promovidas no setor cultural, através dos meios de comunicação, aparecem envoltas em justificativas de incentivar, promover, amparar tal setor tanto em Joinville, quanto a nível nacional.

Joinville estava incluída na rota dos mais diversos artistas - músicos, dançarinos, cantores e teatrólogos - passaram pela cidade, apresentando-se em seus palcos. Muitos deles eram alemães que em visita ao Brasil - o que era muito freqüente - apresentavam-se nas regiões colonizadas por imigrantes europeus.

Os jornais pesquisados demonstram bem isto - em tempo de apresentações de artistas estrangeiros (em sua maioria alemães) - publicavam-se nos jornais locais o grande evento, dando hora, local e fazendo questão da presença da população.

Matérias enaltecendo a atitude do governo, perante o teatro, são comuns:

“O TEATRO NACIONAL ANTES E DEPOIS DE GETÚLIO:

(...) Depois da Lei Getúlio Vargas, o teatro seguindo novos rumos, chegou a interessar ao próprio público, que d'elle sempre esteve afastado, e que agora o procura, inexplicavelmente.” (Jornal de Joinville - 18/06/38-N.71, P. 5.)

Em Joinville a arte dramática sempre foi cultivada em alta escala, através das sociedades culturais de teatro amador, como a Harmonie-Gesellschaft (Sociedade Harmonia), Sociedade Dramática Boa Noite, Theaterverein Thalia (Sociedade de Teatro Thalia), Theater-und-Leserverein Pirabeiraba (Sociedade de Teatro e Leitura Pirabeiraba), entre outras. As peças teatrais eram copiadas e muitas

delas trocadas com a Sociedade Teatral Blumenau que, como Joinville, foi colonizada por imigrantes alemães – buscando da mesma forma reelaborar seus costumes e tradições – que, por sua vez, também desenvolvem as artes do teatro, dança, canto coral e tiro ao alvo. A maioria dessas peças teatrais eram escritas e apresentadas em alemão. No Anexo I encontra-se uma relação de peças teatrais que foram apresentadas em Joinville, que foi reunida a partir das fontes bibliográficas e dos jornais pesquisados.

Com o controle rígido do governo sobre a cultura, as apresentações teatrais e de canto coral diminuíram sensivelmente, pois já não era mais permitido aos grupos apresentarem-se falando em língua alemã. Em Joinville, passaram a apresentar-se com mais frequência grupos de outras regiões, principalmente do Rio de Janeiro, e financiados pela PRO-ARTE (criada em 1929, com o objetivo de incentivar e divulgar as “Artes, Letras e Ciências” no país. Com a instauração do Estado Novo, criou-se o “Anel da Pró-Arte”, que se constituiu na abertura de agremiações congêneres pelo Brasil, patrocinando cada vez mais turnês de artistas de cunho nacionalista).

Quando do depoimento de Juta Hagemann Cunha, durante a entrevista feita à senhora Gerda Hagemann, por Raquel San Thiago, podemos perceber qual a atuação da PRO-ARTE em Joinville:

R.S.T. – Em 1938 foi a nacionalização...

J.H.C. – É. Foi a nacionalização. 38, 39, 40, por aí. Aí, acabou muita coisa boa. Acabaram os concertos na Lyra, acabaram...

(...)

R.S.T. – O que era a PRO-ARTE?

J.H.C. – PRO-ARTE? Era uma... hoje em dia ainda existe a PRO-MUSICA, não é? Mas aquela era a PRO-ARTE. Era uma companhia que trazia celebridades para cá. Tanto que nós...

R.S.T. – Mas era uma companhia em nível nacional?  
Ou...

J.H.C. – É! Era uma companhia em nível nacional! Não é? Por exemplo, eu me lembro, de criança, eu devia ter o que, eu devia ter uns nove anos... Tanto que eu não fui assistir, a Pró-Arte trouxe a Bidu Sayon para Joinville, a Pró-Arte trouxe o Claudio Arrau... trouxe aqueles irmãos Altea e... eu não sei o nome do homem... Alimonda... trouxe célebres artistas, violinistas...

R.S.T. – Alemães?

J.H.C. – Não! Brasileiros!

R.S.H. – Mas mesmo assim....

J.H.C. – Mas mesmo assim, acabaram com essa, com a nacionalização, acabou a vida cultural de Joinville.

R.S.T. – Com todas as associações, com as sociedades de canto...

J.H.C. – É! Tudo!<sup>107</sup>

Desta maneira, podemos perceber que a vida cultural e artística de Joinville, após a Campanha de Nacionalização, decretada em 1938, até durante a Segunda Guerra Mundial, sofreu uma desaceleração significativa devido a vários fatores: proibição do uso do idioma alemão, do rígido controle sobre todas as sociedades culturais, sobre todos os jornais, estações de rádio, cinema e teatro.

É preciso não esquecer que o Estado Novo efetivou mudanças culturais em todo o país, atingindo principalmente regiões de imigração, ou seja, não foram somente as colônias teuto-brasileiras atingidas pelas novas normas sociais e culturais, mas também colônias ítalo-brasileiras e nipo-brasileiras - como todas as manifestações culturais estranhas ao ideal nacionalizador do Governo Vargas.

Enfim, a cultura, enquanto formadora de identidades, passou a ser controlada pelo governo, a fim de “orientar” a população como um todo, seus hábitos, seus costumes, de acordo com uma nova ideologia, sendo que essa cultura deveria ser unificada através de um projeto governamental amplo, atingindo

---

<sup>107</sup> Gerda Hagemann - nascida no Brasil, seus pais eram imigrantes alemães vindos por volta de 1884.

principalmente as regiões colonizadas por imigrantes europeus, em favor da instituição de uma cultura nacional. Essa orientação, por parte do governo, tinha uma só direção: a reconstrução da “Nação”. Para isso era necessário extirpar “estrangeirismos”, atingindo de maneira ímpar as regiões colonizadas por imigrantes europeus e por seus descendentes, não só em Santa Catarina, mas no Paraná, no Rio Grande do Sul e também em algumas regiões de São Paulo.<sup>108</sup>

A partir daí, vemos a importância do Departamento de Imprensa e Propaganda durante o Estado Novo, que foi o principal responsável pela legitimação da figura de Getúlio Vargas diante da população. Sua atuação abrangia todos os meios de comunicação de massa, direcionando-os num só sentido – aquele que favorecia a divulgação do novo regime, seu líder e suas novas normas de conduta.

Apesar do rígido controle do Estado sobre os intelectuais e artistas, ou melhor, sobre toda a produção intelectual ou artística do período, a forma mais eficaz para a produção de uma nova ideologia, e para que essa atingisse a população, foram os meios de comunicação. Através do rádio, televisão, teatro, cinema, livros e panfletos, a nova ideologia estadonovista chegava às diferentes regiões do Brasil, modificando o cotidiano, normatizando condutas e reelaborando “uma só imagem se si mesma”<sup>109</sup>. Esta tentativa de reelaborar sua imagem, tentando demonstrar poder, unicidade, harmonia, fazia parte do projeto de unificação do Estado em torno da “nação brasileira” e da criação de uma “identidade brasileira” única.

---

<sup>108</sup> Sobre esta questão, conferir: CAMARGO, Aspásia. **O Golpe Silencioso**. RJ: Rio Fundo Ed., 1989. e CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945)** RJ: Bertrand Brasil, 1988.

<sup>109</sup> LENHARO, Alcir. Op Cit. P. 38.

Porém, segundo afirma Renato Ortiz “não existe uma identidade autêntica, mas sim uma pluralidade de identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos”.<sup>110</sup>

Cada grupo elabora sua identidade, que através das relações sociais interagem entre si constantemente. A sociedade é um todo abstrato, formado de grupos muitas vezes extremamente diferentes, o que não as impossibilita de integrarem-se formando grupos mais homogêneos.

A Campanha de Nacionalização baseada em princípios como a unificação da língua falada e escrita, em heróis nacionais, na valorização do homem brasileiro, seus heróis e trabalhadores, atingiu frontalmente as regiões colonizadas por imigrantes europeus. A influência da entrada do Brasil na II Guerra Mundial contra os países do Eixo acirrou a repressão.

Através da explanação acerca da nova política cultural do Estado Novo e uma acetuada negação ao regionalismo, aplicados durante o governo de Getúlio Vargas, podemos compreender a interferência sofrida nos espaços de sociabilidade criados em Joinville os quais tinham na língua o ponto de injunção da criação da identidade étnica, como vimos no primeiro capítulo.

O Estado Novo promoveu enormes mudanças, que foram da economia à política, atingindo os vários setores da população. A cultura foi direcionada de maneira eficaz, sendo que um dos motivos para tal interferência foi a unificação da língua falada no país— condição necessária, segundo a ideologia estadonovista, para a aplicação do objetivo maior do Estado Novo: a construção da nação.

A interferência do governo no setor cultural, mais precisamente a necessidade da homogeneização da língua falada como forma de atingir esse

---

<sup>110</sup> ORTIZ, Renato. Op. Cit. P. 8.

objetivo de construir a nação brasileira, sob a ideologia centralizadora e nacionalização, serão tema do próximo capítulo, que demonstrará a interferência governamental diretamente nos espaços de sociabilidade criados pelos imigrantes alemães a fim de preservar suas tradições, costumes e sua língua.

## CAPÍTULO 3

### A AÇÃO NACIONALIZADORA EM JOINVILLE

“Somente palavras que andam, passando de boca em boca, lendas e cantos, no âmbito de um país, mantém o povo vivo”. (N. F. S. Grudtvig)<sup>111</sup>

Diante da importância da unificação da língua, tanto no processo de nacionalização do Governo Vargas quanto nos espaços de sociabilidade criados pelos imigrantes residentes em Joinville, analisaremos a interferência deste processo nacionalizador sobre estes espaços. Devemos levar em consideração aqui, que esses espaços de sociabilidade – criados através da organização e fundação de sociedades culturais, esportivas, assistenciais, de canto coral ou de teatro e da imprensa – tornaram-se o centro das atividades culturais e sociais da cidade de Joinville, bem como centros onde a manutenção da língua alemã era necessária, ou mais, fundamental para o desenvolvimento das outras atividades.

A oficialização desses espaços através da organização legal das sociedades - como registros, atas das reuniões - constitui-se na formalização de fato e de direito desses espaços comunitários, onde a reativação da identidade étnica era de igual importância, sendo que o meio mais utilizado para alcançar esse objetivo era a língua alemã.

#### 3.1 Identidade étnica e o idioma

---

<sup>111</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes. Cap. X, 1994.

Faremos, num primeiro momento, referência ao trabalho de Ilanil Coelho, “Joinville e a Campanha de Nacionalização”, que discute os conceitos de germanidade e identidade étnica, pertinentes a nossa abordagem.

A autora chama a atenção para o “desenvolvimento de determinadas formas de sociabilidade e representações de conteúdo étnico atreladas, de um lado, aos valores e símbolos presentes na cultura de origem dos imigrantes e, de outro lado, às condições específicas encontradas por esses na realidade brasileira”<sup>112</sup>. Estes dois componentes - valores e símbolos e as condições físicas, sociais e ambientais encontradas aqui - foram parte integrante e, pode-se dizer, fundamental para a formação dos espaços de sociabilidade nas regiões colonizadas por imigrantes teuto-brasileiros. Estes espaços tornaram-se o resultado desta interação, pois foram constituídos com o intuito de preservar e/ou reelaborar estes “valores e símbolos” que já pertenciam ao grupo imigrante.

Para levarmos adiante esta discussão acerca da importância destes espaços de sociabilidades, como espaços comunitários e perpetuadores de uma identidade étnica, através de tradições ou costumes<sup>113</sup>, e através, principalmente, da língua alemã, precisamos retornar à questão da identidade étnica e da abrangência deste conceito no meio cultural para os imigrantes de origem alemã.

Trabalhando com identidade étnica, a compreensão de alguns conceitos muito utilizados na literatura que trata dos grupos teuto-brasileiros se torna relevante, como: *Deuschtum*, *Volkstum*, *Volksgemeinschaft*, *Geist* e *Deutschbrasilianertum*.

---

<sup>112</sup> COELHO, Ilanil. *Joinville e a Campanha de Nacionalização*. Op Cit. P.41

<sup>113</sup> Segundo Eric Hobsbawm (Op. Cit.), a tradição deve ser diferenciada do costume, uma vez que o objeto e a característica da primeira (inclusive das tradições inventadas) é a invariabilidade. O passado real ou forjado, a que elas se referem impõe práticas fixas, como a repetição. Já o costume, em sociedades tradicionais, não impede inovações, podendo sofrer modificações, desde que continuem idênticos ou compatíveis ao precedente. P. 10.

Segundo Giralda Seyferth, o *Deuschtum* é característico do grupo teuto-brasileiro e se forma a partir da lealdade que os imigrantes possuíam para com a Alemanha, não como Estado, mas como país de origem, tendo por característica o nacionalismo como desenvolvimento físico, espiritual e moral, onde a herança legada aos descendentes é a nacionalidade independente do território: a manutenção desta nacionalidade depende do “sentir-se alemão”, mantendo costumes, a língua e o espírito (*Geist*) alemão.

O *Volkstum* representa a nacionalidade, não através do país onde nasceu, do território, mas a ascendência consanguínea da cultura e língua. Já o *Volksgemeinschaft* representa a comunidade nacional ou a nação enquanto fenômeno étnico cultural.

Vemos, portanto, nestes conceitos, a desvinculação do grupo étnico teuto-brasileiro com relação ao território alemão enquanto Estado político, em contrapartida a sentir-se alemão. A expressão *Deutschbrasilianertum* lembra tanto a necessidade da manutenção dos valores étnicos alemães (elementos que os une a terra natal), quanto a importância da cidadania, sendo esta sua ligação com o Estado brasileiro. Esta expressão, para Giralda Seyferth, tem seu significado mais próximo traduzido como “germanidade teuto-brasileira”, trazendo consigo “uma inequívoca proposta de pluralismo étnico-cultural - cada grupo de imigrantes com direito de manter seus costumes, cultura, língua, e todos igualmente cidadãos brasileiros”<sup>114</sup>. Ou seja, diante do conceito *Deutschbrasilianertum*, a cidadania brasileira e o *Deuschtum* para o grupo teuto-brasileiro convivem pacificamente.

Seyferth aborda estes conceitos enquanto características do grupo teuto-brasileiro numa tentativa de identificar todos os elementos integrantes da identidade

---

<sup>114</sup> SEYFERTH, Giralda. A Identidade Teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: **Os Alemães no Sul do Brasil**. Op. Cit. P.18.

étnica. Já René Gertz<sup>115</sup> discute a questão, trabalhando tais conceitos diante da relação destes com o nazismo e integralismo, abrangendo assim o campo político mais especificadamente.

Diante de tais conceitos, devemos perceber a importância que é dada à língua alemã pelo grupo teuto-brasileiro. A língua alemã também é importante neste contexto pois é com ela que se transmitem os valores da nacionalidade. O universo de todos estes conceitos como o da manutenção do “*Geist*” (espírito alemão) está na conservação do uso cotidiano da língua alemã.

Há a necessidade, portanto, de demonstrar sua importância para este grupo étnico em Joinville, para que possamos compreender o impacto que a proibição deste idioma refletia nos espaços de sociabilidade, enquanto espaços públicos que objetivavam a perpetuação do *Deutschtum*.

### **3.2 Esforços do governo para a unificação do idioma**

O governo agiu sobre os mercados culturais de massa – como já citamos, a música, o teatro, a imprensa falada e escrita – sendo esses organizados para alcançar objetivos precisamente definidos, bem como para atingir um público específico. Esse movimento do Governo sobre a cultura é preparado previamente para divulgar a ideologia do Estado Novo e, como tal, em nosso estudo de caso, combater o sentimento de etnicidade preservado também através dos espaços de sociabilidade criados pelos imigrantes de origem alemã em Joinville, assim como nas outras regiões de colonização teuta. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, e com a instituição do Estado Novo, o setor cultural foi severamente atingido por

---

<sup>115</sup> GERTZ, René. **O fascismo no Sul do Brasil. Germanismo. Nazismo. Integralismo.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

medidas nacionalizadoras. Através da proibição do uso de idiomas estrangeiros, Vargas tencionava homogeneizar a cultura e língua falada no País.

“A forma de nacionalização cultural de Vargas foi provavelmente a medida mais agressiva tomada por qualquer país da América do Sul para resolver o problema de sua minoria. Os regulamentos pretendiam derrubar a manutenção de uma cultura homogênea entre entidades estrangeiras dentro do Brasil e dissolver a identidade étnica das minorias estrangeiras no pressuposto bem fundamentado de que, com o desaparecimento da língua estrangeira, a absorção social e cultural seria somente uma condição de tempo.”<sup>116</sup>

Vemos, portanto, a importância dada pelo governo à questão da língua, que assumia importante posição tanto para os teuto-brasileiros, para os quais seu uso cotidiano seria o instrumento mais importante para a preservação do *Deutschtum*, quanto para o Governo, que via em sua proibição a principal arma para combater as particularidades regionais vistas como agressoras a unificação nacional.<sup>117</sup>

Para percebermos a importância dada pelo governo à nacionalização da língua, retomamos o trabalho de Jaecyr Monteiro<sup>118</sup>, que nos chama a atenção para a política eficaz direcionada para as escolas, ressaltando que desde a Monarquia houve leis direcionadas para a preservação da língua nacional, porém somente no Estado Novo é que montou-se uma estrutura capaz de enfrentar o problema atuando de perto nas escolas através dos inspetores escolares. Foi criada a Liga Pró-Língua Nacional, que envolvia todos os alunos; aos mais adiantados e conhecedores da

<sup>116</sup> DALBEY, Richard O. Os alemães no Sul do Brasil: do isolamento à integração através da nacionalização da educação. In: *Blumenau em Cadernos*. v. 12, n. 7, 1991. P. 127.

<sup>117</sup> Em CERTEAU, Michel de & JULIA, Dominique & REVEL, Jacques. *Une Politique de la Langue*. Paris: Galinard, 1974, podemos conferir a política utilizada pelo governo francês diante da diversidade linguística do país após a Revolução Francesa, bem como as estratégias utilizadas para unificar a língua nacional, eliminando as particularidades regionais.

<sup>118</sup> MONTEIRO, Jaecyr. Op. Cit. Pp. 100-101.

língua portuguesa cabia ensinar através de jogos, histórias e brincadeiras, aos mais novos, envolvendo assim toda a escola no processo nacionalizador.

Um dos pressupostos para a formação de uma Nação forte seria a nacionalização da língua, o que afetou diversas atividades culturais que vinham sendo desenvolvidas nas diversas colônias.

Em Joinville, toda a vida cultural tinha como elemento fundamental a língua alemã, pois tanto as peças teatrais, as apresentações de canto coral quanto a publicação de jornais, faziam-se nesse idioma. As apresentações de filmes, no Palace Theater, eram em alemão, pois a maioria deles era trazida por companhias da Alemanha, em intercâmbio cultural com o Brasil. Poucos eram os filmes que possuíam tradução ou legendas em português, como demonstramos abaixo:

#### PALACE THEATRO

Hoje: terça-feira - 20

A revista allema que suplanta tudo o que até hoje vimos.

Die Grosse Sennsunt

Falado e cantado em allemão

(sem letreiros)

Com Camile Horn - Olga Tschechowa

Lil Dalgover - Liane Hayde - Betty Amann

Hary Liasdtke - Conrad Veidt - Ernest Verebes - etc.,etc...

Um sucesso grandioso da tela allemã (Jornal de Joinville, 26/6/34)

Este filme, por exemplo, era falado e cantado em alemão, sem legendas para as músicas, ou seja, todo aquele que se dispunha a assistir um filme deste, deveria, no mínimo, compreender a língua alemã a nível de entendê-la através da fala e do canto.

#### PALACE THEATRO

Sexta-feira  
Noite allemã com o film  
Stolz weht die Flagge  
Musicado e cantado  
Letreiros só em allemão  
(Jornal de Joinville, 01/10/34)

A sexta-feira, denominada neste artigo de “noite allemã”, contaria com um filme musicado e cantado, acompanhado de letreiros em língua allemã. Novamente a participação nesta noite contaria somente com pessoas que soubessem a língua allemã a nível de compreender a fala e a escrita sem tradução.

#### PALACE THEATRO

Domingo  
George ou Georgette  
(Victor und Victoria)  
Ufa Tan – falado e cantado em allemão  
letreiros em portuguez  
com RENATE MÜLLER  
a mais alegre, a mais tentadora opereta.  
(Jornal de Joinville, 08/4/35, p. 2.)

Nesta matéria, o domingo não traz a referência de “Noite allemã”, o filme teria letreiros em portuguez, podendo haver então na assistência pessoas que não dominassem o allemão corretamente, pois haveria tradução.

O consumo de filmes estrangeiros, não só nas colônias de imigrantes europeus, como em todo o Brasil, deveu-se também ao fato de sermos “protagonistas de papel passivo”<sup>119</sup>, visto que até 1930 a indústria cinematográfica sofria influências estrangeiras e a legislação brasileira não possuía medidas capazes de modificar tal fato. Apenas a 4 de maio de 1932 é que o Decreto-Lei n. 21.240

---

<sup>119</sup> SODRÉ, N. W. Op. Cit. P. 80.

nacionalizou o Serviço de Censura Cinematográfica para Educação Popular. E somente a 29 de janeiro de 1942 o Estado Novo, através do Decreto-Lei 4.064, cria no Departamento de Imprensa e Propaganda o Conselho Nacional de Cinematografia. A partir daí, o mercado cinematográfico passou a ser controlado pelo governo e a introdução de filmes americanos aumentou. O “complemento nacional” introduzido nos filmes cantados em alemão tornou-se cada vez mais freqüentes.

A influência e a introdução de filmes norte-americanos foi amplamente estimulada a partir da criação do Bureau Interamericano (Office of the Coordinator of Inter-American Affairs), em agosto de 1940, pelo governo Roosevelt.<sup>120</sup> Este Bureau Interamericano era composto por quatro divisões: a de Comunicação, Relações Culturais, de Saúde e a Divisão Comercial/Financeira.

A Divisão de Comunicação abrangia o rádio, o cinema, a imprensa, viagens e os esportes; e a Divisão de Relações Culturais comportava todo o setor artístico, desde a música, literatura e publicações, até o intercâmbio e educação.

O setor de filmes era de extrema importância dentro da Divisão de Informações, pois elaborava filmes de ficção, como documentários, sendo estes voltados ao objetivo maior do governo norte-americano, que era afastar a influência do Eixo e assegurar a “posição internacional” dos Estados Unidos no Hemisfério Americano. O Bureau Interamericano promoveu viagens de artistas americanos ao Brasil, como Walt Disney (em 1941 - em seguida nasceu Zé Carioca), bem como de artistas brasileiros para os Estados Unidos, como Carmen Miranda e Ary Barroso.

---

<sup>120</sup> MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil. A penetração cultural americana.** Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1984. Pp. 20 e ss.

#### O CINEMA AMERICANO E O BRASIL

Segundo informação transmittida ao Ministério do Trabalho, pelo Escritório de Expansão Commercial do Brasil em New York, o nosso país foi o maior importador de films cinematographicos dos Estados Unidos, durante o anno de 1939. Importamos 14.119.038 pés de films, (...) (Correio do Povo, N. 1038, de 20/7/40, P.3)

Os documentários deveriam abranger os aspectos naturais, sociais, científicos e técnicos dos Estados Unidos e da América Latina. Foram financiados e exibidos filmes que reafirmavam a superioridade da civilização norte-americana em relação à alemã. Em 1943, o Bureau Interamericano patrocinou 8.698 sessões de cinema no Brasil, que alcançara cinco milhões de pessoas, e ainda, patrocinou 122 filmes em português.<sup>121</sup>

Como importante órgão de censura e base sustentadora do regime Vargas, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) colaborou muito com as atividades do Birô Interamericano na medida em que facilitava a aprovação dos filmes norte-americanos em contrapartida aos do Eixo.

O Ministério da Educação, através do Instituto de Cinema Educativo passou a controlar e a produzir filmes que deveriam ser exibidos nas escolas, como vemos a seguir:

#### FILMS PRODUZIDOS PELO INSTITUTO DE CINEMA EDUCATIVO

Neste anno o Ministério da Educação fará distribuir em todos os Estados, para exhibição nas escolas, films produzidos ou adaptados, pelo Instituto de Cinema Educacional.

---

<sup>121</sup> Ibidem, Pp. 41-42.

Os assuntos desses films obedecerão a um plano de articulação com os programas escolares que, assim auxiliados, serão mais facilmente e em caráter objetivo, ministrados nas classes.

O Instituto lançará igualmente discos e outros processos de ilustração dos films projectados. (Jornal de Joinville, 8/1/38, N. 3, P. 19.)

Os jornais tiveram também uma grande importância na vida das colônias de imigrantes, servindo ao mesmo tempo como instrumento de união, em função do idioma em que eram escritos, como também por sua ideologia.

Segundo Giralda Seyferth, essa imprensa teria como linha-mestra os 10 mandamentos que serviam para orientar o comportamento dos teuto-brasileiros. Esses mandamentos seriam “considerados como a consciência étnica dos deveres dos descendentes alemães, no que diz respeito à manipulação da mentalidade alemã”, como segue:

1. Mostra e confessa, como brasileiro, que tu és um descendente de alemães, mesmo quando, no momento, não pareça ser vantajoso.
2. Fala e escreve em alemão nas relações com alemães, sejam eles alemães natos ou descendentes de alemães, como tudo.
3. Leia também jornais e livros alemães; se a ordem natural é dominar a língua oficial portuguesa, não deve ser descuidado o uso da tua magnífica língua materna alemã.
4. Promove também a utilização da língua alemã na tua família, e dá para teus filhos ensino alemão; eles te agradecerão por isso.
5. Não modifiques em nenhum ponto teu nome de domicílio no Brasil, como fazem com os nomes de família os portugueses, espanhóis, italianos, eslavos e sírios. Teu nome alemão é tua bandeira pessoal.
6. Sejas, de preferência, apenas membro de um partido nacional brasileiro que conceda a ti, como descendente de alemães, direitos iguais. Quando tu, com todos os teus compatriotas de origem, te

afiliares como membro ativo desse partido, terás guardada tua particularidade para o bem da tua pátria brasileira.

7. Consagra um dia do ano para teu Wolkstum, no qual tu, com toda tua família, festejará o dia do teuto-brasileiro, o “Dia do Colono” e dele toma parte.

8. Não inveja o êxito de teus compatriotas de origem alemã, dá antes o melhor de ti, ajudando-os.

9. Ordena tua ânsia pessoal de progresso, pondo acima disso os grandes objetivos da vida cultural dos teuto-brasileiros.

10. Age na tua sociedade (Verein) com a finalidade de elevar os interesses do nacionalismo teuto-brasileiro (Deutschbrasilianertum) junto às associações estatais maiores”.<sup>122</sup>

A importância da língua alemã tornou-se clara a partir da análise desses 10 mandamentos visto que pelo menos quatro itens referem-se a ela, incumbindo-lhe importância significativa para a manutenção da etnicidade. O “brasileiro de origem alemã” se distingue dos outros pelo fato de usar, cotidianamente, a língua alemã.<sup>123</sup> O item 3 destaca a importância da imprensa na manutenção da língua alemã, incentivando os teuto-brasileiros a lerem jornais e publicações alemães.

Face a tal importância dada pelos imigrantes e seus descendentes aos jornais e publicações em alemão, o governo toma providências, na tentativa de uniformizar a língua no País através desse setor também:

#### JORNAIS PUBLICADOS EM LÍNGUA EXTRANGEIRA

(...) Dahi resulta, claramente, o seguinte: 1o – si os novos jornaes estrangeiros não trouxerem a tradução do seu texto, não poderão circular; 2o - si os jornaes que já

<sup>122</sup> SEYFERTH, Giralda. O nazismo e a imprensa teuto-brasileira no Estado de Santa Catarina. R. M. Paulista, Vargas. 26, 1979. P. 279 retirados do Neuen Deutche Zeitung, de Porto Alegre. Transcrito pelo Kolonie Zeitung, Ano 75, nº 66, de 19/8/1937.

<sup>123</sup> Ibidem, P. 280.

circulavam no tempo da portaria não tiverem seu texto traduzido, deixarão de gozar os benefícios de isenção de direitos alfandegários para o papel importado. (Jornal de Joinville, 17/10/39, N. 120, 1a P.)

Entre a determinação da obrigatoriedade de se publicarem textos com tradução simultânea para o português e a proibição, por completo, dos textos em alemão, a circulação de jornais alemães, não dura muito tempo mais, pois a partir de 1º de agosto de 1941 o Governo proíbe a publicação de qualquer jornal em língua estrangeira.

Em Joinville, deixa de circular o Kolonie-Zeitung, jornal publicado desde 20 de dezembro de 1862. Porém, o número de jornais que desaparecem em todo o país é enorme, como vemos a seguir, visto que tal decreto atingia também os italianos, poloneses, japoneses, etc.:

#### IMPrensa EXTRANGEIRA

“(...) Fiz uma relação dos principais, segundo os idiomas e o local de publicação, e cheguei as seguintes conclusões:

– Alemaes, 13 diários, além de numerosos anuários (mais de dez) publicados principalmente nos Estados de S.P.; S.C., P.R. e R.S.

– Italianos, 3 principais (‘Fafulla’, ‘Il Pasquino Coloniale’ e ‘Il Corriere dedi Italiani’) publicados em S.P.

– Japoneses (2 principais) (...)”

(Jornal “O Aço”, São Bento do Sul, 8/3/41, N. 28, P.1)

Inevitavelmente, mais um fator aglutinador e preservador da etnicidade, com destaque à língua alemã, é atingido pelas medidas governamentais estadonovistas: o rádio, pois “sua influência cultural, entretanto, embora arrolando

quase tão-somente aspectos negativos, foi considerável. Um dos poucos aspectos positivos (para o Estado) dessa influência foi o da uniformização da língua falada.<sup>124</sup>

Foi com esse objetivo – uniformizar a língua falada – bem como com o intuito de propagar a ideologia do Estado Novo, que o Governo assumiu atitudes rígidas para com a radiodifusão no Brasil, como vimos no capítulo II. Passou-se a controlar e censurar as músicas populares, bem como se exigiu o registro dos aparelhos de radiodifusão:

#### REGISTRO DE APARELHOS RECEPTORES

“... de radiodifusão. Comunica-nos o Sr. Agente postal telegráfico que o prazo para registro de aparelhos de rádio, de acordo com o decreto-lei n. 2979 de 28/1/41, finda a 31/3 do corrente (...)” (Jornal Correio de Dona Francisca, 24/3/42, N. 24, P. 2.)

O rádio - assim como a imprensa escrita - não foi esquecido nem pelo governo brasileiro, - que o considerava um instrumento de propaganda eficiente e sistemática, na medida em que objetivava orientar a população - nem pelo Birô Interamericano, pois o número de estações transmissoras de ondas curtas para a América Latina elevou-se de 12 para 200, através da integração de informações. Em 1943, eram 92 estações de rádio brasileiras que recebiam notícias do Birô, que preocupava-se também em produzir programas musicais eruditos e populares.<sup>125</sup>

#### A RADIODIFUSÃO RURAL

Em nosso país, a ação dirigida pelo Governo disciplinou a propaganda, proporcionando á Nação inteira informações de caráter objetivo, sempre atentas aos maiores interesses da Pátria.

Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o Governo valorizou a imprensa e o rádio

<sup>124</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. P. 93.

<sup>125</sup> MOURA, Gerson (Op. Cit.) traz maiores esclarecimento sobre a penetração cultural norte-americana no Brasil.

nacionais, hoje transformados em defensores das legítimas aspirações da coletividade brasileira (...). Dum modo geral, a imprensa brasileira vem focalizando com eficiência as grandes campanhas econômico-rurais, particularmente a imprensa do interior (...)" (Jornal Correio de Dona Francisca, 2/4/41, N. 1 (70), P. 19.)

Podemos perceber aqui que o caráter repressivo e coercitivo das atitudes governamentais são intencionalmente repassados ao público como incentivadoras dos interesses da nação. O Governo busca legitimidade através da valorização dos conceitos de "nacionalidade" e "coletividade". Portanto, a imprensa falada e escrita em língua alemã passou a ser perseguida, reprimida ou conduzida em defesa dos interesses do Governo.

E o governo estadonovista, com sua ideologia postulada em princípios nacionalistas, de maneira alguma poderia permitir a atuação de nenhuma iniciativa voltada para a preservação de sentimentos que não fossem brasileiros. Sendo assim, passa também a controlar, através de novas normas, os estrangeiros residentes no país.

O Decreto n. 383, de 17/4/38 (anexo 2), veda aos estrangeiros moradores no Brasil qualquer atividade política, bem como criar ou manter – com subsídios próprios ou vindos de seu país de origem – sociedades, fundações ou companhias de caráter político.

Tal decreto proíbe ainda a organização de desfiles, passeatas, comícios ou reuniões, bem como a utilização de qualquer tipo de símbolo ou uniforme identificando qualquer organização política.

Os meios de comunicação também são atingidos por esse Decreto, visto que "com o mesmo objectivo manter jornaes, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas, fazer

conferências, discursos alocuções, directamente ou por meio de tele-communication, empregar qualquer outra forma de publicidade ou diffusão.”

Nessa época, porém, ainda é permitido aos teuto-brasileiros reunirem-se em associações para fins culturais, beneficentes ou de assistência, sendo que essas associações não poderiam receber nenhum tipo de título, subvenções, contribuições ou auxílios dos governos estrangeiros, entidades ou pessoas que morassem fora do país. Para que as reuniões dessas associações pudessem acontecer, seria necessária a obtenção de uma licença prévia das autoridades policiais, para que essas soubessem o local e a finalidade de tais encontros. Tais proibições, por suas exigências, atingiram também escolas mantidas por governos estrangeiros.

Aos brasileiros natos ou naturalizados também era proibida a participação em qualquer associação, principalmente naquelas com fins culturais, visto que em 1938, como demonstrava tal lei, nessas associações culturais a comemoração de datas cívicas ou não de seu país de origem ainda lhes era permitida. Portanto, qualquer brasileiro, nato ou naturalizado, não deveria ter interesse nessas comemorações.

A partir de 1937, a obrigatoriedade de autorização e licença pelo Ministério da Justiça era necessária, sendo possível a interdição de qualquer associação ou jornais e revistas. A pena para tais infrações seria a expulsão.

### **3.3 A intervenção do Exército sobre as associações culturais**

Na década de 1930, era grande o número de sociedades joinvilenses em plena atividade, apresentando seus corais, suas peças teatrais, seus concertos sinfônicos e promovendo seus bailes públicos em comemoração as mais variadas

datas, inclusive datas festivas alemãs. A partir da instituição do Estado Novo, em 1937 e a instituição da Campanha de Nacionalização em 1938, estas atividades passaram a ser controladas pelas autoridades locais em cumprimento às leis estaduais e federais. Como um dos muitos exemplos, podemos citar a Sociedade Harmonia – Lyra que diminuiu seu ritmo de apresentações, alterou seu estatuto e entregou sua presidência a um funcionário do Exército, de acordo com as ordens do governo.

“Teve lugar a noite de hontem, mais ou menos às 20:20, na séde da Liga de Sociedades, uma importante reunião determnada pelo illustre general Meira de Vasconcellos, e para a qual foram convidados de preferencia, os membros directores de varias sociedades aqui existentes, entre ellas Harmonie Lyra, Club Germania, Liga de Sociedades, Sociedade Gymnastica, Sociedade de Cantores, Sociedade de Atiradores, Corpo de Bombeiros Voluntarios e outras. (...) Tomaram também assento à mesa central o sr. Joaquim Wolf, prefeito municipal; capitão Alire Carneiro, subcomandante da polícia; capitão Emmanuel Moraes, do Estado Maior da 5 Região Militar e outros officiaes cujos nomes nos escaparam. (...) Esta questão não era outra senão a campanha de nacionalização, que vem empolgando todos os sectores do Paiz e muito especialmente a região sulina, onde mais se faz sentir a influencia no elemento estrangeiro. Disse a necessidade, urgente e imperiosa, de se amoldarem às exigencias das nossas leis. Os Estatutos da maioria das sociedades aqui existentes, frisando que, não obstante já terem algumas feito essa alteração, haviam ainda deixado pontos duvidosos, que precisavam ser esclarecidos e dai se tornar precisa, quanto antes, uma revisão acurada desses Estatutos. (...) Assim, urgia a adopção de medidas para que todas as sociedades cuja reforma de estatutos se impõe, tratassem de fazê-lo imediatamente, mas sob as vistas de um official do exército, que ficaria á testa de cada sociedade, conforme resolvera o sr. general Meira de Vasconcellos.” (Jornal de Joinville, 28/05/38–N. 62–P.2.).

Foram designados membros do Exército para ocuparem a presidência das diversas sociedades:

“Leu, a seguir, o nome dos oficiais do 13 Batalhão de Caçadores, designados para essas funções e que foram os seguintes:

Harmonia-Lyra: cap. Numa de Oliveira;

Club Germania: cap. Gualter Alvarenga;

Liga de Sociedades: cap. Celso Lobo de Oliveira;

Sociedade Gymnastica: 1 Tte. Domingos da Costa Lino Sobrinho;

Sociedade de Cantores: 1 Tte. Aldebio de Lemos;

Corpo de Bombeiros: cap. Francisco Faustino;

Sociedade de Atiradores: cap. Alire Carneiro;

Sociedade Mittelweg: 1 Tte. Fernando Caldeira;

Terminando, teceu o illustre official um himno de louvores á nossa Pátria, cuja marchal ascencional ninguém deterá.” (Jornal de Joinville, 28/05/38, N. 62, P. 2).

A Harmonia Lyra, que passou a ser presidida pelo capitão Numa de Oliveira transformou-se em palco de bailes em homenagem ao presidente Getúlio Vargas, a datas comemorativas de heróis brasileiros. Geralmente, as peças teatrais eram apresentadas por companhias de outras localidades, em português.

Houve, portanto, uma intervenção de fora para dentro, nesses espaços de sociabilidade criados pelos imigrantes em Joinville. As regras que regiam a organização desses espaços – mantidas através da escrita (estatutos das sociedades) ou da oralidade (em sua maioria eram organizações feitas por pessoas de origem alemã e como tal, regidas nesse idioma) – foram atingidas diretamente pelas novas normas governamentais, baseadas na unificação da língua (a língua portuguesa), incentivando a idéia da formação da nacionalidade.

Como as demais sociedades criadas em Joinville, a Sociedade Ginástica também sofreu interferência do governo, tendo que mudar seu nome, como também revisar seus estatutos:

“A antiga sociedade *Deutscher Turnverein Joinville* em memorável Assembléa Geral Extraordinária, levada a effeito quinta-feira ultima á noite, resolveu mudar seu nome para *Sociedade Gymnastica de Joinville*.

Para a realização dessa Assembléa Geral foi solicitada, previamente, a necessaria licença ao illustre sr. Tenente coronel Franklin Barbosa Lima, commandante do 13º BC que promptamente a concedeu inteirado que fôra do assumpto que seria ventilado nessa reunião e dos intuitos patrioticos que a motivaram.

Assim é que, por approvação unanime dos presentes, foi deliberada não só a mudança do nome da sociedade como alguns artigos dos respectivos estatutos, tudo em face das exigencias do Decreto lei nr. 406, de 4 do corrente baixado pelo Governo da Republica.

Congratulamo-nos, effusivamente, com a Directoria e socios da *Soc. Gymnastica de Joinville* pela resolução que vêm de tomar, pois demonstraram dessa fôrma o seu amor ao Brasil e o maximo respeito e obediencia ás nossas leis.” (Jornal de Joinville, 17/5/38, n. 57, p. 49.).

O incentivo à arte da ginástica entre seus associados tornou-se motivo de preocupação para o governo - não sem razão, visto que o próprio governo buscava seguir o exemplo alemão quando tratava-se da militarização do esporte e da educação física, pois na Alemanha nazista já as crianças praticavam esportes, incentivadas pelo Estado<sup>126</sup>, e que tinha por objetivo a formação de cidadãos disciplinados e capazes fisicamente. A Sociedade Ginástica cultivava a prática de exercícios, o que até então ocorria sem a inspeção ou controle direto do governo.

Diante disso, e apesar das mudanças já ocorridas na Sociedade, o governo achou necessário ainda um controle maior e mais direto, trocando então o presidente Sr. Otto Pfuetzenreuter por um membro do exército.

<sup>126</sup> LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Op. Cit. P. 81

“Realizou-se hontem, às 22 horas, na séde do Club Gymnastico, a solemnidade da posse do sr. 1o Tnte Lino da Costa Sobrinho, na presidencia daquela aggremação esportiva.

Presentes os membros effectivos de sua directoria e dos representantes da imprensa e aberta a secção, usou a palavra o sr. Otto Pfuetzenreuter Jr., que pôz em relevo o programma executado durante a sua presidencia de carinho em pról de desenvolvimento do sentimento verdadeiramente nacional e de acatamento ás leis; terminou declarando transmittir a presidencia ao sr. Tnte Lino da Costa Sobrinho, cumprindo, assim, as determinações emanadas das autoridades militares.

Em rapido discurso, o sr. Tnte Lino focalizou a missão que fora incumbido, da execução da obra de nacionalização do nosso paiz, para a qual contava com o apoio sincero dos demais membros da directoria.

As tradições da veterana sociedade continuariam a ser mantidas, porém dentro do espirito de brasilidade (...).

Vice-presidente: Otto Pfuetzenreuter; 1o Secret.: Anibal Stolff; 2o Secret.: Fritz Matz; 1o thezoureiro: Alberto Bornschein; 2o thezoureiro: Erich Malchitsky; Monitor de homens: Walter Pueschel; de mulheres: Hellmuth Fallgather; dos juvenis: Wigando Gehart; (...)

Foi em seguida, designada uma commissão para elaborar a reforma dos Estatutos. A directoria exercerá o mandato por dois annos”. (Jornal de Joinville, 31/5/38, N.63)

Quando deflagrada a II Guerra Mundial, em 1942, o Governo do Estado interdita a Sociedade Ginástica, permanecendo assim até 1947, quando retoma suas atividades, sendo mais tarde declarada de utilidade pública (1965).

A Sociedade Ginástica de Joinville está em atividade até hoje, o que demonstra sua força cultural, embora seus objetivos devam ter passado por mudanças ao longo de todos esses anos.

Esse espaço de sociabilidade que se dedicava à prática da ginástica resistiu às intervenções do governo e continuou a ser freqüentado pelos seus sócios e moradores da cidade, que viam ali um espaço de recreação, integração e

divertimento, pelo menos em seus primeiros momentos de criação. Mais tarde, podem ter servido de espaços também de distinções sociais através dos estatutos para sócios ou pagamento de ingressos.

### 3.4 As associações culturais diante das medidas governamentais

Eram inúmeras as sociedades culturais voltadas para a prática do teatro, música, canto, recreação ou esportes, e praticamente todas se utilizavam da língua alemã, tanto em apresentações ao público quanto em reuniões de diretoria e conseqüente registro em ata.

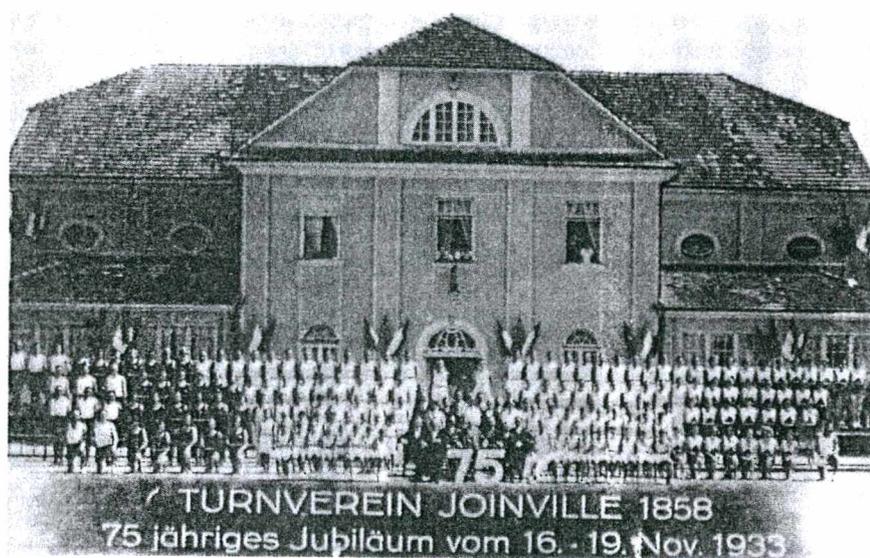
Dentre as diversas sociedades existentes em Joinville, na década de 30, que foram de alguma forma atingidas pelas medidas governamentais, estão:

- *Deutscher Turnverein zu Joinville* (Sociedade Ginástica de Joinville)

Primeira sociedade de ginástica da América do Sul, criada para promover a prática da ginástica na Colônia. Sofreu interferência do governo, tendo que modificar sua denominação para Sociedade Ginástica de Joinville, em 1938.

O incentivo à prática da ginástica entre os imigrantes europeus não foi bem visto pelo governo; sendo assim, além das mudanças já promovidas na sociedade – como seu nome e estatutos – outras ainda seriam necessárias. No mesmo ano de 1938, substituiu-se seu presidente, Otto Pfuetzenreuter, pelo Tte Lino da Costa Sobrinho, membro do Exército.

Em 1942, durante a II Guerra Mundial, a Sociedade Ginástica foi interdita, permanecendo assim até 1947, quando retoma suas atividades.



75° Aniversário da Sociedade Ginástica de Joinville, novembro/1933.  
HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho...** Fundação Cultural de Joinville: Joinville, 1987, P. 112.

Essa sociedade funciona ainda hoje na cidade, desenvolvendo atividades esportivas e sociais (bailes).

- *Nur fuer Uns* (Só para Nós) – Sociedade de teatro amador.

Fundada a 12/9/1895, esteve presente em todos os grandes eventos da cidade durante os 43 anos de sua existência. Fez sua última apresentação em 1938.

Em 1920 a sociedade comemorou os seus 25 anos de fundação, com 158 peças teatrais apresentadas, o que correspondia a sete espetáculos anuais.

No ano de 1937 foi a sociedade mais assídua em termos de apresentações teatrais, pois levou ao público três espetáculos:

- *Zwei Wappen* (Dois Brasões – drama)
- *Einsam* (Solitário – drama)
- *Die Logenbrueder* (Os maçons – comédia)

Em janeiro de 1938 apresentou, nos palcos da Liga de Sociedades, o drama *Lamprechts Lore* (A lore dos Lamprechts), do autor Siegfried Philippe, com três horas de apresentação. Nesta época já fazia parte da Liga de Sociedades e com a Campanha de Nacionalização em 1938 deixou de existir, na medida em que proibiu-se o teatro em língua alemã.

- *Lieder Kranz* (Sociedade Lírica) – sociedade de canto coral, hoje transformada em sociedade cultural.

Sociedade de canto fundada a 8 de julho de 1922. Uma das poucas sociedades culturais que resistiu às novas regras impostas pelo governo, a partir da instituição do Estado Novo, passando vários anos desenvolvendo atividades

recreativas, retoma suas atividades como sociedade de canto em 1951, portanto, seis anos após o fim da II Guerra.

Hoje a *Liederkranz* existe sob o nome de Sociedade Lírica. Faz suas apresentações em diversas datas comemorativas, seus trajes e canções alemães procuram conservar a característica germânica da cidade.

- *Vereinsbund* (Liga de Sociedade) – Constituiu-se a 2 de setembro de 1922 e oficializou-se a 7 de setembro do mesmo ano. Era formada por cinco agremiações:

*Nur Fuer Uns* (Só para Nós) – sociedade cultural de teatro amador, fundada em 12/9/1895;

*Saengerbund* – Liga de cantores, fundada em 1922, sociedade de canto coral.

*Concórdia* – fundada em 1887, sociedade de canto coral.

*Gemuetlichkeit* (Aconchego) – fundada em 1868, sociedade de recreação;

*Einigkeit* (União) – fundada em 1912, sociedade de recreação.

Durante muitos anos a Liga de Sociedades promoveu espetáculos de teatro, concertos, apresentações de corais e cantores locais e visitantes.

Com a Campanha de Nacionalização foi nomeado o capitão do exército Celso de Oliveira para presidir a Liga, na tentativa de seguir todas as normas governamentais. A dificuldade de adaptação por parte dos associados fez com que as agremiações *Saengerbund*, *Concórdia* e *Nur Fuer Uns*, deixassem de existir.

A Liga das Sociedades sobreviveu graças ao arrendamento do salão do Cine Rex, à organização de competições esportivas e cursos de danças.



Salão Kuehne, mais tarde Salão Walther, a partir da década de vinte sede da Liga de Sociedades.

HERKENHOFF, Elly. **Joinville - Nosso teatro Amador (1858-1938)**. Fundação Cultural de Joinville: Joinville, 1989, P. 12.

A 25/5/1973 houve modificação do nome para Liga de Sociedade Joinvillense e dos estatutos, tornando-se uma sociedade sem fins lucrativos, voltada para atividades sociais e recreativas e para prática de esportes.

- **Harmonia Lyra** – formada pela agremiação da Musikverein Lyra (Sociedade Musical Lyra) e pela Harmonie-Gesellschaft (sociedade de teatro amador).

Observemos um trecho do jornal “Gazeta de Joinville”, de 19/10/1880, citado por Elly Herkenhoff, que faz referência à um baile desta sociedade: “Depois do espetáculo, que terminou pouco depois da meia noite, seguiu-se um esplêndido baile, em que tomou parte quase toda a sociedade joinvillense, finalizando em horas muito avançadas da noite...”. Observemos, agora, o comentário da autora: “ (...) quando sabemos tratar-se de um teatro falado em alemão, correspondia no entanto à realidade. Àquela época, o quadro social da ‘Harmonie-Gesellschaft’ já apresentava numerosos sócios luso-brasileiros: autoridades, comerciantes, funcionários públicos e industriais, que falavam - ou pelo menos compreendiam razoavelmente a língua alemã, então a língua falada pela grande maioria dos joinvillenses.”<sup>127</sup> Queremos aqui, chamar a atenção para a participação de outros grupos, além dos teuto-brasileiros nas apresentações das diversas sociedades e que também eles, em sua maioria, dominavam a língua alemã.

Os concertos musicais eram alternados com apresentações teatrais até 1938. Após a inauguração da nova sede, em dezembro de 1930 e sob a liderança do maestro Pepi Prantl, inicia-se uma das fases mais brilhantes da Harmonia Lyra. Eram concertos sinfônicos, públicos e beneficentes, algumas vezes, outras, apresentações restritas aos associados. São espetáculos teatrais e operetas.

---

<sup>127</sup> HERKENHOFF, Elly. Joinville. **Nosso Teatro Amador (1858-1938)**. Op. Cit. P. 13, retirado da Gazeta de Joinville, de 19/10/1880.



Orquestra da Sociedade Musical Lyra, no início do século.  
HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho...** Fundação Cultural de Joinville, 1987, P. 69.

Através da Harmonia Lyra foi apresentada a ópera Yara, que contava a história de amor de uma índia brasileira e um jovem imigrante. Em 1937 Pepi Prantl despediu-se de Joinville, e outros maestros assumiram a liderança da sociedade, até que em 1938, com as novas normas governamentais estabelecidas pela Campanha de Nacionalização, designou-se o capitão Numa de Oliveira para assumir a presidência da sociedade e supervisionar a revisão dos estatutos.

As apresentações destas sociedades, segundo Elly Herkenhoff, não limitavam-se aos sócios. Muitas vezes os espetáculos eram públicos, tendo como finalidade obras assistenciais.<sup>128</sup>

As apresentações teatrais em língua alemã cessaram após 1938. As atividades da sociedade restringiam-se a concertos sinfônicos, algumas apresentações teatrais em português - sendo que estas já aconteciam na região desde a década de 1870<sup>129</sup> - e muitas comemorações cívicas, visando enaltecer e afirmar os ideais do Estado Novo.

Sendo esses espaços locais organizados para fins de recreação e divertimento, através da preservação das tradições germânicas, e não voltado para o cultivo de um sentimento de brasilidade, tão almejado pela ideologia estadonovista, passaram a ser indesejados pelas autoridades governamentais.

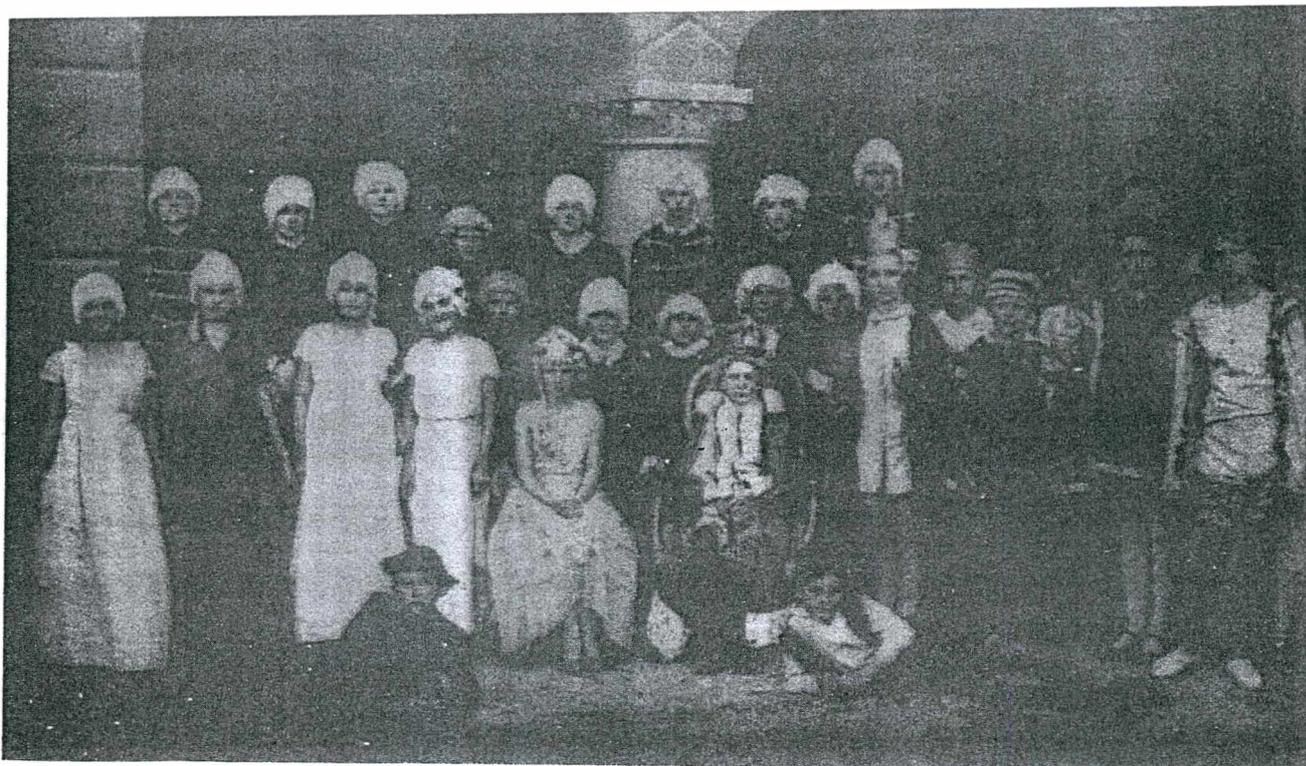
Em função dos objetivos desses espaços de sociabilidade – preservação dos costumes, práticas, hábitos e tradições germânicas – o Governo reinventa certas práticas para os mesmos espaços como, por exemplo, a valorização do passado

---

<sup>128</sup> Ibidem, P. 12.

<sup>129</sup> Alguns Espetáculos em língua portuguesa:

Peça teatral “Carlos”, apresentada pela Sociedade Minervina de São Francisco do Sul em 16/08/1879; peça “Coração de Mulher”, apresentada por um grupo de amadores em 05/11/1882. Primeira sociedade de teatro falado em português: “Sociedade Recreativa Congresso Joinvillense” que estreou a 15/10/1886, no Salão Kuehne; em seguida “Sociedade 25 de Abril” que estreou a 17/07/1896. Segundo HERKENHOFF, Elly. Ibidem. Pp.14 e 15.



Participantes da peça infantil “Koenig Drosselbart” (Rei Drosselbart), baseada num conto de Grimm. A peça foi apresentada na Harmonia Lyra, em 12/07/31, por um grupo da Deutche Schulle.

HERKENHOFF, Elly. **Joinville - Nosso Teatro Amador (1858-1938)** Fundação Cultural de Joinville: Joinville, 1989, P. 22.

através da exaltação dos heróis nacionais, impondo, desta forma, novas normas culturais para a criação da brasilidade.

Para as colônias germânicas no Sul do País, que na maior parte do tempo estiveram isoladas do contato com os núcleos de povoamento brasileiros e, conseqüentemente, com sua história ou tradições, essa interferência do governo foi motivo para resistências. O Governo, diante da necessidade de divulgar sua nova ideologia, para obter o apoio da população, inventa certas práticas, inculcando-lhes um caráter de importância histórica. Daí a prática da exaltação aos heróis brasileiros, acrescentando a criação de novos símbolos que deveriam fazer parte da cultura popular, como a homenagem à figura de Vargas, à bandeira, ao hino nacional.

Segundo Eric Hobsbawm a invenção de tradições é aplicada em casos de inovações históricas recentes, e seus exemplos são o nacionalismo, o Estado Nacional, os símbolos nacionais e as interpretações históricas.

Dentro dessa análise, o Governo elabora certas práticas culturais, certos rituais, inculcando na população, através dos meios de comunicação, a necessidade de cultuá-los. Trata-se da invenção de tradições para a afirmação de uma nova ideologia, sendo que essas não precisam ser necessariamente antigas. O próprio governo dá-lhes caráter de antiguidade.

Faz parte dessa reinvenção das tradições uma linguagem, também de cunho nacionalista: é o que Eric Hobsbawm chama de "linguagens-padrão nacional", que o governo impõe e incentiva, aplicando-as nas escolas, sendo que sua utilização deve ser tanto na forma escrita quanto na falada.

A nova política de instrução pública deveria inculcar, na alma de todos os cidadãos, sentimentos nacionalistas, novos costumes e atitudes perante tudo o que era genuinamente brasileiro ou, como nos coloca Edna G. M. Fiod, "a constituição

da nacionalidade brasileira permeia confrontos com as diversas nacionalidades (...) . Neutralizar especificidades étnicas parece ser condição indispensável ao surgimento de um tipo único de cidadão: o cidadão brasileiro (...)”.<sup>130</sup>

A importância dada pelas autoridades à questão da língua era tamanha que se proibiu o uso de qualquer idioma estrangeiro no país, ou seja, havia a necessidade de eliminar sua utilização principalmente nas regiões colonizadas por imigrantes estrangeiros. Essas regiões eram focos de concentração de sentimentos não-nacionalistas; devido a isso, a interferência, tanto nas escolas quanto nos clubes e associações, se fazia necessária.

Era prejudicial à nova ideologia centralizadora do Governo Vargas a existência dessas diferenças culturais, a unificação tanto da língua falada ou escrita, quanto a exaltação ao espírito nacionalista que todo o povo deveria possuir era essencial para a fortificação do Estado.

### **3.5 Uma nova realidade se apresenta**

Na década de 1930, as sociedades culturais estavam em plena atividade, as apresentações dos grupos teatrais, dos corais, dos conjuntos musicais e também dos cinemas da cidade ocorriam com frequência, segundo uma matéria do “Kolonie-Zeitung” destacada por Elly Herkenhoff<sup>131</sup> onde, a partir de 1931, havia em Joinville, em média, um espetáculo teatral por semana, além de filmes, concertos musicais, jogos de boliche, e outros.

---

<sup>130</sup> FIOD, Edna G. M. Op. Cit. P. 172.

<sup>131</sup> HERKENHOFF, Elly. Ibidem. P. 22.

Segundo Ilanil Coelho<sup>132</sup>, esta realidade social, acompanhada pela predominância do uso do idioma alemão conferia à cidade uma “paisagem germânica” a qual a Campanha de Nacionalização deveria suprimir.

A realidade instituída a partir de 1938 propunha o efetivo fechamento<sup>133</sup> das sociedades - preservadoras do *Deutchtum*, caso elas não estivessem de acordo com as novas regras que passaram a ditar a cultura no país. Dentre elas, as que mais diretamente atingiram as sociedades culturais dizem respeito à proibição de agrupamento de estrangeiros para qualquer fim; a proibição sobre o uso de qualquer idioma que não fosse o português, fosse na imprensa escrita, falada, em escolas, repartições públicas ou mesmo, nos lares.

A mudança de seus estatutos, de sua denominação e de sua presidência, trouxe para as sociedades culturais dificuldades internas, pois sua identidade havia sido construída sobre estas características típicas do grupo teuto-brasileiro. Ou seja, os estatutos eram redigidos em alemão, bem como sua denominação. Em muitas sociedades, quase a totalidade de seus membros era de origem alemã ou descendentes destes; todas as atividades giravam em torno do cultivo ao *Deutchtum*, através do uso do idioma, através das canções, peças teatrais, que, se não eram trazidas da Alemanha, possuíam um caráter típico deste povo, relembrando tradições, hábito e crenças.

Diante disso, para muitas sociedades, esta nova realidade exigia uma nova postura diante de todo o sentimento de germanidade que procuravam preservar, bem como diante de um sentimento, que se não lhes era estranho, pelo menos não fazia

---

<sup>132</sup> COELHO, Ilanil. *Joinville e a Campanha de Nacionalização*. Op. Cit. P.122.

<sup>133</sup> Segundo HERKENHOFF, Elly em seu livro *Nosso Teatro Amador*, algumas sociedades teatrais que desapareceram foram: Nuer fuer Uns, Unter Uns, Deutscher Theaterverein, Bayerngruppe, Harmonie-Mittelweg, Theaterklub Pirabeiraba. Entre as sociedades de canto coral constam: Helvetia (com 82 anos de atividades), Saengerbund (fundada em 1858) e a Concordia. Pp. 35 e 36.

parte integral de seu cotidiano - o sentimento de brasilidade. Este, agora, deveria ser cultivado diariamente. Mais do que isso, deveria ser vivido nas ruas, repartições públicas, nos lares e no dia-a-dia de toda a população.

Assim, Sueli Petry, quando trata das mudanças ocorridas com a Campanha de Nacionalização, demonstra que “com os clubes tradicionais fechados, impedidos de falar a língua que sabiam, proibidas as aglomerações e reuniões públicas, toda a vida social e recreativa se extinguiu. A maioria da população, temendo represálias, não saía de casa a não ser em casos de necessidade, receando expor-se à prisão e outros embaraços com as autoridades brasileiras. Nas sociedades e nas ruas havia silêncio e insegurança. Em casa o medo; no comércio, pouco movimento; nas indústrias, a fiscalização.”<sup>134</sup>

Podemos verificar isto através de algumas notas publicadas nos jornais, indicando a melhor conduta dos imigrantes e de seus descendentes que não quisessem ter problemas com a polícia:

AVISO AOS SÚDITOS DOS PAIZES DO EIXO

“Esgota-se a 12/2 corrente, o prazo para que os súditos da Alemanha, Itália e Japão, residentes neste Estado, de ambos os sexos e de qualquer idade, comuniquem suas residências ao Serviço de registro de Estrangeiros, nesta capital, e às Delegacias de Polícia, no Interior do Estado,, de acôrdo com Edital do Sr. Secretário da Segurança Pública, (...) Os nacionais dos referidos paizes que não fizerem sua comunicação até àquela data, serão processados por desobediência às ordens legais, (...) (Correio Dona Francisca, N. 12, de 10/2/42, P. 2)

E mais, o Delegado Regional de Polícia, com sede em Joinville, Sr. Lúcio Corrêa, diante do rompimento das relações entre o Brasil e as potências do Eixo, orienta os imigrantes destes países e seus descendentes a buscar licença especial

<sup>134</sup> PETRY, Sueli. Op. Cit. P. 85. Conferir também a relação das sociedades de tiro fechadas durante a Segunda Guerra Mundial, incluindo-se nesta relação as que desapareceram e as que reabriram sob outra denominação.

(salvo-conduto) caso quisessem viajar; propriedades destes também foram confiscadas (Correio Dona Francisca, nº 23, de 19/3/42, P. 6) e em 2/4/42, o mesmo jornal publica uma relação de desapropriação de imóveis de propriedade de teuto-brasileiros, com a justificativa de ampliação do 13º Batalhão de Infantaria (Correio Dona Francisca, nº 27, P. 1). Posterior a estas matérias, outra tentando justificar a mesma ação nas palavras da Constituição é publicado pelo mesmo Jornal, incentivando a naturalização dos teuto-brasileiros para que isto não fosse mais necessário. (Correio Dona Francisca, nº 35, de 30/4/42, P. 2).

O “resgate” das práticas germânicas vai acontecer após 1945; com a queda do governo centralizador e nacionalista de Vargas, algumas sociedades tentam recuperar seus antigos objetivos. Porém, a recuperação da língua através do canto coral e dos trajes ou das danças não é imediata após 1945, pois a valorização desses elementos culturais acontecerá mediante o incentivo do mercado turístico de Santa Catarina, após a consagração da Oktoberfest em Blumenau – tornando-se assim um campo bem lucrativo. Alguns espaços de sociabilidade criados em Joinville, visando a preservação das tradições germânicas hoje, são os corais das igrejas evangélicas, como a Comunidade da Igreja da Paz e a Sociedade Lírica, que dedicam-se ao canto coral, e a Sociedade Lírica e o Grupo de Dança Sielberfluss, que ensaiam e apresentam espetáculos de danças populares alemãs com “trajes típicos”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“ A resistência não está dada de forma natural, mas se cria e se exerce no próprio terreno cultural, num processo tenso de negação e afirmação, de perdas e vitórias.”<sup>135</sup>

Entre 1937 e 1945, o Estado identifica-se com o cidadão numa relação de dependência do povo com este Estado autoritário, que possui a função de promover o bem e a coesão nacional. Esta coesão nacional ele vai buscar na história do país, legitimando desta forma sua autoridade. Além de ser o mecanismo para sua legitimação, a história, em sua valorização do “nacional”, serve como inibidora de forças externas, como por exemplo, a cultura dos imigrantes.

Dentre as novas características do Estado enquanto provedor do bem nacional estão a centralização e o autoritarismo. Interferiu em todos os setores da sociedade, da economia à cultura, criando mecanismos para justificar a ditadura e para que a população enaltescesse o chefe da nação - figura rodeada da maior importância neste período, pois passou a ser a “figura viva deste Estado forte”, onde a mídia contribuiu de maneira ímpar para a criação do mito.

A Campanha de Nacionalização decretada por Getúlio Vargas faz parte deste Estado centralizador e autoritário, visto que objetivava nacionalizar o país em todos os setores. Dentro do setor cultural, a língua falada e escrita, tornou-se de extrema importância, pois somente compreenderia o verdadeiro sentido da nacionalização e do sentimento de brasilidade, quem conseguisse compreender e se comunicar em português - língua oficial. Portanto, havia necessidade de levar, através dos meios de comunicação, até às áreas mais distantes do país, este

---

<sup>135</sup> FLORES, Maria Bernardete Ramos. A farra-do-boi e a polifonia das imagens. *Jornal “O Estado de São Paulo”*. P. D-15, de 02/11/96.

sentimento. Era preciso chegar as áreas colonizadas por estrangeiros e fazê-los compreender a importância das ações do governo de Getúlio Vargas. E para tanto, seria necessário penetrar em sua comunidade e fazer parte do seu dia-a-dia.

A Campanha de Nacionalização encontrou Joinville - que havia assumido características germânicas, devido à quantidade de alemães que imigraram para a região - convivendo com a língua portuguesa e a língua alemã. Apesar dos defensores ou condenadores da Campanha de Nacionalização questionarem esta relação dos habitantes da cidade com os dois idiomas, notamos que o Jornal de Joinville - importante impresso que acompanhou a evolução da história da cidade, sofrendo consideráveis mudanças em diferentes momentos históricos - era na década de 1930 escrito em português, chamando a população em geral para sessões de cinema em alemão, bailes e apresentações dos corais em sociedades tipicamente alemãs, tanto quanto acompanhou a entrada em cena de Getúlio Vargas, e a instauração do Estado Novo, exaltando sua ideologia.

Na verdade, o “sentir-se alemão” da população joinvilense, convivia pacificamente com cidadania brasileira - pois criaram mecanismos para reelaborarem antigas tradições, o que não os impedia de apoiarem o Brasil, na busca por sua soberania enquanto país.

Para que esta política nacionalizadora entrasse em vigor era preciso fazer parte da comunidade e infiltrar-se em seu meio. Foi desta maneira que as novas normas do governo federal e, também estadual, penetraram nos espaços de sociabilidade criados em Joinville.

\*

Os espaços de sociabilidade tiveram uma trajetória que os redefiniu ao longo do tempo. Partimos da idéia de que estes espaços de sociabilidade foram

criados pelos teuto-brasileiros para cultivarem o lazer na comunidade - através do canto, do teatro, da música, da ginástica, etc. - e que com o tempo, passaram a ser considerados instrumentos preservadores de antigas tradições e costumes trazidos por estes do país de origem, através de uma reelaboração diante do novo espaço ambiental que os cercava. Podemos dizer também, que são espaços comunitários, eficazes na elaboração de uma identidade étnica própria.

No início da colonização, tomava-se por espaço de sociabilidade qualquer lugar que comportasse uma reunião, um baile, uma apresentação de canto coral ou musical - até mesmo as casas particulares, visto que desde o começo quando surgiram estes espaços, a colônia não possuía um lugar apropriado para tal fim. Mais tarde, estes espaços foram aprimorados, obtiveram um espaço físico propriamente dito, capaz de comportar mais adequadamente um baile ou uma apresentação teatral. Houve uma ampliação das atividades nestes espaços - além de bailes, formaram-se grupos teatrais, de canto coral, tiro ao alvo e até grupos políticos ou administrativos, como vimos no decorrer de nosso trabalho.

Já no final do século passado as atividades culturais faziam parte da vida social da colônia. Paralelamente, os espaços de sociabilidade também iam sendo reelaborados na medida em que a colônia crescia e se desenvolvia. Constituíram-se diretorias, registraram-se atas e diversas sociedades foram fundadas, instituindo-se legalmente estes espaços na comunidade.

A identidade étnica, também reelaborada, principalmente a partir do contato com grupos de outras etnias, definia constantemente suas características próprias, realçando valores, tradições e costumes, através de vários elementos, como a língua, por exemplo.

De acordo com a “identidade contrastiva”, citada por Giralda Seyferth, a identidade étnica, redefine-se de uma forma ímpar a partir do contato com outros grupos étnicos. Em concordância com esta idéia, queremos salientar que os espaços de sociabilidade - que acompanham o desenvolvimento desta identidade - assumem papéis diferentes em diferentes momentos, pois, se no início eram apenas espaços comunitários que serviam para reuniões com os mais diversos fins, com o tempo apropriaram-se de diversos elementos identificatórios da cultura germânica e deles passaram a fazer parte.

Um dos principais elementos identificatórios do grupo étnico teuto-brasileiro é sem dúvida a língua alemã, manifestada através da escritura e da oralidade - referências feitas em toda a bibliografia afim - como um elemento chave para a identificação e preservação do *Deutschtum*. As manifestações da identidade étnica, bem como suas manifestações culturais nos espaços de sociabilidade, davam-se através deste idioma.

A relação da comunidade joinvilense com o idioma modificou-se a partir do aprimoramento das relações comerciais. Com o tempo, tanto os brasileiros que viviam na cidade dominavam o idioma alemão, quanto vice-versa. Porém, devemos salientar que, na década de 1930, os espaços de sociabilidade utilizavam-se principalmente deste idioma, a maioria dos filmes eram exibidos sem legendas em português, enfim, o idioma predominante na cidade era o alemão.

Compreendendo seu significado para o grupo étnico teuto-brasileiro, e também identificando o idioma como elemento fundamental para a realização das manifestações culturais dentro e fora dos espaços de sociabilidade, podemos dimensionar o que foi a proibição do uso do idioma alemão pelo governo de Getúlio Vargas. Muitos espaços de sociabilidade desapareceram. Outros, mudaram através

de alterações em seus estatutos que incluindo membros do exército em sua diretoria, modificaram seu quadro de atividades, descaracterizando sua proposta original.

Apesar desta interferência e da violência adotada pelo Governo de Getúlio Vargas através da Campanha de Nacionalização, houve uma tentativa de sobrevivência cultural por parte da comunidade teuto-brasileira. Na medida que o Governo interfere nestes espaços de sociabilidade, estes resistem de uma maneira muito particular, pois incorporam algumas normas impostas para permanecerem em atividade. A *resistência* através da *incorporação* permite - apesar da mudança em seus objetivos primeiros - a sobrevivência de alguns espaços de sociabilidade, que mais tarde viriam resgatar parte destes objetivos através das músicas, danças e cantos em língua alemã - agora sob nova ótica.

## ANEXO 1

### ALGUMAS PEÇAS TEATRAIS APRESENTADAS EM JOINVILLE

NOME	TRADUÇÃO	LOCAL	DATA
Der Nachtwächter	O guarda-noturno	Harmonia Lyra	
Der Spiegel	O Espelho	Harmonia Lyra	
Die Deutschen Kleistaedter	Os alemães provincianos	Harmonia Lyra	
Der Dorfbarbier	O barbeiro da aldeia	Harmonia Lyra	
Der Komel	O Cometa	Harmonia Lyra	
Hans Joerg	Hans Joerg	Harmonia Lyra	27/05/1883
Dr. Klaus	Dr. Klaus	Harmonia Lyra	
Gold und Eisen	Ouro e Ferro	Harmonia Lyra	23/09/1937
Der Raub der sabinerinnen	O seqüestro das Sabinas	Harmonia Lyra	04/12/1920
Schoen Dresden	Bela Dresden	Harmonia Lyra	Dez./1930
Willkommen	Bem-vindos	Harmonia Lyra	Dez./1930
Walzertrawn	Sonho de Valsa	Harmonia Lyra	28/12/30
Dreimaedelhaus	Casa das 3 Meninas	Harmonia Lyra	Nov./1934
As you like it	Como Quiser	Harmonia Lyra	07/11/36
Annemarie	Annemarie	Harmonia Lyra	Ago/Set/35
Am Rhein	Às margens do Reno	Salão Berner	
Dornroeschen	A Bela Adormecida	Saengerbund	23/10/1898
Jugendliebe	Amor da Juventude	Harmonia Lyra	02/04/1923
Neue Heimat	Nova Pátria	Nur Fuer Uns	16/11/1929
Die Waise von Lowood	A órfã de Lowood	Liga de Sociedades	21/06/1930
Die Hoellenmaschine	A máquina infernal		17/07/1937
Weihnachtsmann Doppelgaenger	A sócia de Papai Noel		

Der Weihnachtsmann	O Papai Noel	Salão Schramm	
Zwei Wappen	Dois Brasões	Nur Fuer Uns	20/06/1937
Einsam	Solitário	Nur Fuer Uns	26/06/1937
Die Logenbrueder	Os maçons	Nur Fuer Uns	25/09/1937
Die Grille	A Cigarra	Salão Kuehne	17/06/1882
Unsere Frauen	Nossas Mulheres	Salão Kuehne	06/08/1882
Veilchen	Violetas	Salão Kuehne	06/10/1882
Dunkle Schatten	Sombras Escuras		
Vertrag um Karakat	Contrato por Karakat		23/10/1937
Lamprechts Lore	A Lora dos Lamprechts	Liga Sociedades	23/01/1938
Hans Fercht Dich Nit			10/08/1937
Vorntersuchung	Sindicância Preliminar	Harmonia Lyra	29/05/1937
Die Geisterbeschwoerung	A exorção	Harmonia Lyra	16/12/1877
Der Sonnenwendhof	A Quinta do Solstício		
Schwarzwaldmaedel	Menina da Floresta Negra	Harmonia Lyra	Dez/32 Mar/33
Als ich noch im Feuegelkleid	Quando eu de vestidinho de menina, ainda...	Harmonia Lyra	20/12/1930
Advogados em apuros			1938
A espada do general			1939
Pena de morte		Salão Whalter	11/02/1917

## ANEXO 2

Decreto Nº 383, de 17 de abril de 1938:

Véda ao estrangeiro a actividade política no Brasil e dá outras providencias, (...):  
Decreta:

Art. 1 - Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nelle se acham em caracter temporario não podem exercer actividade de qualquer natureza politica nem immiscuir-se, directa ou indirectamente, nos negocios publicos do paiz.

Art. 2 - É-lhe vedado especialmente:

- 1- organizar, crear ou manter sociedades, fundações, companhias de carater politico ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou diffusão entre os seus compatriotas, de idéias, programmas ou normas de acção de partidos politicos do paiz de origem. A mesma prohibição estende-se ao funcionamento de succursaes e filiaes, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubs, e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direcção.
- 2- Exercer acção junto a companhias no sentido de mediante promessa de vantagens, ou ameaça de prejuizo ou constrangimento de qualquer natureza, obter adhesão a idéas ou programmas de partidos politicos do paiz de origem.
- 3- Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flamulas e estandartes, uniformes, distintivos, insignias ou quaisquer symbolos de partido politico estrangeiro. (...)
- 4- Organizar desfiles, passeatas, comicios e reuniões de quaisquer natureza, e qualquer que seja o numero de participantes, com os fins a que se referem os incisos 1 e 2.
- 5- Com o mesmo objectivo manter jornaes, revistas ou outras publicações, estampar artigos e commentarios na imprensa, conceder entrevistas, fazer conferencias, discursos, allocuções, directamente ou por meio de tele-communicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e diffusão.

Art. 3 - É licito aos estrangeiros associarem-se para fins culturaes, beneficentes ou de assistencia, filiarem-se a clubs e quaisquer outros estabelecimentos com o mesmo objectivo, bem assim reunirem-se para commemorar suas datas nacionaes e acontecimentos de significação patriotica.

\* 1-Não poderão taes entidades receber, a qualquer título, subvenções, contribuições ou auxílios de governos estrangeiros, ou de entidades ou pessoas domiciliadas no exterior.

\* 2-As reuniões autorizadas neste artigo não serão levadas a effeito sem previo licenciamento e localização pelas autoridades policiaes.

Art.4 - As proibições contidas nos artigos alcançam as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por estrangeiros ou brasileiros, e por sociedades de qualquer natureza, fim, nacionalidade e domicilio.

(...)

Art.5 - Das entidades a que se refere o art. 3, não podem, no entanto, fazer parte brasileiros natos ou naturalizados, ainda que filhos de estrangeiros. (...)

Art.6 - As entidades referidas nos art. 3 e 4 não poderão funcionar sem licença especial e registro concedido pelo Ministério da Justiça e Negocios Interiores, (...).

Art.7 - As entidades cujo funcionamento é prohibido no art. 2 ficam dissolvidas na data da publicação desta lei, sendo concedido o prazo de 30 dias para o encerramento de quaisquer negócios e operações.

(...)

Fonte: Jornal de Joinville, 26/04/38, N° 48, Pp.1 e 4.

### ANEXO 3

#### ALGUMAS SOCIEDADES CULTURAIS E JORNAIS DE JOINVILLE

Sociedade	Tradução	Ano Fundação	Característica
Fidélitas		1875	Soc. canto/recreat.
Liederkraenzchen	Grinaldinha de Canções		
Bruedertaler Gemeindechor	Coral da Comunidade de Bruedertal	+ - 1886	Estrada do Sul
Bruedertaler Jungenchor	Coral Juvenil de Bruedertal	+ - 1886	
Singshule	Coral para Crianças	1881	de 10 a 14 anos
Liederkranz	Soc. Lírica	1922	Canto coral
Musikverein Lyra	Soc. Musical Lyra	4/9/1899	Fusão Streichquartett e Musikverein zu Joinville
Harmonie-Gesellschaft	Sociedade Harmonia	31/5/1858	Sociedade Teatro
Harmonia Lyra	Harmonia Lyra	2/1/1922	Fusão M. Lyra e Harmonie-Gesellschaft
Saengerbund	Liga de Cantores	1858	Soc. Canto Coral
Konkordia	Concórdia	1887	Soc. Canto Coral
Gemuettlichkeit	Soc. Aconchego	1868	Soc. Recreativa
Einigkeit	Soc. União	1912	Soc. Recreativa
Nur Fuer Uns	Só Para Nós	1895	Soc. Teatro
Vereinsbund	Liga de Cantores	2/9/1922	Formada pelas 5 assoc. anteriores
Musikverein zu Joinville	Sociedade Musical Joinville		
Froshin	Soc. Alegria	1890	Soc. Canto Coral

Streichquartett	Quarteto de Cordas	1876	
Gesagenverein Helvetia	Sociedade Helvetia	1855	Soc. Canto Coral
Soc. Dramática Boa Noite	Soc. Dramática Boa Noite	1922	Teatro/ reuniões/ bailes/ excursões
Theaterverein Joinville	So. Teatro Joinville	1921	Soc. Teatro
Theater und Lesenverein Pirabeiraba	Soc. Teatro e Leitura Pirabeiraba	1891	Soc. Teatro/Leitura
Clube Joinville	Clube Joinville	1905	
Unter Uns	Entre Nós	1889	Soc. Teatro em Pirabeiraba
Theaterverein Thalia	Soc. Teatro Tália	1871	Soc. Teatro
Soc. Rec Congresso	Soc. Rec Congresso	1886	Teatro português
Soc. Rec. e Lit. Inácio Bastos	Soc. Rec. e Lit. Inácio Bastos	1928	Soc. Teatro
Deutcher Theaterverein	Soc. Teatro Alemã		Soc. Teatro
Evangelischer Kirchenchor	Coral da Igreja Evangélica	1892	Soc. Canto
Soc. Canto Dona Francisca	Soc. Canto Dona Francisca	1900	Soc. Canto
Saengerchor Pedreira	Coral de Cantores Pedreira		Soc. Canto - Hoje Distrito Pirabeiraba
Neudorfer Saengerbund	Liga de Cantores e Neudorf	1901 a 1909	Soc. Canto
Jungendsaengerchor	Coral Juvenil	1901	Soc. Canto
Am Rio Bonito	Às Margens do Rio Bonito	+ - 1910	Soc. Canto
Joinvillenser Maennerquartett	Quarteto Joinvilense de Homens		Soc. Canto
Thalia	Soc. Tália	1916	Soc. Canto

Feierstunde	Hora Festiva	1923	Soc. Canto
Saengerlust	Prazer do Cantor		Soc. Canto
Maennergesangvere in Ruetli	Soc. de Canto de Homens Ruetli	1928	Soc. Canto
Gesangverein Bananal	Soc. Canto Bananal	1928	Soc. Canto - Hoje Guaramirim
Waldesgruss	Saudade da Floresta	1933	na Estrada do Sul
Zur Frohen Stunde	À Hora Alegre		
Einmuetigkeit	Unanimidade		
Fuer Uns Frreunde	Para Nós Amigos		
Zur Guten Hofnung	À Boa Esperança		
Tiro de Guerra 226	Tiro de Guerra 226	1916	Soc. Tiro Alvo
Schuetzenverein Pirabeiraba	Soc. Tiro Pirabeiraba	1894	1ª Soc. Tiro Alvo de Pirabeiraba
Schuetzenverein zu Joinville	Soc. Tiro Joinville	1855	1ª Soc. Tiro Alvo do Brasil
Schuetzenverein Katharinenstrasse	Soc. Tiro Estrada Catarina	1905	Soc. Tiro Alvo
Schuetzenverein Jaraguá	Soc. Tiro Jaraguá	1906	Soc. Tiro Alvo
Schuetzenverein Tell	Soc. Tiro Tell	1907	Soc. Tiro Alvo
Schuetzenverein Mittelweg *	Soc. Tiro Caminho do Meio	1912	Soc. Tiro Alvo
Teuto- Brasilianischer Schuetzenverein	Soc. Teuto Brasileira de Atiradores	1912	Soc. Tiro Alvo
Schuetzenverein Bananal	Soc. Tiro Bananal	1917	Soc. Tiro Alvo Guaramirim
Damen- Preisschiessen	Competição de Tiro para Senhoras		Tiro ao Alvo
Frauenwindbuechse n Klub Zentrum	Clube Feminino de Espingarda Pressão Centro		Tiro ao Alvo

Frauenschiesstklub Victoria	Clube Fem de Tiro Vitória		Soc. Tiro Alvo
Frauenschiesstklub Froehlichkeit	Clube Fem de Tiro Alegria		Soc. Tiro Alvo
Schiesstklub Ipiranga **	Clube Tiro Ipiranga	1933	Soc. Tiro Alvo
Soc. Esportiva e Recreat. Vera Cruz	Soc. Esportiva e Recreat. Vera Cruz	1954	Soc. Esp. Recreat.
Soc. Esportiva e Recreat. Alvorada	Soc. Esportiva e Reacreat. Alvorada	1960	Soc. Esp. Recreat.
Deutcher Turnverein zu Joinville	Sociedade Ginástica de Joinville	1858	Soc. Ginástica
Vertreterschaft	União de Proprietários	+ - 1853	
Culturverein zu Dona Francisca	Soc de Cultura Dona Francisca	1855	Soc. cultural e filantrópica
Zur Deutchen Freundeschaft	Para Amizade Alemã	1855	Loja Maçônica
Verein der Grundbesitzer	Sociedade dos Proprietários	1856	Mudou nome para Coloniegemeinde
Der Beobachter am Mathiasstromm	O Observador às Margens do Rio Mathias	1852	Primeiro Jornal manuscrito da Colônia
Kolonie-Zeitung	Jornal da Colônia	1863	1º Jornal impresso da Colônia
A Gazeta de Joinville	A Gazeta de Joinville	1877	1º Jornal em português
O Globo	O Globo (do Partido Liberal)	1884	passou a chamar-se O Democrata
A União	A União	1884	Jornal
BalãoCorreio	Jornal Balão Correio	1884	Jornal
O Constitucional	O Constitucional	1885	Jornal
Folha Livre	Folha Livre	1887	Jornal

Neue Kolonie-Zeitung	Novo Jornal da Colônia	1885	Jornal
Jornal Sul	Jornal Sul	1889	Jornal
Gazeta de Joinville	Gazeta de Joinville	1891	independente do anterior
Volkstaat	deste surgiu o Estado do Povo	1891	Jornal
Comércio de Joinville	Comércio de Joinville	1900	Jornal
Gazeta de Joinville	Gazeta de Joinville	1905	Jornal diferente dos anteriores
O Escolar	O Escolar	1907	Dirigido Orestes Guimarães
Die Fackel	A Tocha	1910	Jornal
O Leque	O Leque	1911	Literário/Quinzenal
Gazeta do Comércio	Gazeta do Comércio	1914	Fusão Gazeta Jlle e Comércio de Jlle
O Gato	O Gato	1914	Jornal
A Borboleta	A Borboleta	1914	Jornal
Revista do Estado	Revista do Estado	1914	
Comarca	Comarca	1917	Redator Carlos Gomes
Correio do Norte	Correio do Norte	1918	Jornal
Município de Joinville	Município de Joinville	1919	Jornal Administrativo
Jornal de Joinville	Jornal de Joinville	1919	Part. Republicano Catarinense
Atualidade	Atualidade	1919	Jornal
Clarim	Clarim	1920	Jornal
Correio de Joinville	Correio de Joinville	1922	Jornal
A Notícia	A Notícia	1922	Existente hoje
A União	A União	1926	Jornal, diferente do anterior
Cock-Tail	Cock-Tail	1928	Jornal

Revista da Época	Revista da Época	1928	
Correio de Joinville	Correio de Joinville	1929	Jornal
Correio da Tarde	Correio da Tarde	1934	Jornal
Folha Nova	Folha Nova	1935	Jornal
Agricultura	Agricultura	1936	Jornal
Correio Dona Francisca	Correio Dona Francisca	1941	em substituição ao Kolonie-Zeitung

\* Durante a Campanha de Nacionalização, mudou seu nome para “Sociedade Esportiva de Atiradores Brasil”.

\*\* Mudou seu nome para “Sociedade Esportiva e Recreativa Ipiranga”.

## FONTES

### JORNAIS

\* Arquivo Histórico de Joinville:

- Jornal de Joinville: de abril/1934 a dezembro/1945
- O Aço: de 1941 a 1943
- Folha Nova: de 1933, 1935 e 1937
- Correio Dona Francisca: de 9/12/1941
- O Imperador (Jaraguá do Sul - SC): de 1947
- O Estado de São Paulo (SP): de 11/10/1936, 18/8/1937 e 23/05/1942
- Jornal A Notícia: de janeiro/1934 a dezembro/1945

\* Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (Florianópolis):

- A Gazeta: de janeiro/1934 a dezembro/1945.

### DOCUMENTOS OFICIAIS (Decretos-leis, Diários Oficiais do Estado e da Assembléia Legislativa)

\* Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Florianópolis):

- Relatório apresentado em outubro/1938 e outubro/1939 ao presidente Getúlio Vargas, pelo Dr. Nereu Ramos, interventor no Estado de Santa Catarina.
- Mensagem apresentada à Assembléia legislativa de Santa Catarina em 16/07/1937, pelo interventor do Estado, Dr. Nereu Ramos.
- Ofícios recebidos de diversos/ para Palácio do Governo - de janeiro a dezembro de 1937/1938/1940 e avulsos de 1936 a 1944.

\* Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina:

- Diários Oficiais: de janeiro/1934 a dezembro/1945

### DISCURSOS OFICIAIS

\* Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina:

- Diário Oficial, 25/01/38, nº 1121, p. 5 a 13 (Discurso de Francisco Campos)
- Diário Oficial, 03/01/38, nº 1102, p. 3 e 4 (Discurso de Ivens de Araújo, pela SSP)

- Diário Oficial, 03/01/38, nº 1102, p. 1 a 3 (Discurso de Getúlio Vargas)
- Diário Oficial, 13/09/37, nº 0456, p. 1 (Discurso de Antonieta de Barros)
- Diário Oficial, 17/09/37, nº 0459, p. 1 e 2 (Discurso de Renato Barbosa)

## **ESTATUTOS DA SOCIEDADE HARMONIA LIRA**

- \* Arquivo Histórico de Joinville

## **ENTREVISTAS**

- \* HAGEMANN, Gerda. (por Eneida Raquel de San Thiago, 29 e 30/03/89)
- \* OLIVEIRA, Carlos Gomes. (por Eneida Raquel de San Thiago, 24/07/78 e por Katianne Bruhns, 31/07/92)
- \* DAUNER, Pastor Gebhard. (Por Apolinário Ternes, Bellini Meurer e Ruti Buzzi, 27/09/89)
- \* HERKENHOFF, Elly. (por Eneida Raquel de San Thiago, 12/11/87)
- \* CADORIN, Maria Andreis. (por Katianne Bruhns, 01/08/92)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Mário de. **Cartas de Trabalho. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)**. Brasília: SPHAN: Pró-Memória, 1981.
- BARRETO, Vicente; PAIM, Antônio. **Evolução do Pensamento Político Brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1989.
- BRANDI, Paulo. **Vargas. Da vida para a história**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.
- CAMARGO, Aspásia. **O golpe silencioso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989.
- CAMPOS, Cyntia Machado. **Controle e normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)**. Tese Mestrado/HST/PUC/São Paulo. 1992.
- CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes. Cap. X. 1994.
- \_\_\_\_\_. **Une Politique de la Lingue**. Paris: Galinnard, 1974.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Col. Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Difel, 1988.
- CHAUI, Marilena. **O nacional e o popular na cultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. Tese Mestrado HST/São Carlos, SP, 1993.

- CORRÊA, Carlos Humberto. **Um Estado entre duas Repúblicas. A Revolução de Trinta e a Política em Santa Catarina.** Florianópolis: EDUFSC; Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.
- DALBEY, Richard O. Os Alemães no sul do Brasil: do isolamento à integração através da nacionalização da educação. In: **Blumenau em Cadernos.** V.12,n.7, 1991, p. 127.
- D'AQUINO, Ivo. **Nacionalização do Ensino. Aspectos Políticos.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942.
- EHLKE, Cyro. **A maçonaria no passado histórico de Joinville.** Joinville: PMJ/FCJ/AHJ, 1990.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador. Uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1990.
- \_\_\_\_\_. **Joinville Histórica (1851-1975).** Síntese descritiva da Fundação de Povoamento. Ed. Uirapuru (IHG/SC) S. D.
- FAORO, Raymundo. Mudança e Revolução. In: **Os donos do poder.** Pp. 663-729.
- FÁVERI, Marlene de. **Moços e moças para um bom partido. (A construção das elites - Itajaí, 1929-1960).** Tese de Mestrado/HST/ UFSC. Florianópolis, 1996.
- FICKER, Carlos. **História de Joinville.** Crônicas da Colônia Dona Francisca. Joinville, 1965.
- FIOD, Edna Garcia Maciel. **Homens sem Paz: Escola, Trabalho e Colonização.** Tese Doutorado PUC/ São Paulo, 1995.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. A ferra-do-boi e a polifonia das imagens. In: **Jornal "O Estado de São Paulo".** P. D-15. De 02/11/96.
- FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil.** São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.
- GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil.** Germanismo, Nazismo, Integralismo, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

- \_\_\_\_\_. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1991.
- \_\_\_\_\_. A construção de uma nova cidadania. In: **Os Alemães no Sul do Brasil**. Org. Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. Pp. 29-42.
- HARDMANN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global Editora, 1982.
- HENDERSON, Nevile. **Dois Anos junto a Hitler**. Trad. Carlos Ferrão. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1940.
- HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho...** Fragmentos da História de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Joinville. Nosso Teatro Amador (1858-1938)**. Joinville: FCJ/PMJ e Arquivo Histórico de Joinville, 1989.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- JOYCE, Patrick. O Inglês do Povo: língua e classe na Inglaterra (1840-1920). In: BURKE, Peter & PORTER, Roy (org.) **Linguagem, Indivíduo e Sociedade**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1993.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Papirus. 2. ed. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1986.
- LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: EDUFSC; Lunardelli, 1983.
- MICELI, Sergio. **Imagens Negociadas. Retratos da elite brasileira (1920-40)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MOOG, Vianna. **Um Rio Imita o Reno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

- MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 8ª Ed., 1986.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira**. São Paulo: Ática, 1977.
- MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil. A penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1984
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi et alli. **Estado Novo. Ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- O município de Joinville 1851-1926**. Dados históricos, publicados em homenagem ao 75º aniversário da fundação da Colônia Dona Francisca pelo Jornal de Joinville, (Diário Vespertino) Tipografia Eduardo Schwartz, 1926.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: 1985.
- PETRY, Sueli Maria Vanzuita. **Os Clubes de Caça e Tiro na Região de Blumenau (1859-1981)**. Blumenau: Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1982.
- PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina - Sua História**. Florianópolis: EDUFSC; Lunardelli, 1983.
- PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- RAMBO, Arthur Blasio. Nacionalidade e Cidadania. In: **Os Alemães no Sul do Brasil**. Op cit. Pp. 43-54
- RAMOS, Mila. **Terra Nossa de Cada Dia**. Joinville: Edições Ipê, 1989.
- REIS, Elisa P. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. In: **Revista Estudos Históricos** nº 2 - Identidade Nacional. São Paulo: Cpdoc/FGV, 1988. Pp. 187-203.
- RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau**. Florianópolis: Edufsc. Blumenau: Ed. da FURB, 1986.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil**. Trad. Júlio Chella. Florianópolis: Edufsc; FCC. Joinville: FCJ, 1992.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. **Povoamento – Imigração – Colonização**. 1983.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-mirin – um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

\_\_\_\_\_. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: UNB, 1990.

\_\_\_\_\_. **O Nazismo e a imprensa teuto-brasileira no Estado de Santa Catarina**. (Abstract) Revista do Museu Paulista. v. XXVI, 1979.

\_\_\_\_\_. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: **Os Alemães no Sul do Brasil**. Op cit. Pp. 11-28.

SILVA, Jaldyr Faustino et alli. **Fundamentos da Cultura Catarinense** Ed. Lourdes, 1970.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

TERNES, Apolinário. **História de Joinville**. Uma abordagem crítica. Joinville: Meyer, 1981/84.

WEBER, Regina. Nacionalidade com Prefixos: os Teutos e o Estado Novo em Ijuí. In: **Os Alemães no Sul do Brasil**. Op cit. Pp. 105-120.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos Alemães no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1946.

WOLFF, Cristina Sheibe & FLORES, Maria Bernardete R. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. In: **Os Alemães no Sul do Brasil**. Op Cit. Pp. 209-220.